



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TATIANNE ELLEN CAVALCANTE SILVA

**MEMÓRIAS FEMININAS NO BOM PASTOR- PE: GÊNERO, REPRESSÃO
ERESISTÊNCIA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA
(1964-1985)**

JOÃO PESSOA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TATIANNE ELLEN CAVALCANTE SILVA

MEMÓRIAS FEMININAS NO BOM PASTOR- PE: GÊNERO, REPRESSÃO E
RESISTÊNCIA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA
(1964-1985)

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a Susel Oliveira da Rosa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em História da Universidade
Federal da Paraíba como pré-requisito para obtenção
do título de Mestre em História.

JOÃO PESSOA

2017

S586m Silva, Tatianne Ellen Cavalcante.
Memórias femininas no Bom Pastor-PE: gênero, repressão
e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira / Tatianne
Ellen Cavalcante Silva. - João Pessoa, 2017.
158 f.: il. -

Orientadora: Susel Oliveira da Rosa.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/ CCHL

1. História do Brasil. 2. Ditadura Civil-Militar. 3. Presas
Políticas. 4. Colônia Penal do Bom Pastor – Pernambuco.
I. Título.

UFPB/BC

CDU: 981(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TATIANNE ELLEN CAVALCANTE SILVA

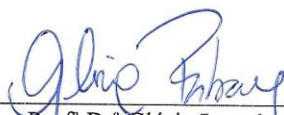
MEMÓRIAS FEMININAS NO BOM PASTOR- PE: GÊNERO, REPRESSÃO E
RESISTÊNCIA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA
(1964-1985)



Profª Drª Susel Oliveira da Rosa
(1ª Examinadora: Orientadora- CH/DH/UEPB/PPGH/UFPB)



Profª Drª Eronides Câmara de Araújo
2º Examinadora: UAHis/PPGH/UFCG



Profª Drª Glória Lourdes Freire Rabay
3º Examinadora: CCTA/UFPB/PPJ/UFPB

A todas as mulheres que cotidianamente tecem pequenas revoluções.
Às meninas-mulheres que lutaram e lutam por um país mais justo e democrático. A Cícera Sandra (*in memoriam*), pelas lindas memórias que tenho de nosso encontro de vida. No desejo de um mundo mais filógino, onde possamos ser livres.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Na caminhada que venho trilhando, estão e estiveram presentes pessoas que se fizeram de fundamental importância para a concretização do sonho de continuar pesquisando, escrevendo e descobrindo histórias outras. Estas pessoas, cada uma à sua maneira, contribuíram para que eu pudesse chegar até esta etapa de finalização do texto. E “abraçar e agradecer”¹ é atestar que um “galo sozinho não tece uma manhã”².

Assim, agradeço em primeira instância a Deus, pela possibilidade de existir, viver e sonhar. Por ter me concedido saúde, me ninado em seu colo em dias de tormenta e pela leveza com o qual destila seu amor. Agradeço a minha mãe, Flávia Zeleide Cavalcante de Araújo, por acreditar no meu trabalho, pela mulher de garra que é e pela determinação com que criou suas filhas. A Thalytta, irmã mais nova, pelo carinho e afeto que me tem, pelas muitas risadas e arengas típicas das relações de irmãs.

À matriarca da família Silva, Maria das Dores, pela doçura e carinho expresso em mãos que me afagam e pelas orações que pedem minha proteção. Meu amor pela senhora é imensurável. Às minhas avós, Maria Margarida e Maria Cavalcante, pelas mulheres - maravilha que são e pelo amor sem limites que me têm. Aos meus avôs, Severino Santino da Silva (Biu) e José Luiz, pela delicadeza e afeto com que me criaram, pelas conversas cheias de histórias estimulantes e pelos ensinamentos do bem viver.

Sou grata também às minhas tias, Silvana Maria da Silva (Ninha), Selma Silva Martins e Cicera Sandra da Silva (*in memoriam*), pelas inspirações de vida, pelos ensinamentos e incentivos que me deram nesta caminhada, pelos dias de música e festa no quintal da Margarida. Estes dias são dotados de lindas lembranças e afetos. E às tias Amélia, Maria José (*in memoriam*) e Bethânia (Beta), por acreditarem no caminho que escolhi seguir e pelo carinho que sempre me tiveram. Ao meu afilhado e primo, Lucas Silva Lira, menino inteligente. Sou grata pelas conversas, músicas embaladas pela sanfona e descobertas que fazemos juntos, pelo bom menino que é e homem bom que vem se tornando.

A Zenis Freire, irmã de alma, presente divino, companheira de todas as horas, sou grata pelo apoio e o caminhar junto, pelas risadas, afeto e carinho. Pelas noites mal dormidas para acompanhar-me na pesquisa, pelas conversas esclarecedoras e pelas horas gastas bestamente. São nessas horinhas em que se encontra a felicidade.

¹ Referência ao novo álbum de Maria Bethânia, *Abraçar e Agradecer*, 2016.

² MELO NETO, João Cabral de. Tecendo a manhã. In: **A Educação pela Pedra**. 1966.

A/aos minhas/meus professoras/es, pelo aguçar de curiosidades, indicações de leituras, apontar de caminhos e por tornarem o mundo um espaço mais nobre de se viver. Às/aos professoras/es do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, pelas possibilidades todas que apontaram para minha pesquisa. Em especial, a Susel Oliveira da Rosa, minha orientadora, agradeço-lhe pelas conversas, indicações de leitura, correções sempre delicadas e respeitadas, pela construção da afetividade gestada a cada encontro e pelo compartilhar de boas energias.

A Eronildes Câmara (Nilda), com quem participei ainda na etapa da graduação do projeto PIBID, este de suma importância para meu desenvolvimento acadêmico, e que continua através de leituras sempre sensíveis e empolgantes participando da minha formação enquanto pesquisadora e ser humano. Sou grata pelas boas histórias narradas em dias de “Cozinha aberta”, pelo carinho e afeto com que me colhe, pelo apoio e incentivo que me deu para esta e para as próximas etapas desse devir-historiadora.

A Glória Rabay pela leitura atenta com que recebeu este texto, pelas contribuições para a pesquisa e pela simpatia e delicadeza distribuída a cada encontro. A Natalia Montebello, com quem tive o prazer de dividir leituras, almoços e conversas instigantes durante o período em que cursei a disciplina de História Política, da qual ela era docente. Sou-lhe grata pelo prazer do encontro, pelas descobertas dos gostos em comum e por fazer da sala de aula um espaço estimulante para a troca de conhecimento.

À “Gangue”, grupo de amigxs composto por Bruna Rafaela, Nita Keoma, Josinaldo Sousa, Elson Brasil e eu, formado na UFCG durante a graduação. Agradeço pela torcida, boas energias, orações e afeto, que independem dos quilômetros que nos separam, pois, mesmo caminhando por estradas diferentes, nosso carinho perdura fazendo de cada encontro momentos cheios de histórias, abraços e um até logo.

Aos amigos Marcos e Cláudio, com quem teci longas conversas e dividi músicas no percurso feito semanalmente entre Recife e João Pessoa. E às meninas-mulheres do grupo de estudos Parrésia, que transbordou os muros da universidade e da vida acadêmica, com quem venho dividindo risadas, conversas, eventos acadêmicos, viagens, leituras e muito afeto, construído cada um à sua maneira, com suas singularidades e fazendo de cada encontro espaço de energização e de boas vibrações.

E à CAPES, órgão de fomento de fundamental importância para o desenvolvimento das pesquisas em nosso país. Sou grata por ter possibilitado a pesquisa que aqui se apresenta.

RESUMO

A presente pesquisa emerge das necessidades do presente de se indagar acerca do período da história do Brasil que compreende os anos de 1964-1985, temporalidade em que o país viveu sob uma ditadura civil-militar. Pensar este período e os sujeitos atuantes no combate ao sistema de opressão e repressão se configura aqui como uma resistência. Assim, debruçarmo-nos para compreender este período a partir das memórias de mulheres que, inserindo-se no campo das lutas políticas, atuaram no enfrentamento às forças antidemocráticas. Dito isto, objetivamos analisar as memórias de mulheres militantes que foram presas políticas na Colônia Penal do Bom Pastor, entre os anos de 1969-1979, na cidade do Recife, e as resistências que praticaram durante na militância que se iniciou já em 1964, ano do golpe, perdurando por todo o período de ditadura civil-militar, que se encerra em 1985. Para tanto, faz-se necessário compreender os traços cartográficos e experiências das vinte e quatro (24) mulheres militantes a partir dos discursos contidos nos relatos de memória e nos prontuários individuais referentes ao período de suas prisões, além de discutir as formas de resistência exercidas pelas militantes de esquerda contra a ditadura civil-militar e a clausura na prisão, bem como problematizar a construção das memórias femininas, a partir dos discursos testemunhais, contidas no documentário *Vou contar para meus filhos*. Para tanto, utilizamo-nos das contribuições do campo da História Cultural, optando por produzir uma história que focasse na participação das mulheres. Desse modo, buscamos discutir categorias como gênero e memória, que nos ajudaram a tecer novos olhares sobre o período abordado, trazendo esses sujeitos ainda sombreados para as páginas da historiografia.

Palavras-chave: Mulheres. Memória. Ditadura civil-militar. Resistências. Experiências.

ABSTRACT

The present research emerges from nowadays needs to inquire about Brazilian historic time in between 1964-1985, temporality where the country lived under a civil-military dictatorship. Thinking about this period and the acting subjects in combat against the system of oppression and repression configures here as resistance. Thus, we will try to understand this period starting by the memories of the women inserted in the political struggles, acted in the confrontation with the antidemocratic forces. That said, we aimed to analyze the memories of women militants who were political prisoners in the Bom Pastor Penal Colony between 1969 and 1979 in the city of Recife and the resistance they practiced during the militancy that began in 1964, year of the coup d'état and ending in 1985. To this it is necessary to understand the cartographic traces and experiences of the twenty-four (24) militant women from the discourses contained in the reports of memory and in the individual records relating to the period of their detention. To discuss the forms of resistance exercised by left-wing militants against the civil-military dictatorship and their closure in prison. In addition to problematizing the construction of women's memories from the testimonial speeches contained in the documentary *Vou contar para meus filhos*. To do so, we use the contributions of the field of Cultural History, choosing to produce a history that focuses on the participation of women, in this way we seek to discuss categories such as gender and memory, which helped us to make new looks about the period covered, showing these subjects still shaded to the pages of historiography.

Keywords: Women. Memory. Civil-military dictatorship. Resistances. Experiences.

LISTA DE SIGLAS

AI- 5: Ato Institucional Número 5
ALN: Ação Libertadora Nacional
AP: Ação Popular
APEJE: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
APR: Ação Popular Revolucionária
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENIMAR: Centro de Informação da Marinha
CLO: Comitê da Luta Operária
CNV: Comissão Nacional da Verdade
COCENA: Cooperativa Central Nordestina Artesanal Ltda
CODI: Centro de Operação e Defesa Interna
CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação Histórica
DA: Diretório Acadêmico
DCE: Diretório Central dos Estudantes
DOI: Destacamento de Operações de Informação
DOPS: Delegacia de Ordem Política e Social
DVD: *Digital Versatile Disc*, ou Disco Digital Versátil
FAFIPE: Faculdade de Filosofia de Pernambuco
IBASE: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JEC: Juventude Estudantil Católica
JUC: Juventude Universitária Católica
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCBR: Partido Brasileiro Comunista Revolucionário
PCR: Partido Comunista Revolucionário
PMDB: Partido Movimento Democrático Brasileiro
PNUD: Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLOP: Política Operária
SBT – Sistema Brasileiro de Televisão
STF: Supremo Tribunal Federal
SUS: Sistema Único de Saúde
UBES: União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UCF: União Cívica Feminina
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE: União Nacional dos Estudantes
UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas
VAR-PALMARES: Vanguarda Revolucionária Palmares
VCPMF: *Vou contar para meus filhos*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Fotografias de Ana Maria da Fonseca	31
FIGURA 2: Fotografia de Áurea Santos da Silva.....	33
FIGURA 3: Fotografias de Cleusa Maria Paim de Aguiar	34
FIGURA 4: Fotografias de Dulce Chaves Pandoldi	36
FIGURA 5: Fotografias de Eridan Moreira Magalhães	37
FIGURA 6: Fotografias de Erlita Rodrigues dos Santos	38
FIGURA 7: Fotografias de Gilseone Consenza.....	40
FIGURA 8: Fotografias de Helena Moreira Serra Azul	42
FIGURA 9: Fotografia de Helena Mota Quintela.....	43
FIGURA 10: Fotografias de Lilia Maria Pinto Gondim	45
FIGURA 11: Fotografias de Lylia da Silva Guedes.	46
FIGURA 12: Fotografias de Maria Aparecida dos Santos	48
FIGURA 13: Fotografias de Maria do Carmo Tomás	49
FIGURA 14: Fotografias de Maria do Socorro Diógenes	51
FIGURA 15: Fotografias de Maria Quintela de Almeida.....	53
FIGURA 16: Fotografias de Maria Teresa Lemos Vilaça	54
FIGURA 17: Fotografias de Maria Ivone de Sousa Loureiro	55
FIGURA 18: Fotografias de Nancy Mangabeira Unger.	57
FIGURA 19: Fotografias de Rosa Maria Barros dos Santos	58
FIGURA 20: Fotografia de Selma Bandeira Mendes	60
FIGURA 21: Fotografias de Sonia Maria de Arruda Beltrão	61
FIGURA 22: Fotografias de Vera Lúcia Stringuini.....	62
FIGURA 23: Fotografias de Vera Maria Rocha Pereira.....	64
FIGURA 24: Fotografias de Yara Ceci Oliveira Falcón.....	65
FIGURA 25: Casamento de Yara Falcon, na Colônia Penal do Bom Pastor em 1970.	97
FIGURA 26: Helena Serra Azul e Manoel, seu filho, ainda no período de cárcere.....	100
FIGURA 27: Presas políticas fazendo exercícios físicos e pousando com a bola de vôlei.	105
FIGURA 28: Presas políticas pousam no jardim do Bom Pastor-PE.....	107
FIGURA 29: As/os brasileiras/os exiladas/os chegando ao Chile, em 1971.....	110
FIGURA 30: Recepção em Santiago do Chile para as/os brasileiras/os exiladas/os.....	111
FIGURA 31: Re-encontro no Aeroporto.	119
FIGURA 32: As sombras na praia.....	120
FIGURA 33: Entre afetos e lembranças o reencontro na praia.....	121
FIGURA 34: Tecendo resistências	123
FIGURA 35: Ciranda na Praia	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: CARTOGRAFIAS MILITANTES.....	25
1.1 PERNAMBUCO ENTRE O CONSERVADORISMO E A REVOLUÇÃO	26
1.2 CARTOGRAFIAS DO DEVIR MILITANTE	30
1.3 PERNAMBUCO: O PONTO DE CONVERGÊNCIA GEOGRÁFICA.....	66
CAPÍTULO 2: RESISTÊNCIA: SUBSTANTIVO FEMININO.....	68
2.1 CLANDESTINIDADE: AS (RE)CONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS.....	71
2.2- DILACERANDO O CORPO OU DO PERÍODO PRESA NO DOPS E/OU DOI-CODI	77
2.3 A COLÔNIA PENAL DO BOM PASTOR: ENTRE DISCIPLINARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS	87
2.4 EXPERIÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NA PRISÃO: AFETOS E AMIZADES COMO POTÊNCIAS DE VIDA	92
2.4.1 “Amor e revolução”	94
2.4.2 Maternidade.....	98
2.4.3 Cuidar do corpo e da mente: cotidiano no Bom Pastor	103
2.4.4 O Exílio: um novo traçar cartográfico.....	109
CAPÍTULO 3: VIVER, REVIVER, CONTAR E RECONTAR: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS FEMININAS	113
3. VIVER, REVIVER, CONTAR E RECONTAR: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS FEMININAS.....	114
3.1 O DOCUMENTÁRIO <i>VOU CONTAR PARA MEUS FILHOS</i> E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA	114
3.1.1 Nos entremeios da produção	114
3.1.2 Luz, Câmera, Emoção	118
<i>Cena 1: Encontros e reencontros: o aeroporto</i>	118
<i>Cena 2: A liberdade é azul: a praia</i>	120
<i>Cena 3: Colônia Penal do Bom Pastor: A prisão</i>	122
<i>Cena 4: A esperança equilibrista: a praia parte II</i>	124
3.2 MULHERES, TESTEMUNHOS E OUTROS DEVIRES COM O MUNDO	126
3.3 DO VIVER AO NARRAR: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS FEMININAS	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS.....	150

Pensar é Transgredir

Não lembro em que momento percebi que viver deveria ser uma permanente reinvenção de nós mesmos — para não morrermos soterrados na poeira da banalidade embora pareça que ainda estamos vivos.

[...]

Para reinventar-se é preciso pensar: isso aprendi muito cedo.

[...]

Pensar pede audácia, pois refletir é transgredir a ordem do superficial que nos pressiona tanto.

[...]

Mas pensar não é apenas a ameaça de enfrentar a alma no espelho: é sair para as varandas de si mesmo e olhar em torno, e quem sabe finalmente respirar.

Compreender: somos inquilinos de algo bem maior do que o nosso pequeno segredo individual. É o poderoso ciclo da existência. Nele todos os desastres e toda a beleza têm significado como fases de um processo.

[...]

Para viver de verdade, pensando e repensando a existência, para que ela valha a pena, é preciso ser amado; e amar; e amar-se. Ter esperança; qualquer esperança.

Questionar o que nos é imposto, sem rebeldias insensatas, mas sem demasiada sensatez. Saborear o bom, mas aqui e ali enfrentar o ruim. Suportar sem se submeter, aceitar sem se humilhar, entregar-se sem renunciar a si mesmo e à possível dignidade.

Sonhar, porque se desistimos disso apaga-se a última claridade e nada mais valerá a pena. Escapar, na liberdade do pensamento, desse espírito de manada que trabalha obstinadamente para nos enquadrar, seja lá no que for.

E que o mínimo que a gente faça seja, a cada momento, o melhor que afinal se conseguiu fazer.

(Lya Luft, em Pensar é transgredir, 2004)

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Na última década, em decorrência da ampliação dos trabalhos das Comissões da Verdade, dos projetos que derivam da Comissão Nacional de Anistia, como o Projeto Marcas da Memória e da abertura da documentação acerca do período da ditadura instaurada em 1964, diversos eixos de pesquisas foram criados pela Comissão da Verdade e as Comissões Estaduais para o desenvolvimento das pesquisas, que tinham como objetivo a produção de um Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, o que se sucedeu em 2014, ano de rememoração dos cinquenta (50) anos do golpe civil-militar que implantou um sistema ditatorial regido pelos militares no Brasil.

Entre estes eixos temáticos, foi elaborado um específico para “Ditadura e gênero”, que contemplava, entre outros assuntos, a participação das mulheres na oposição à ditadura. Desse modo, as histórias de mulheres que participaram ativamente da resistência ao regime militar romperam timidamente os muros das Universidades onde, desde as décadas de 1980 e 1990, já se produziam análises sobre a temática, começando a aparecer nos noticiários das televisões e inspirar produções de telenovelas³, produções de peças teatrais e exposições fotográficas.

A participação das mulheres também passou a ter uma maior visibilidade em decorrência dos testemunhos feitos por Dilma Vana Rousseff, militante de esquerda desde o período de ditadura, que atuou no enfrentamento ao regime ditatorial integrada a organizações clandestinas, sendo presa e torturada na década de 1970. Foi empossada em 2010 Presidenta da República Federativa do Brasil e recebeu em 2014 o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

Entretanto, ao lermos a dissertação de Priscila Paula de Sousa⁴, que analisou as obras historiográficas utilizadas nos cursos de graduação de História no componente curricular de História do Brasil, deparamo-nos com a completa invisibilidade com que é tratada a participação das mulheres neste contexto de oposição à ditadura. A autora identifica a ausência de discussão sobre história das mulheres que militaram junto às organizações/partidos de esquerda nas décadas de 1960 a 1980, invisibilidade ainda maior

³ A novela *Amor e Revolução*, produzida pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), que foi ao ar de abril de 2011 a janeiro de 2012. E que teve como enredo o romance entre um militar e uma militante de esquerda que lutava em oposição à ditadura. A novela foi inspirada em várias histórias verídicas, testemunhadas por ex-militantes. Ao fim de cada episódio, trazia um breve depoimento de mulheres e homens que lutaram no combate ao regime ditatorial.

⁴ SOUSA, Priscila Paula. **Mulheres e memórias**: uma análise da historiografia sobre a ditadura militar brasileira. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) - Unicamp, Campinas.

quando se trata dessa militância localizada no Nordeste do Brasil, fato que percebemos ao longo da gestação desta pesquisa.

Entendemos, então, que, assim como Eleonora Menecucci, feminista que militou em oposição à ditadura civil-militar, ex-ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Governo Federal, afirmou: “As mulheres precisam ser redescobertas na história da luta contra a ditadura. Não se recupera a memória se não se recupera a história das mulheres que fizeram parte e que também construíram essa história”⁵. E mais que isso, sem a possibilidade de se conhecer as cartografias traçadas por estas mulheres e sem a abertura para que os testemunhos aconteçam e sejam validados dentro do trabalho operacionalizado pelas/os historiadoras/es, não se democratiza a memória, perpetuando a invisibilidade dos sujeitos da/na história.

Destarte, a pesquisa percorre os caminhos da “operação historiográfica”⁶ para analisar a construção acerca das memórias de vinte e quatro (24) mulheres que militaram no combate à ditadura civil-militar brasileira e que tiveram suas histórias entrecruzadas pela passagem na Colônia Penal do Bom Pastor entre os anos de 1969-1979, na cidade de Recife-PE. Mulheres que são dos mais diversos estados do Brasil, mas que em algum momento de suas atividades enquanto militantes migraram para o Estado de Pernambuco.

Debruçar-nos-emos sobre o período de militância dessas mulheres, a migração para Pernambuco, as cartografias militantes que traçaram e a construção de memórias femininas, assim como sobre o período de prisão na Colônia Penal no Bom Pastor e as resistências produzidas dentro desse espaço, contemplando a construção das memórias sobre esse período recente da história do Brasil e a participação dessas mulheres na produção do documentário-testemunho *Vou contar para meus filhos*⁷.

Diante deste contexto, problematizamos como são construídas as cartografias militantes destas mulheres, seus engajamentos nos movimentos de esquerda no enfrentamento à ditadura civil-militar entre os anos de 1964-1985, bem como suas experiências na Colônia Penal do Bom Pastor entre 1969-1979. E, por fim, a construção de suas memórias a partir do documentário *Vou Contar para Meus Filhos*.

⁵ Depoimento dado sobre o filme “Elena”, em vídeo intitulado: *Contar para não esquecer, lembrar para não repetir*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=SRPfvPcUDMg&feature=youtu.be>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

⁶ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 56-108.

⁷ O documentário *Vou Contar para Meus Filhos* será operacionalizado como uma de nossas fontes junto aos prontuários individuais das militantes.

Buscamos pensar o que possibilitou a estas mulheres entrarem na militância de esquerda. Porque, ao serem presas, são levadas a esta prisão, onde eram tratadas de forma diferente das presas de outras instituições? E como exerciam as resistências na prisão? Estas questões iniciais corroboram outras indagações a partir das quais se pode pensar como se dá a construção da memória coletiva, expressas nos testemunhos destas mulheres, questionando o porquê da produção de tal documentário no ano de 2011. Qual o intuito de se construir e/ou se captar as memórias destas mulheres em uma produção cinematográfica?

Essa pesquisa conta com algumas escolhas para compor o quadro teórico e metodológico. As escolhas foram feitas a partir da leitura das fontes e de autores que dialogam sobre o período, categorias e conceitos importantes dentro da análise a qual objetivamos. Dito isto, temos como objetivo analisar as memórias de mulheres militantes que foram presas políticas na Colônia Penal do Bom Pastor entre os anos de 1969-1979 na cidade do Recife e as resistências que praticaram durante a militância que se inicia já em 1964, perdurando por todo o período de ditadura, que se encerra em 1985.

Para tal investigação, faz-se necessário compreender os traços cartográficos e experiências das vinte e quatro (24) mulheres militantes a partir dos discursos contidos nos relatos de memória e nos prontuários individuais referentes ao período de suas prisões, discutir as formas de resistência exercidas pelas militantes de esquerda contra a ditadura civil-militar e a clausura na prisão, além de problematizar a construção da memória coletiva, a partir dos discursos testemunhais, contidas no documentário “Vou contar para meus filhos”.

As mulheres sujeitos desta pesquisa são produzidas por muitas práticas discursivas que as classificam, adjetivam, enquadram em termos identitários, que em muitos casos são subjetivados por elas. No ato da construção desse texto, não tivemos como fugir de tais classificações, que muitas vezes se caracterizam como generalizantes e/ou vazias. Porém, estamos cientes de que tais categorias que enquadram esses sujeitos são construções culturais; portanto, dotadas de significações e pertencentes a um determinado tempo, espaço e grupos sociais.

Nesse percurso teórico, a construção do campo da História Cultural impulsionada pela Escola dos Annales, principalmente a terceira geração, abriu possibilidades para novas abordagens e novos objetos⁸. Desse modo, historiadoras como Michelle Perrot passam a

⁸ Com a publicação de três obras que trazem as novas possibilidades dentro da historiografia: LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre (Dir.). **História: Novos problemas**. 4. ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre (Dir.). **História: Novas abordagens**. 4. ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre (Dir.). **História: Novos objetos**. 4. ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. A primeira edição é publicada

escrever a história a partir dos grupos anteriormente excluídos, a exemplo do livro de Perrot, *Os excluídos da história*, publicado em 1988.

Neste mesmo movimento político de inserção dos sujeitos excluídos da história, e partindo dos movimentos sociais de mulheres e das lutas feministas, emerge o termo “Gênero”, que buscava separar a questão biológica do sexo com as questões culturais e identitárias às quais se denominou gênero. Termo este que, segundo Margareth Rago⁹, chega ao Brasil nos anos de 1990 e tem o intuito de fazer os estudos sobre a história das mulheres de forma relacional, trazendo, assim, os estudos sobre as feminilidades, mas também das masculinidades, pensando como as mulheres são construídas socialmente, mas também o que é ser homem nesta mesma sociedade.

Gênero, então, passa a ser apropriado pelas ciências sociais e humanas, sendo esta uma categoria analítica, assim como as questões de classes e étnico-raciais. Categoria esta que foi conceitualizada pela historiadora Joan Scott em seu texto *Gênero: Uma categoria útil a análise histórica*, originalmente publicado em 1989 e traduzido para o português em 1995, pensando o gênero como a “organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1995, p.72). Porém, o conceito não é usado de forma homogênea e vem sendo repensado, tomando novas reformulações, a exemplo dos trabalhos de Judith Butler, que questiona a forma com que a categoria vem sendo pensada, teorizada e analisada.

Judith Butler, em seu livro *Problemas de Gênero*, publicado originalmente em 1990, vem indagar a forma em que se vem analisando esta categoria, questionando a própria categoria gênero como “interpretação cultural do sexo”, pois, para a filósofa, o sexo também é resultado “discursivo/cultural”, pondo em xeque a dualidade sexo-gênero. A autora trabalha com a teoria da performatividade do gênero, para a qual “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de actos repetidos dentro de uma moldura reguladora rígida, que congelam ao longo do tempo de modo a produzirem a aparência de substância, de um ser natural” (BUTLER, 2016, p.59).

Na historiografia brasileira, algumas autoras são fundamentais para compreendermos o campo de estudo sobre história das mulheres e as análises sobre a categoria gênero, entre elas: Joana Maria Pedro, buscando refletir sobre a própria historiografia e a constituição da História das Mulheres no campo da história, bem como versando sobre temas como mulheres e ditaduras no cone-sul, crimes contra a honra, entre outros; Rachel Soihet, também se

pela Editora Gallinard nos anos de 1970, tornando-se obras referências para a construção historiográfica dentro desses novos paradigmas.

⁹ RAGO, Margareth. Palestra intitulada *A insubmissão feminista na atualidade*, CPFL Cultura, em 24 de junho de 2016.

debruçando sobre a história das mulheres, pensando-a principalmente nas temáticas de mulheres e violência, mulheres pobres e resistência; Maria Izilda S. de Matos, que indaga sobre as experiências de imigração dos portugueses para o Brasil, analisando dentro destas experiências as questões de gênero, além da construção das masculinidades na boemia e as relações de gênero nas músicas de Lupicínio Rodrigues.

Margareth Rago traz suas contribuições para a história a partir dos seus escritos sobre a prostituição, feminismo, mulheres nas artes e, mais recentemente, sobre mulheres, ditaduras e escritas de si. Neste viés, também trabalha a historiadora Susel de Oliveira da Rosa, que versa sobre mulheres, ditaduras, memórias e escritas de si, autoras que, ao lado de Cristina Scheibe Wolff e seus textos sobre as configurações de gênero e militância durante as ditaduras, e Ana Maria Colling, pensando a construção do feminino e a participação feminina na ditadura militar brasileira, ajudam-nos a compor a pesquisa aqui apresentada.

Percebemos também a necessidade de explicitar e arguir o porquê das escolhas que aqui fizemos com relação ao período em questão. Dentro da historiografia, há duas vertentes quando o assunto é como nomear o período em que o Brasil foi governado por militares, entre os anos de 1964-1985: uma vertente defende a nomenclatura Ditadura Militar, argumentando que, mesmo com o apoio de setores da sociedade civil, apenas os militares estiveram institucionalmente no poder executivo e mantendo a ditadura a partir de seu aparato repressivo, a exemplo de Jacob Gorender (1987) na obra *Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada*.

Outra vertente nomeia esse período de Ditadura civil-militar, encabeçada por René Armand Dreifuss (1981). Tal nomenclatura é defendida e utilizada por Daniel Aarão Reis Filho (2014) e Susel de Oliveira da Rosa (2013), Antônio Torres Montenegro (2010), entre outras/os pesquisadoras/es da área, que discutem sobre a utilização do termo “civil”, expressando a importância histórica que essa revisão traz, pois, para eles, nomear apenas de Ditadura Militar não expressa em sua completude esse período vivenciado no Brasil.

A nomenclatura Ditadura Militar retira a responsabilidade e as confluências necessárias para a concretude do golpe de Estado; dentre elas, ideias como o “medo do comunismo”, a adesão midiática, os financiamentos advindos de parte da elite brasileira, além do apoio de alguns segmentos da Igreja Católica.

Neste trabalho, optamos pela utilização do termo Ditadura Civil-Militar por entendermos que o apoio de parte da sociedade civil foi decisivo para a imputação do golpe de Estado que culminou com a ditadura. A escolha deve-se muito ao que analisamos na documentação e na

historiografia sobre o período, em que as classes dominantes aparecem de forma eficaz, dando suporte para a tomada do poder pelos militares.

A campanha ou “marcha” denominada “A marcha da família com Deus pela liberdade”, produzida e patrocinada por empresários, parte do clero da Igreja Católica e diversos setores femininos da sociedade, a exemplo da União Cívica Feminina (UCF), até o apoio da grande mídia, com propagandas e manchetes, colocavam a tomada do poder pelos militares como solução para o país. Retirar o termo “civil” seria, então, deixar de fora parte primordial para a concretização da ditadura que assolou o país por vinte e um (21) anos.

No tocante à categoria Memória, buscamos concebê-la não como estática, fixa, e sim como algo em constante construção, como analisa Halbwachs (2006). A memória estaria, assim, em constante movimento entre o passado e o presente. Analisar como essas figuras mnemônicas são evocadas se faz necessário para o processo historiográfico que se utiliza da memória enquanto categoria analítica, como afirma Gagnebin (2013).

Para pensar acerca deste processo de elaboração e reelaboração da memória, seja esta individual ou coletiva, lançamos mão do conceito de testemunho, partindo dos estudos de Seligmann-Silva (2010), Beatriz Sarlo (2005), Jelin (2002) e Ricoeur (2007). Buscamos pensar como tal processo passa a emergir socialmente e como é parte fundamental da construção dos “Lugares de Memória”, conceituado por Pollak (1992), os quais, no Brasil, ainda estão começando a ser construídos. O documentário que aqui analisamos está inserido nessa construção, tornando-se um espaço de memória.

No que compete às fontes utilizadas e à metodologia aplicada, tentaremos expor minuciosamente os caminhos traçados, para que assim fiquem visíveis ao leitor tanto quanto possível ao leitor as possibilidades trazidas pelas nossas fontes e os caminhos metodológicos percorridos em seu manuseio e análise. Utilizamos como fonte o documentário *Vou contar para meus filhos* e os prontuários individuais das vinte e quatro (24) presas políticas¹⁰. Contamos, então, com dois tipos distintos de fontes: uma de caráter cinematográfico e outra de caráter judicial, respectivamente.

Essas fontes são entendidas como documento histórico: “[...] toda fonte de informação de que o espírito do historiador sabe extrair alguma coisa para o conhecimento do passado humano, considerado sob o ângulo da questão que lhe foi proposta” (MARROU, 1978, p.62). Nesse viés, percebemos em ambas as fontes aqui apontadas essas possibilidades de

¹⁰ Os prontuários individuais que contêm poucas ou nenhuma informação sobre as mulheres sujeitos da pesquisa foram supridos com informações que estão contidas nos processos indenizatórios que podem ser encontrados no acervo digital da Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco- Dom Elder Câmara.

indagações sobre esse passado por sobre o qual aqui nos debruçamos. Trabalhamos com duas fontes diferentes; porém, sem hierarquizá-las, pois entendemos que em nenhuma está a verdade. Todas as fontes carregam em si as intenções de suas/seus produtoras/produtores, carregam os discursos ideológicos dos grupos que a produziram.

Dessa forma, para o exercício de análise, foram utilizadas as divisões metodológicas cunhadas pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2009), ao propor uma análise externa e uma análise interna das fontes.

A análise externa dos documentos utilizados para a pesquisa, o documentário *Vou contar para meus filhos*¹¹, e os prontuários individuais foram analisados a partir de uma investigação das relações sociais e do eixo espaço-tempo no qual estão inseridos. No que diz respeito à análise interna, estas fontes foram tratadas como um acontecimento discursivo dotado de características próprias, de particular existência, regras de produção, atentando como e por que algo foi dito.

As análises do documentário *Vou contar para meus filhos* suscitaram outras fontes, os prontuários individuais da Delegacia de Ordem Político Social (DOPS) - o registro da passagem dessas mulheres, que compunham o documentário, pela Colônia Penal do Bom Pastor-PE. Os documentos foram encontrados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE, também conhecido como Arquivo Público de Pernambuco.

O documentário *Vou Contar Para Meus Filhos*, da cineasta pernambucana Tuca Siqueira, foi lançado em 2011. A produção supracitada está inclusa no projeto “Marcas da Memória”¹², e foi contemplada pelo tópico “Chamadas públicas de fomento à iniciativa da sociedade civil”. Dessa maneira, a produção documental se insere também na ordem do discurso do projeto que o fomenta e de seus idealizadores. Logo, faz-se necessário analisar as possibilidades de existência do discurso produzido pelo documentário, discussão que estará presente em nosso terceiro capítulo.

A obra cinematográfica conta com dois momentos importantes para nossa análise: o primeiro é o documentário propriamente dito, onde as vinte e quatro (24) mulheres tema da produção se encontram, visitam a Colônia Penal e gravam cenas na praia, momentos

¹¹ A primeira fonte encontrada foi o documentário. Ainda no período de composição da monografia – trabalho de conclusão de curso na Graduação em História – quando trabalhávamos especificamente com a construção do militante masculino e feminino no cinema. Na busca dos filmes e documentários que seriam fontes da monografia, encontramos o documentário *Vou contar para meus filhos*. Esta produção cinematográfica não foi usada para esse primeiro trabalho.

¹² O documentário está inserido no projeto “Marcas da Memória”, que tem como objetivo trazer uma “reparação” individual para os sujeitos que sofreram as marcas da repressão, entre os anos de 1964-1985, promovendo, assim, um aprendizado coletivo a partir de produções, que se dividem em quatro eixos: audiências públicas, História Oral, chamadas públicas de fomento à iniciativa da sociedade civil e publicações.

intercalados com a narrativa delas sobre as experiências nos anos de militantes contra a ditadura.

O segundo momento está contido nos extras da produção cinematográfica, que teve sua tiragem em formato de DVD – *Digital Versatile Disc*, ou Disco Digital Versátil – com o intuito de distribuí-la em repartições públicas, como escolas e universidades. Nesta segunda parte, constam os testemunhos completos dos sujeitos que compõem esta pesquisa. Desta forma, nos extras está nosso principal foco de análise dentro desta fonte.

A análise do documentário¹³ se encaminha, num primeiro momento, para a investigação dos signos e significados presentes nas imagens construídas pela produção cinematográfica. Em um segundo momento, a análise tem como foco os testemunhos das vinte e uma (21)¹⁴ mulheres que viveram e atuaram como agentes históricos, motores da história, que foram força motriz da história recente do Brasil, os anos de ditadura civil-militar brasileira.

Os prontuários individuais foram produzidos na Delegacia de Ordem Social¹⁵. Tais documentos passaram a fazer parte de nossas possibilidades de pesquisa a partir das modificações na Lei n. 12. 527, de 18 de novembro de 2011, passando a constar no Capítulo IV, Seção I, Artigo 21, Parágrafo Único: “As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso¹⁶” (BRASIL, 2011a, art. 21).

A Lei de Acesso à Informação, como é conhecida, é um importante passo para se investigar períodos da história recente do Brasil ainda muito obscuros. E este passo veio acompanhado de um conjunto de leis e projetos que se direcionam pelo mesmo caminho: investigar e esclarecer, bem como trazer uma reparação pessoal e tornar de conhecimento

¹³ Nesta fonte, além dos testemunhos das mulheres, temos também a exposição de algumas manchetes de jornais e fotografias da época de encarceramento na Colônia Penal, além de breves notas explicativas a respeito de termos ou pessoas citadas nos testemunhos. O tempo de duração da produção cinematográfica é de aproximadamente vinte e quatro (24) minutos. Já nos extras, o tempo de depoimento é distinto, variando entre 3 minutos e 43 segundos – a menor – até 30 minutos e 52 segundos – a mais extensa. As análises sobre a discrepância do tempo de depoimento ganharão corpo no terceiro capítulo, no qual discutiremos com maior ênfase as questões sobre a memória.

¹⁴ Neste texto, tratamos das histórias de memórias de vinte e quatro (24) mulheres militantes que foram presas na Colônia Penal do Bom Pastor-PE. No entanto, só contamos com vinte e um (21) testemunhos orais, em virtude do falecimento das outras três.

¹⁵ A DOS é um órgão que compõe o Departamento de Ordem Social e que, por sua vez, integra a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco.

¹⁶ BRASIL. **Lei n. 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 20 mai. 2016.

público as histórias e memórias sobre os anos de autoritarismo vividos pelo Brasil, a exemplo da Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade, formada para investigar as violações aos Direitos Humanos cometidas por agentes públicos entre os anos de 1946 até 1988¹⁷. Esta Comissão entregou, em dezembro de 2014, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, composto por três volumes.

Os prontuários individuais têm como base jurídica os mesmos documentos, contendo os protocolos comuns a toda prisão: Registro Geral, Registro de Preso, Antecedentes, Declaração da Presa, Página de Acusação. Porém, são diferentes no que contempla à completude de seu *corpus*, pois, no decorrer do processo, outros elementos vão sendo incorporados, a depender do desenvolvimento processual de cada uma. Nesse caso, são incluídos materiais de prova como manifestos, panfletos, cartas, identidades falsas, entre outros, que foram apreendidos com elas no ato da prisão ou que foram encontrados em suas residências.

Cartas e/ou manifestos escritos e apreendidos durante o período de cárcere também constam na documentação, além de matérias de jornais noticiando a prisão ou anunciando-as como terroristas procuradas. Além de fotografias, mandatos de busca e apreensão, pedidos de *habeas corpus* e páginas diversas que diferem de processo para processo, o que nos ajuda a elucidar os caminhos percorridos por essas mulheres, as cartografias traçadas por elas e as burlas e resistências lançadas, praticadas por cada uma.

Diante do exposto, o trabalho será dividido em três momentos: 1- Cartografias militantes; 2- Resistência: substantivo feminino; 3- Viver, reviver, contar, recontar: A construção das memórias femininas.

O primeiro capítulo envereda pelas cartografias militantes das vinte e quatro (24) mulheres, buscando pensar, num primeiro momento, o espaço em que sua militância se deu, a emergência destas enquanto militantes políticas de esquerda. Para tanto, apresentamos cada um dos sujeitos desta pesquisa, tendo em vista dar visibilidade às especificidades da militância de cada uma destas mulheres, trazendo, assim, a dimensão da multiplicidade de formas, métodos, correntes e caminhos tomados na militância, não sendo esta homogênea. Procuramos ainda elucidar como, ao caminharem por este itinerário militante, confluíram para a luta no Estado de Pernambuco.

O segundo capítulo analisa as diversas formas de resistência e experiência, desde a entrada na clandestinidade, quando constroem outros devires na fuga da repressão,

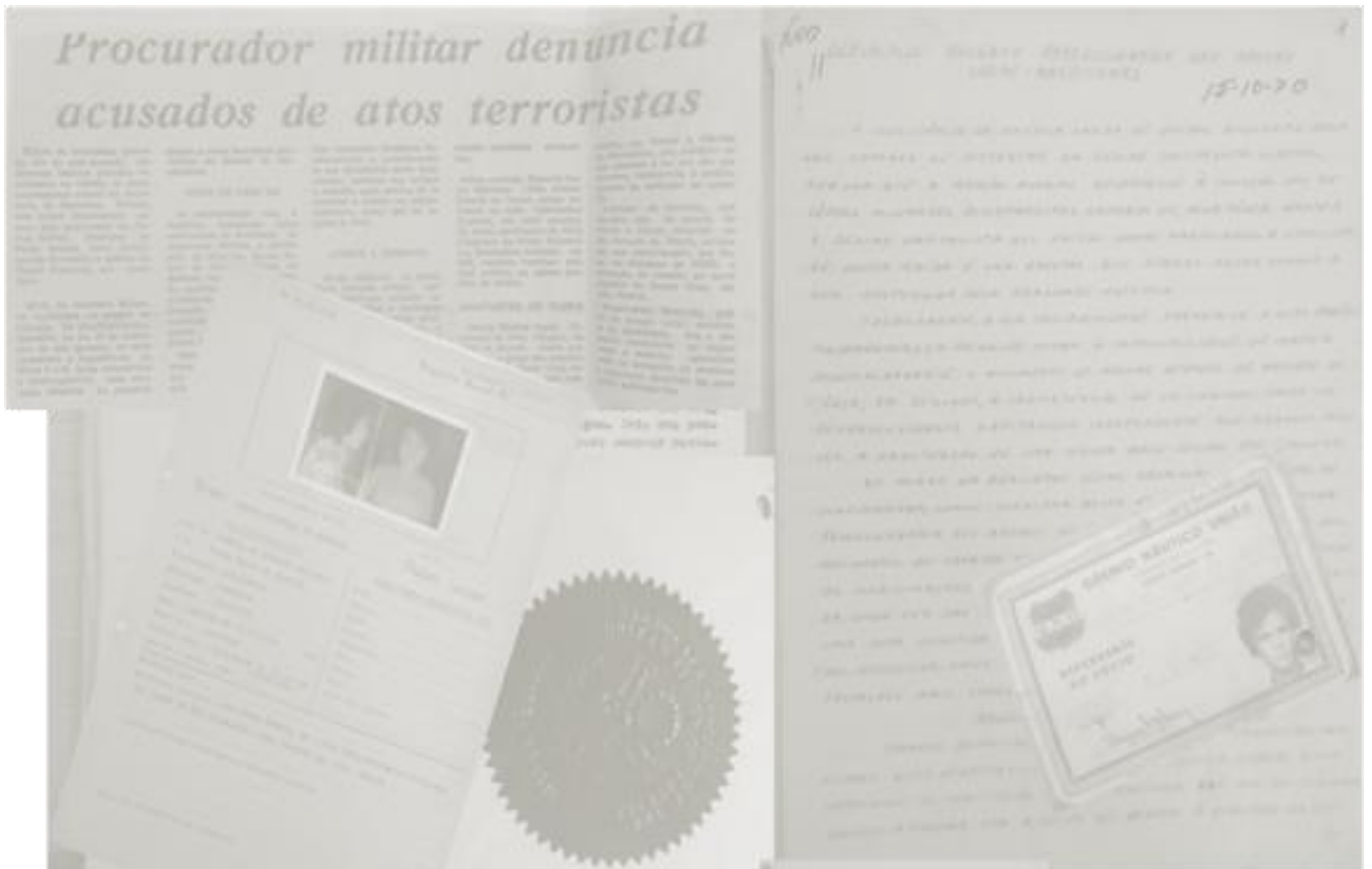
¹⁷ BRASIL. **Lei n. 12.528**, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: Congresso Nacional, 2011b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 20 mai. 2016.

perpassando pelos silenciamentos, solidariedade e burlas dos órgãos de repressão. Essas mulheres teceram no cotidiano na Colônia Penal do Bom Pastor novas formas de militância, reconfigurando o espaço do cárcere, praticando a política dos afetos. Para tanto, discutimos categorias como casamento e maternidade, além de refletir acerca da inventividade diária para fazer da prisão um espaço suportável e reexistir no espaço de clausura. Terminamos este capítulo com uma análise em torno das experiências de duas das presas políticas que saíram da prisão para o exílio, sendo este mais um itinerário de militância e resistência.

O terceiro capítulo permeia os caminhos acerca da construção da memória a partir do documentário *Vou Contar para Meus Filhos*, pensando como estas mulheres (re)configuram suas vivências no momento de narrar, fazendo do testemunho mais um passo de suas militâncias, ao tornar o narrar e o ato de lembrar um devir com o mundo.

Para tanto, construímos a análise pautada na concepção de memória enquanto um ato de resistência, e o narrar como uma transgressão que rompe o esquecimento e o silenciamento, sem perder de vista as nuances do lembrar e do esquecer enquanto necessidades vitais. Finalizamos as discussões com a construção de memórias femininas e as implicações desta para a democratização da memória.

Nesse panorama, traçamos a construção do texto permeando as cartografias da militância dos sujeitos da pesquisa, perpassando pelas experiências e resistências no cárcere, e, por fim, a construção da memória coletiva elaborada pelo documentário *Vou Contar para Meus Filhos*, percebendo neste último momento uma continuidade da militância.



CAPÍTULO 1: CARTOGRAFIAS MILITANTES



1. CARTOGRAFIAS MILITANTES

1.1 PERNAMBUCO ENTRE O CONSERVADORISMO E A REVOLUÇÃO

Eram as primeiras horas da instauração do golpe de Estado. Na movimentada Avenida Guararapes, em Recife, parte da população se manifestava contra a deposição do presidente em exercício João Goulart. Jovens secundaristas, professores, pessoas ligadas aos partidos de esquerda, entre outros setores da sociedade protestavam quando tanques de guerra do exército e a polícia militar iniciaram confronto com os manifestantes. O primeiro dia de ditadura no Brasil marca o Estado de Pernambuco com a morte dos dois primeiros jovens vítimas da repressão e do autoritarismo: Jonas José de Albuquerque Barros e Ivan da Rocha Aguiar, assassinados a tiro em plena Avenida (SILVA, M. 2014).

Assim, parte da população do Estado de Pernambuco expõe sua insatisfação com o golpe de Estado, que veio a se tornar uma ditadura com duração de vinte e um (21) anos, mostrando uma forte tradição de militância e da força política dos ideais de esquerda no Estado, a exemplo das ligas camponesas, que tiveram grande visibilidade em Pernambuco, além dos movimentos secundaristas, muito atuantes na busca de melhores condições educacionais.

Um Estado marcado pelos extremos, pelas dualidades e contradições. Partidos de direita e esquerda enfrentaram acirramento eleitoral. No campo social, os engenhos e seus senhores ainda mantinham sua imponência e o trabalho era análogo ao trabalho escravo. Os trabalhadores rurais e os operários se organizavam em sindicatos que contavam com o apoio do governador eleito Miguel Arraes, que assumiu o cargo em 1963, trazendo algumas melhorias que logo foram ceifadas.

As lutas por melhorias na Zona da Mata haviam crescido, fortalecido sua organização e conseguido melhorias para os trabalhadores, antes do golpe de Estado de 1964.¹⁸ O descontentamento dos senhores de engenho em decorrência da ampliação das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais, além das novas diretrizes traçadas pelo governo de Arraes para coibir a violência praticada contra os canavieiros, causavam rebuliço no *status quo*, que se pretendia eterno por esses senhores.

Na obra intitulada *Nos tempos de Arraes: A revolução sem violência*, que traz uma coletânea de reportagens feitas pelo autor no ano de 1963, Antônio Callado afirma que “Pernambuco é, neste momento, o maior laboratório de experiências sociais e o maior produtor de idéias do Brasil” (CALLADO, 1980, p. 46). Estas experiências sociais

¹⁸ A Zona da Mata foi um importante espaço de luta em Pernambuco, pois é onde se concentrava a maior parte dos engenhos e onde as Leis Trabalhistas só passaram a vigorar a partir das reivindicações das Ligas Camponesas e o apoio de Miguel Arraes, eleito governador e assumindo o cargo em 1963.

referenciadas pelo autor dizem respeito às modificações principalmente na Zona da Mata Pernambucana, com o trabalho que os chamados comunistas e a Igreja Católica vinham fazendo.

Desde a desapropriação do Engenho Galiléia em 1959, que se tornou símbolo da luta no campo em Pernambuco, as experiências com a enxada foram se modificando. As mais diversas frentes de luta se coadunavam no mesmo objetivo: a melhoria das condições sociais. Entre elas, estava a formação das Ligas Camponesas, tendo como líder Francisco Julião, comunista com forte admiração por Cuba, segundo Callado (1980).

Na educação, Paulo Freire chegava revolucionando a metodologia de ensino, saindo do modelo do B com A= Bá, e passou a ensinar aos camponeses de forma que as palavras ensinadas faziam a revolução, palavras aprendidas inteiras e só depois repartidas, silabadas até se chegar às letras solitárias do alfabeto. Segundo Callado, Paulo Freire “Usa o mais depressa possível, palavras explosivas e de grande conotação político-social. [...] procura situar o analfabeto na luta social que o analfabeto desconhecia, o que deve dar ao homem a idéia de que aprender a ler é aprender a lutar para melhorar a vida” (CALLADO, 1980, p. 54).

Além desta presença maciça de movimentos e sindicatos ditos “comunistas”¹⁹, a Igreja Católica, que a muito tinha diminuído seu prestígio com os trabalhadores em decorrência de seu distanciamento, da concentração dos padres e bispos apenas nas igrejas e longe das lutas por melhorias para os menos favorecidos, volta a campo. Nesse contexto de formação de sindicatos, vários padres se fizeram presentes, arregimentando camponeses para se filiarem aos sindicatos de suas localidades, a exemplo dos padres Carício, Crespo, Monteiro, citados por Callado (1980). Estes padres não eram comunistas, mas eram conhecidos como de esquerda. Pelo que observamos nas leituras sobre o período, ser de esquerda significava ir de encontro à manutenção do *status quo*. Logo, qualquer um que falasse em melhorias para os trabalhadores ou que lutasse por um bem-estar social era nomeado como de esquerda.

Nesses espaços, a Igreja Católica trabalhava lado a lado com o Partido Comunista, e quando em entrevista Antonio Callado (1980, p.106-107) pergunta a padre Carício: “[...] se não temia a crescente influência do Partido Comunista entre as massas camponesas”, em resposta, Carício diz que: “Se os comunistas estivessem agindo sozinhos seria perigoso, mas nós também estamos aí”. E mais adiante completa: “Não vejo por que temermos a ideologia dos outros quando temos a nossa. Estamos no momento da união de forças a favor das massas” (CALLADO, 1980, p. 107). Talvez seja por essas idéias reveladas nas entrevistas que

¹⁹ Para ampliar a discussão sobre a relação entre os sindicatos e a ideologia comunista, ver: PORFIRIO, P. F. A. **Medo, comunismo e revolução**: Pernambuco (1959-1964). 1. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. v. 1.

entremeiam suas reportagens que Antonio Callado tenha afirmado que Pernambuco “É o Estado mais democrático da Federação” (CALLADO, 1980, p.46).

Dentro de todo esse contexto de lutas camponesas contra o mais velho poder político do Estado, os senhores de engenho, que engendravam a força bruta da polícia a lhes servir como os extintos capitães do mato contra os camponeses “agitadores” – aqueles que ousassem reclamar alguma paga atrasada – estava a figura de Francisco Julião Arruda de Paula²⁰.

E como se caísse a última gota que faltava para transbordar um copo já cheio, foi o discurso de Francisco Julião na Câmara dos Deputados, que incendiou a imaginação de todas/os, tanto das/os apoiadoras/es do golpe quanto das/os de oposição a ele. Com as frases: “Podemos dispor de 500 mil camponeses para responder aos gorilas como os gorilas quiserem. Na lei, como desejamos; na marra, se eles quiserem” (MACHADO, 2004, p.159).

O deputado deu a entender que estava se criando no Nordeste uma guerrilha rural. Com a fama de ser um admirador da Revolução Cubana, esse discurso foi visto como mais uma prova de que o comunismo estava se instalando no Brasil. Se os conservadores voltaram seus olhos para o Nordeste das Ligas Camponesas, com o intuito de reprimir o movimento, as/os militantes de esquerda voltaram seus olhos para este Nordeste vendo nele um solo fecundo para se plantar a revolução.

Nesse cenário local, muito ligado às conjunturas nacionais, Pernambuco se torna no pós-golpe um dos Estados de maior efervescência na militância contra a ditadura civil-militar e também um dos mais perseguidos, configurando-se como um dos Estados em que mais se praticou a tortura.

No Brasil inteiro, mulheres e homens vão às ruas para tentar deter o avanço ditatorial. Em 1968, manifestações de maiores aglomerações começam a eclodir, acentuadas pela morte do estudante secundarista Edson Luís, no Rio de Janeiro. Estudantes fazem passeatas em todo o país. No Rio de Janeiro, acontece a maior delas, a “Passeata dos Cem Mil”, com a participação de estudantes, líderes sindicais, intelectuais, artistas e políticos. Os mais diversos setores da sociedade mostravam sua insatisfação com a ditadura. Como com “1º de Maio da Praça da Sé, em que as autoridades foram corridas do palanque pelos trabalhadores; as greves metalúrgicas de Osasco/SP e de Contagem/MG; a paralisação dos canavieiros de Pernambuco” (PADRÓS *et al.* 2010, p.60).

²⁰ Francisco Julião Arruda de Paula, conhecido apenas por Francisco Julião, bacharel em Direito, advogou pela causa dos camponeses em Pernambuco e na Paraíba, muitas vezes sem receber honorários. Entrou na política e foi por duas vezes Deputado Estadual e uma vez Deputado Federal. Teve seus direitos políticos cassados em 1964 mediante a instituição do Ato Institucional de Número 1. Viveu na clandestinidade por um tempo, sendo preso por um período de 18 meses, e posteriormente exilou-se, passando mais de 15 anos fora do Brasil (PORFIRIO, 2004). Seu reconhecimento maior foi em decorrência de sua liderança nas Ligas Camponesas.

Com a crescente insatisfação da população e sua expressão nas ruas, com greves e paralisações, o governo ditatorial enrijece ainda mais no direcionamento da repressão, instalando o ato de maior cerceamento dos direitos civis e políticos – o Ato Institucional Número 5 (AI-5)²¹. Com isso, o Estado de Exceção fica cada dia mais latente, caracterizado por ser “[...] um ‘estado de lei’ em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem ‘força’) e em que, de outro lado, atos que não têm valor de lei adquirem sua ‘força’”, como é conceituado pelo filósofo Giorgio Agamben (2004, p. 61). Neste contexto de ditadura, os Atos Institucionais adquirem força, sendo, por meio dos quais o Estado de Exceção vai se constituindo e passa a perseguir políticos da oposição, líderes estudantis, líderes de sindicatos rurais, operários e qualquer cidadã ou cidadão que se manifestassem contrários ao governo ditatorial.

Tais perseguições culminavam em prisões, pautadas nas acusações de subversão e terrorismo, dois termos usados para designar qualquer atividade que fizesse oposição às ordens ditatoriais, enquadrando os militantes como criminosos pela Lei de Segurança Nacional. Esta contava com o forte apoio da mídia, que ajudou a construir o discurso associando os ideais de esquerda à falta de moralidade, à anormalidade, à falta de crenças religiosas, construindo as/os comunistas como a personificação mal. E assim, engendrou-se o chamado “medo do comunismo”²².

Em meio a perseguições, prisões, mortes e torturas, vários grupos, organizações e movimentos políticos começaram a se organizar, já que a criação de partidos não era permitida e os que existiam antes da instauração da ditadura foram extintos. Sobraram apenas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – partido governista- e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – partido de oposição permitido pelo governo. Para continuar fazendo oposição, os membros dos partidos de esquerda que foram extintos entraram para a clandestinidade e passaram a formar grupos clandestinos que militavam contra a ditadura. As desinências são muitas; o viés teórico e os métodos imputados para tirar do poder os militares também eram múltiplos.

No Estado de Pernambuco, vários desses grupos, organizações e movimentos políticos ganharam corpo e projeção regional e nacional. Isto se deu devido ao atuante movimento

²¹ O Ato Institucional Número 5 (AI-5) foi promulgado dia 13 de dezembro de 1968. Dava plenos poderes ao então Presidente da República, o General Costa e Silva, de cassar mandatos parlamentares, de intervir nos estados e municípios, cassar os direitos políticos de qualquer civil por um período de até dez anos e suspender a garantia de *habeas corpus*. Para maiores informações, ver: D’ARAÚJO, Maria Celina. **O AI-5**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

²² Para maiores leituras sobre o tema, ver: PORFIRIO, P. F. A. **Medo, comunismo e revolução**: Pernambuco (1959-1964). 1. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. v. 1; CAVALCANTI, E. V. **Relatos do Medo: a ameaça comunista em Pernambuco (Garanhuns 1958 - 1964)**. 1. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. v. único.

estudantil – um dos primeiros a fazer frente ao governo autoritário – como também por conta da chamada ala vermelha da Igreja Católica - Dom Helder Câmara, como Bispo de Olinda e Recife, adepto da Teologia da Libertação, muito preocupado com as questões sociais e com os Direitos Humanos, além de líderes partidários de muita influência e aceitação popular.

Os movimentos, vivências, experiência de luta eram os mais diversos possíveis. Pernambuco tornou-se atrativo para vários segmentos da militância pela multiplicidade de direcionamentos políticos que englobava, desde o grande número de trabalhadores operários na cidade de Paulista-PE, que trazia a possibilidade de organização do operariado, foco da POLOP, por exemplo; as mobilizações e o apoio da ala progressista da Igreja Católica - Dom Helder Câmara, com a Teologia da Libertação. Outro fator era grande número de estudantes concentrados na cidade do Recife, além da forte organização do Movimento Estudantil Secundarista e Universitário e da Zona da Mata, a que já nos remetemos, a resistência dos Engenheiros e a conquista das Ligas Camponesas do Engenho Galileia.

Aliado a tudo isso, Pernambuco ficava espacialmente distante de alguns centros de militância, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, o que fazia com que militantes conhecidas ou procuradas nessas localidades migrassem para Pernambuco como forma de proteção com a possibilidade de continuar o trabalho de militância, angariando mais gente para o combate à ditadura civil-militar.

Através da construção deste itinerário de oposição ao sistema ditatorial, buscamos cartografar a vida de militância das mulheres foco desta pesquisa e pensar a emergência de seus ativismos políticos a partir do golpe de 1964, mas que perdura até os dias atuais.

1.2 CARTOGRAFIAS DO DEVIR MILITANTE

Para tecer os modos de militância e ativismo político dos sujeitos foco desta pesquisa, buscamos apresentar importantes aspectos das cartografias traçadas por estas mulheres. Para tanto, entendemos que cartografia é

[...] um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. [...] A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formulação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos (ROLNIK, 2011, p.23).

Assim, cartografar os pontos de militância, de luta, efetuado por estas vinte e quatro (24) mulheres, é entender como suas ações ajudaram a criar novos mundos, novas paisagens. É pensar as ações destas mulheres como força motriz de transformação social e de si mesmas.

Desse modo, o que se procurou neste breve exercício de cartografar foi desenhar os movimentos, os devires dos sujeitos desta pesquisa, que tiveram suas vidas interligadas pela experiência da prisão e, de forma muito específica, na clausura da Colônia Penal do Bom Pastor.

O “movimento de constituição e desaparecimento das singularidades, a emergência do mundo em toda a sua multiplicidade [...]” (VASCONCELLOS, 2005, p. 152) dava-se em constante devir. Estas mulheres se inseriram em variadas posturas políticas, traçando múltiplos caminhos. Elas direcionaram suas escolhas muito mais baseadas na ética do que em preceitos morais, escolhendo, assim, a coerência entre pensamentos e ações.

Para Deleuze, os devires são sempre o *entre dois*, não uma semelhança ou imitação. Não se trata de deixar de ser um e tornar-se outro, pois “O devir não produz outra coisa senão ele próprio. É uma falsa alternativa que nos faz dizer: ou imitamos ou somos. O que é real é o próprio devir, o bloco de devir, e não os termos supostamente fixos pelos quais passaria aquele que devém” (DELEUZE e GUATTARI, 2012, p. 19). Assim, longe dessa fixidez, da singularidade e da linearidade é que estas mulheres experienciam o período de ditadura e pós-ditadura civil-militar brasileira, como veremos a seguir:

Ana Maria Medeiros da Fonseca

“Eu fui presa. Daí eu fui levada ao DOPS, que fica num lugar em Recife que tem um nome muito irônico pra o que acontecia ali, na Rua da Aurora”.

FIGURA 1: Fotografias de Ana Maria da Fonseca.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Nascida em Fortaleza, Ceará, em 05 de fevereiro de 1950, filha de Maria Cecília Medeiros Fonseca – supervisora- e João Pinto da Fonseca, que trabalhava no Pan Americano, provinha de uma família grande, tendo mais seis irmãs/irmãos. Entrou para o movimento

estudantil quando residia em sua cidade natal em meados de 1968, ano emblemático e que trouxe uma “reviravolta” para sua vida em decorrência da morte do estudante Edson Luiz e, posteriormente, a instituição do Ato Institucional Número 5.

Prestou vestibular para o curso de Filosofia, não passando no processo seletivo. Participou do Grêmio Estudantil na Escola Estadual Justiniano de Serpa, conhecida como Escola Normal, e do Centro Secundarista do Estado do Ceará, passando a integrar a Ação Popular²³.

Ana Maria mudou-se para Recife em 1969 para a realização de trabalhos da organização. Deveria se integrar à produção, nas fábricas, ou cortando cana na Zona da Mata pernambucana. Neste período, surge seu devir “Ana” ou “Alba”, codinomes utilizados dentro da organização e nas ações de luta. Nos autos de seu processo, consta sua prisão no dia 4 de outubro de 1969. Em seu testemunho, Ana Maria data sua prisão como tendo sido no domingo 5 de outubro de 1969, e continua sua narrativa dizendo que foi presa “[...] num lugar que tinha um nome lindo, no bairro que chamava Nova Descoberta, e o lugar chamava-se Alto das Morenas [...]”. Juntamente com Ana Maria, foram presos Amilton de França, de codinome “Marcelo”, e Pedro Coutinho de Almeida, “Vitor”.

No “[...] aparêlho (sic) da APR (Ação Popular Revolucionária)[...]”²⁴ foi encontrado “[...] farta documentação de caráter puramente subversivo”. Sendo levada “[...] ao DOPS, que fica num lugar em Recife que tinha um nome muito irônico para o que acontecia ali, na Rua da Aurora”²⁵. Foi torturada. As seções de “pancadaria”, como ela mesma referencia, causou-lhe a perda momentânea da coordenação motora da cabeça e dos braços. Foram necessários alguns dias para a recuperação de sua saúde física.

Foi transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor em 24 de novembro de 1969. Julgada em 4 de dezembro de 1969 e condenada a cinco anos de prisão, posteriormente conseguiu diminuição de pena para dois anos de prisão, ficando livre em 1971. Saiu do Bom Pastor, voltou para sua cidade natal e inseriu-se no Movimento pela Anistia, no qual não se sentia confortável em militar por perceber que o movimento estava legitimado socialmente por características que ela não possuía, como: ser mãe, irmã, filha ou esposa de preso político, afirmando ser “[...] uma mulher sem nenhuma dessas condições e militante”.

²³ A Ação Popular surgiu em 1962 e suas/seus integrantes eram estudantes advindos de organizações como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC), ligadas à Teologia da Libertação. Após o AI-5, a Ação Popular (AP) passou a pensar na luta armada como uma alternativa à luta política. Para maiores informações, ver: CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **Revolução e Democracia**: 1964. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007. v. 3. p. 100-116 (Coleção as esquerdas no Brasil).

²⁴ PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Ana Maria Fonseca**. Nº 18840. p.3.

²⁵ Idem.

Foi para São Paulo cursar História na Unicamp, terminando a graduação em 1981. Tornou-se pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Políticas Públicas. Sua militância continua ao ser integrada a projetos de políticas sociais que seguiram os ideais de sua militância, como: Coordenadora do Programa de Renda Mínima do município de São Paulo, na gestão de Marta Suplicy; foi também coordenadora do Programa Bolsa-Família, secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e analista de Políticas Sociais da Oficina do PNUD para a América Latina, entre outras atividades²⁶.

Áurea Santos da Silva – PRESENTE!

FIGURA 2: Fotografia de Áurea Santos da Silva.



Fonte: Imagem do prontuário individual do DOPS.

Filha de Ageu Claudino dos Santos e Petrolina Maria da Conceição, natural de Taquaritinga do Norte, cidade do agreste pernambucano. Áurea era trabalhadora doméstica e lavadeira. Nascida em 08 de julho de 1923, era analfabeta, casada no eclesiástico, mas não no civil, motivo pelo qual em seu processo judicial aparece em alguns momentos como solteira e seu cônjuge é referenciado como seu amante²⁷.

Ex-integrante das Ligas Camponesas, foi presa em 1971, acusada de exercer atividades subversivas junto à organização “terrorista” VAR-Palmares. Encontrava-se em sua residência reunida com outros companheiros de militância. O cerco policial para sua prisão foi marcado pela violência, pois os companheiros que foram presos junto a ela estavam envolvidos em

²⁶ Todas as informações sobre Ana Maria Medeiros Fonseca foram retiradas das seguintes fontes: Depoimento de Ana Maria Medeiros da Fonseca. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 28 min. 46 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário Individual de Ana Maria Fonseca**. Nº 18840. 1971. Plataforma LATTES: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4700772A2>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

²⁷ Em seu prontuário individual, consta o nome de Área Bezerra dos Santos, nome que usou na militância, fato este esclarecido durante o processo indenizatório requerido por sua filha Edileuza Santos da Silva, no ano de 2007.

“expropriações de automóveis” e “assaltos”²⁸. Houve resistência à prisão e durante o tiroteio um dos militantes foi morto – Raimundo Gonçalves. O filho mais velho de Áurea, ainda menor de idade, José Bezerra Filho, ficou ferido.

Áurea foi torturada e passou trinta (30) dias no DOI-CODI-PE, de onde saiu muito debilitada física e psicologicamente. Presa no dia 27 de abril, em seu prontuário consta a primeira entrada no hospital, primeira de várias outras que aparecem durante o processo, que referencia estar muito doente, possivelmente em decorrência das torturas que sofreu.

Ficou presa na Colônia Penal do Bom Pastor e foi absolvida em fevereiro de 1972, ficando, assim, quase um ano encarcerada. Era de família pobre. Ao ser presa, sua filha, Edileuza Santos da Silva, foi levada para o orfanato. Mãe de mais cinco filhos, sofreu por saber que em seu período de prisão seus filhos se encontravam na “mendicância”. Ao sair da prisão, teve grande dificuldade em encontrar trabalho, em decorrência do fato de ter sido presa política. Por isso, passou por muitas privações financeiras. Após uma vida de luta e militância, a morte chega para Áurea em 1999, aos setenta e cinco (75) anos²⁹.

Cleusa Maria Paim de Aguiar

“Eu tinha certeza que eu tava fazendo o que tava certo, pronto.
O resto a gente espera”.

FIGURA 3: Fotografias de Cleusa Maria Paim de Aguiar.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Gáúcha, natural de Três Passos – Rio Grande do Sul, nascida em 27 de julho de 1949, filha de Joaquina Paim de Aguiar e José Rosado de Aguiar. Cleusa se insere na militância a

²⁸ Prontuário individual de Arlindo Felipe da Silva, companheiro de militância que foi preso junto a Áurea e que ajudou a provar que Áurea Bezerra dos Santos e Áurea Santos da Silva é a mesma pessoa. O documento encontra-se anexado ao processo indenizatório de Áurea Santos da Silva.

²⁹ Todas as informações sobre Áurea Santos da Silva foram retiradas das seguintes fontes: PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual Áurea Bezerra dos Santos**. Nº 190280.1972. PERNAMBUCO. Secretaria de Justiça. **Processo Indenizatório de Áurea Santos Silva**. Nº 444/01-OG-A.

partir dos movimentos estudantis em 1969, participa da Campanha dos excedentes³⁰ e da Campanha de regulamentação da profissionalização de jornalista. Estudante de jornalismo na UFRGS, em Porto Alegre, concorre à vice-presidência do DCE na chapa Aliança Operária Estudantil para o DCE-livre.

Casou-se com Erico Dornelles, também militante de esquerda e integrante da mesma organização de Cleusa, a Quarta Internacional, referenciada em seu prontuário individual como “Fração Bolchevique – Trotskista do Partido Operário Revolucionário”. Com vinte (20) anos de idade, a jovem que, ao se casar, passou a se chamar Cleusa Maria Aguiar Dornelles, nome que consta em seu prontuário, torna-se “Ana”, codinome usado dentro da organização. Logo após o casamento, Cleusa e seu companheiro deslocaram-se, por ordem do partido, para continuar a militância em Recife. Transferiu seu curso universitário, passando a estudar na Universidade Católica de Pernambuco, o que durou pouco tempo, pois começou a trabalhar durante os dois turnos como recepcionista no Investibanco, afastando-se do curso.

Sua prisão foi efetuada em 24 de abril de 1970, acusada de praticar atividades subversivas. Presa junto a Vera Stringuini, Erico Dornelles e outros integrantes do partido, foram encontrados jornais de esquerda e panfletos do partido. Presa no DOPS-PE durante três meses, desenvolveu anorexia, pois não conseguia ingerir a alimentação que serviam na prisão. O aspecto sujo da comida e a indefinição de que tipo de comida se tratava levaram o seu organismo a rejeitar a ingestão de alimentos.

Sem comer, ficou debilitada, perdeu a fala e os movimentos de locomoção. Com o agravamento de seu estado de saúde, seu advogado, Boris Trindade, conseguiu sua transferência para a Colônia Penal do Bom Pastor.

De julho de 1970 a junho de 1971, ficou presa na Colônia. Quando saiu, voltou a seu Estado natal e retornou para o curso de jornalismo. “Passou por dois casamentos, tem duas filhas e uma neta”³¹. Cleusa hoje sofre de uma doença neurológica degenerativa que lhe afeta o pensamento e a fala. Segundo sua filha Cristina, “as lembranças do encarceramento e os problemas sofridos recentemente na família fizeram com que a [...] doença se agravasse”.

³⁰ A Campanha dos excedentes foram manifestações ocorridas nos anos de 1960, nas quais se colocava em pauta a entrada dos estudantes secundaristas que passavam no vestibular, nas universidades. Os excedentes eram aqueles que obtinham média necessária para ingresso nas universidades, mas não conseguiam ingressar nas universidades pelo déficit de vagas. Para maiores informações, ver: BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”. In: **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 51, p. 123-144, jan./mar. 2014. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n51/n51a09.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

³¹ Fala de Cristina, filha de Cleusa Maria Paim Aguiar, no documentário *Vou contar para meus filhos*. Em decorrência da doença de Cleusa, Cristina participa do documentário trazendo algumas informações sobre a trajetória de sua mãe, que possui dificuldades de conexão entre memória e linguagem.

“Como a resistente que é [...]”³², Cleusa vem aprendendo a viver com essas limitações “impostas pela vida e pelo tempo”³³.

Dulce Chaves Pandolfi

“Não me arrependo de nada, começaria tudo outra vez [...] Eu acho que valeu a pena, vencemos, estamos aqui”.

FIGURA 4: Fotografias de Dulce Chaves Pandolfi.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Nascida no dia 14 de dezembro de 1948, natural da cidade do Recife, Pernambuco, filha de Carmem de Castro Chaves Pandolfi e Luiz Pandolfi. Era uma jovem estudante secundarista quando a ditadura civil-militar foi deflagrada. Vinda de família de classe média, sua militância se amplia ao ingressar no curso de Sociologia, na Faculdade de Filosofia de Pernambuco.

Em seu devir “Verônica” ou “Ana” junto à ALN, vivencia o afastamento familiar e de seu Estado natal, entrando na clandestinidade por motivos de segurança em 1969. Foi presa no Rio de Janeiro em 1970, levada para o DOI-CODI – RJ. Prestou depoimento no CENIMAR em 22 de agosto de 1970, acusada de subversão e terrorismo. Em seu processo, consta a participação em expropriações de carro e assaltos a bancos. Presa pela Operação Bandeirante, foi usada como cobaia para uma aula de tortura:

No dia 20 de outubro, dois meses depois da minha prisão e já dividindo a cela com outras presas, servi de cobaia para uma aula de tortura. O professor, diante dos seus alunos, fazia demonstrações com o meu corpo. Era uma espécie de aula prática, com algumas dicas teóricas (Depoimento de Dulce Pandolfi na Comissão Nacional da Verdade, 2014 p.351).

³² Idem.

³³ Informações extraídas do depoimento de Maria Paim Aguiar. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 28 min. 46 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Cleusa Maria Aguiar**. Nº 19038. 1971.

Transferida do DOI-CODI-RJ para o Presídio Feminino de Bangu, passou em média seis meses numa cela “solitária”, até que em 1971 foi transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor. Ficou na Colônia até 14 de dezembro de 1971, quando conseguiu o relaxamento da prisão preventiva. A liberdade foi seu presente de aniversário, quando pôde voltar para casa junto aos seus pais, sendo recepcionada por uma grande festa.

“A Dulce de hoje é uma Dulce que tem a ver com esse passado, né? É uma Dulce que tem essa história e outras histórias, essa talvez a mais forte, mas tem várias outras histórias”. (PANDOLFI, Dulce, 2011)³⁴ Entre essas outras histórias, estão sua formação em História, tendo se tornado pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, e diretora do Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais – IBASE, em 2004. Continuou sua militância a partir de duas vertentes: a primeira com pesquisas e publicações acerca da história política do Brasil, a construção da cidadania e dos direitos sociais, e a segunda na denúncia às violências perpetradas pelo Estado nas décadas de 1960 a 1980 no Brasil³⁵.

Eridan Moreira Magalhães

“[...] nós mostramos que as mulheres brasileiras, jovens mulheres, tinham raça, graça, tinham fé e que lutavam [...]”.

FIGURA 5: Fotografias de Eridan Moreira Magalhães.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Natural de Cajazeiras, cidade do sertão da Paraíba, nascida em 10 de setembro de 1950, filha de Valdelice Moreira Magalhães e Vicente Américo Magalhães, tinha dezenove (19) anos quando foi presa em 12 de junho de 1969, e era uma simpatizante do Movimento

³⁴ Fala proferida no Documentário: Vou contar para meus filhos, 2011.

³⁵ Informações extraídas do depoimento de Dulce Chaves Pandolfi. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 28 min. 46 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Dulce Chaves Pandolfi**. Nº 19.032. 1971.

Estudantil em Pernambuco. Presa junto a Lilia Gondim enquanto pichavam ônibus com as frases: “Abaixo da ditadura militar” (sic), “Fora Rockefeller” e “Abaixo o imperialismo americano”.

Transferida para o Bom Pastor em 16 de junho de 1969, foi julgada e condenada em 9 de abril de 1970. Terminou de cumprir pena e ficou em liberdade. Após este período, entra na clandestinidade por onze (11) anos. Este período da vida de Eridan permanece sombreado em suas falas. Em depoimento no documentário, apenas faz alusão a este período, sem entrar em nenhum detalhe.

Porém, em 7 de novembro de 1972, foi emitido documento que consta nos autos de seu processo, segundo o qual ela passa a ser procurada pela polícia, sendo considerada fugitiva, junto a seu marido, José Vieira Loguercio, ambos envolvidos em “atividades de subversão”.

No pós-ditadura Eridan permaneceu envolvida com as questões sociais a partir de seu trabalho como assistente social. Hoje funcionária pública, atua no combate ao trabalho infantil e proteção ao adolescente no âmbito do trabalho, desenvolvendo suas atividades na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul³⁶.

Erlita Rodrigues dos Santos

[...] eu ia fazer uma visita domiciliar a uma criança e chegava lá na casa da pessoa de chão batido [...] e dizer pra ela que a criança precisava comer verdura, sopa de verdura, tomar um caldinho com carne [...] quando as pessoas num tinha nem uma água tratada pra beber, a pessoa num tinha nem onde dormir [...]

FIGURA 6: Fotografias de Erlita Rodrigues dos Santos.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

³⁶ Informações extraídas do depoimento de Eridan Magalhães. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 20 min. 28 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Eridan Magalhães**. Nº 18.703. 1970.

³⁷ Fala retirada do testemunho de Erlita Rodrigues dos Santos. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 20 min. 28 seg.

É a partir destas percepções do contexto social e do flagelo cotidiano no qual estava inserida a população pobre do país, principalmente nos Estados do Nordeste, que Erlita Rodrigues dos Santos, nascida em 5 de julho de 1939, filha de Rita Pacheco de Almeida e Sabino Rodrigues dos Santos, natural de Malhador – Sergipe, formada em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem do Rio de Janeiro em Niterói, ingressou no curso de Sociologia e Política na FAFIPE em Pernambuco, na cidade do Recife, e passou a integrar entre 1968-1969 a organização Trotskista – Fração Bolchevique – Trotskista do Partido Operário Revolucionário, seção brasileira da Quarta Internacional Comunista.

Em seu devir “Mariana”, foi atuante na organização e participou de congressos e reuniões. Aparece na documentação do DOPS-PE como integrante da “célula camponesa” por realizar atividades no Engenho Tiriri, no município de Cabo de Santo Agostinho, pertencente à Região Metropolitana de Recife. Foi descoberta pela Secretaria de Segurança Social, quando o aparelho da organização, que funcionava na Rua do Sossego, bairro da Boa Vista, em Recife, foi encontrado pelo referido órgão, resultando em prisões – Cleusa Maria e Vera Striguini foram presas neste aparelho- onde também foram apreendidos documentos e jornais da organização clandestina.

Em meio a estes documentos, constavam nome e endereço de Erlita, que havia se disponibilizado para receber um telegrama com o aviso de que uma/um integrante do Rio Grande Sul chegaria a Recife. A partir da ação no aparelho e dos documentos lá encontrados, Erlita e alguns outros integrantes que não se encontravam no apartamento no momento da atuação dos órgãos de repressão foram mapeados e passaram a ser procurados e considerados foragidos.

Sendo procurada, e com seu endereço descoberto, Erlita desenha uma sequência cartográfica fugindo da repressão. De Recife – PE para Salvador – BA, onde passa a trabalhar no Hospital da Sagrada Família. Da Bahia para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como professora de enfermagem na Escola Alfredo Pinto. Com a polícia em seu encalço, mais um deslocamento se fez necessário, do Rio de Janeiro para Fortaleza.

Tendo sido julgada à revelia³⁸ em 10 de setembro de 1971, ao chegar a Fortaleza em 1972, foi aconselhada pela advogada Mércia de Albuquerque a comparecer à Secretaria de Segurança Social em Recife para cumprir pena, pois o fato de já ter sido julgada e condenada a dois anos de reclusão garantia que ela não seria submetida a seções de tortura.

Assim, em 23 de outubro de 1972, após pouco mais de um ano de sua condenação, Erlita, junto à sua advogada, comparece ao DOPS-PE para cumprir sentença, sendo levada para a Colônia Penal do Bom Pastor. Presa aos trinta e três (33) anos de idade, Erlita passou quase

³⁸ Termo usado para designar o julgamento realizado sem o comparecimento da/do indiciada/o.

três anos com os passos sempre à frente dos órgãos de repressão, tática que a salvou das torturas físicas que assolavam as presas e presos políticos ao chegarem ao DOPS e/ou DOI-CODI.

Saindo da prisão, volta para seu Estado natal, passando a morar com seus pais em Aracaju, onde foi presa “por engano” e logo solta. O medo de sair de casa e novamente ser presa a fez procurar outro espaço para dar continuidade à sua vida. Mais uma vez, mudar de estado foi a solução encontrada por ela, passando a residir em Brasília, onde foi aprovada no concurso da universidade e passou a compor sua militância em meados dos anos de 1980 na Associação Brasileira de Enfermagem³⁹.

Gilseone Cosenza

“[...] ali a gente usava muito pra estudar [...] que era um forma inclusive da gente se fortalecer junto [...]”.

FIGURA 7: Fotografias de Gilseone Cosenza.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Gilseone Westin Cosenza, filha de Simone Westin e José Nicodemo Cosenza, irmã de Gilse, Gildásio e Gilda, aponta para a força com que as torturas a marcaram. Entrou na militância através do movimento secundarista em 1967, em Belo Horizonte – MG, seu Estado natal, quando tinha apenas dezesseis (16) anos de idade. Seu irmão Gildásio e sua irmã Gilse, assim como Gilseone, foram integrantes da Ação Popular e, ao serem presos, foram duramente torturados. Gilse, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, descreve inclusive ter sofrido torturas sexuais⁴⁰.

³⁹ Informações extraídas do depoimento de Erlita Rodrigues dos Santos. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 20 min. 28 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Erlita Rodrigues dos Santos**. Nº 19027. 1973.

⁴⁰ Para maiores informações sobre Gilse Cosenza e Gildásio Cosenza, irmãos de Gilseone ver: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**: Volume I. Brasília: [s.n.], 2014.

Preso em 1968 em passeata, foi para o Juizado de Menores e internado em clínica para tratamento de doentes mentais. Ao sair da clínica, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde continuou a militância na Ação Popular (AP) e no movimento estudantil. Em 1969, com o aumento da repressão, muitas/os integrantes da organização da qual participava foram presos/os. Em decorrência dessas prisões, ela viu a necessidade de sair do Rio de Janeiro, mudando-se para São Paulo.

Em São Paulo, matriculou-se numa escola secundarista, formou um grêmio estudantil e passou a reestruturar a Associação Paulista Secundarista. Posteriormente, foi eleita para a assessoria da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), atividade que a levou para Recife em 1971, com o intuito de desenvolver os trabalhos da UBES onde havia uma intensa organização do movimento estudantil.

Gilseone, como tática de resistência, dividia-se entre os devires de “Flávia” e “Sônia”. Como Sônia, continha documentos e se tornou vendedora de livros na livraria José Olímpio. Foi presa por acasos da linguagem, confundida com uma moça moradora de Goiana que era “ecunemista”, tendo sido confundida com “comunista”, graças à fama da cidade de Goiana, apelidada à época de “Moscouzinha” pela quantidade de pessoas ligadas ao comunismo. Despedindo-se de Recife e indo à livraria buscar seu último salário, Gilseone foi presa pela equipe de Luiz Miranda, conhecido torturador em Pernambuco.

Levada para um espaço que ela não consegue localizar, mas lembra de ouvir o apito do trem passando nas proximidades, foi torturada e lá passou de dois a três dias presa, até que foi levada para o DOPS-PE e transferida para o Rio de Janeiro, onde já tramitava um processo sobre ela. No DOPS-RJ, ficou presa junto às presas comuns, sendo novamente transferida para o DOPS-PE, lá passando alguns dias até ser levada à Colônia Penal do Bom Pastor.

Ficou presa na Colônia Penal de dezembro de 1971 a maio de 1972. Por já ter sido julgada no Rio de Janeiro pelas mesmas acusações imputadas em Pernambuco e tendo sido absolvida por falta de provas, o advogado entrou com o pedido de litispendência, conseguindo, assim, a extinção do processo arrolado na cidade do Recife⁴¹. Outro processo tramitava em São Paulo, o que levou Gilseone a ser transferida para este Estado, com o objetivo de comparecer à audiência, sendo condenada a dois anos de prisão e levada para o presídio de Tiradentes-SP, onde permaneceu até 1973, saindo em liberdade condicional.

Tendo terminado o cumprimento da pena, passou um tempo afastada da militância até que se mudou para Salvador. Em retorno à militância, mas por outros caminhos, começou a

⁴¹ Litispendência: estado de um litígio conduzido simultaneamente perante dois tribunais do mesmo grau, um e outro igualmente competentes para julgá-lo, o que leva a providenciar que o processo seja retirado de um em favor do outro. Informações disponíveis em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=litispend%C3%AAncia>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

participar do “Jornal Movimento”. Posteriormente, participou da fundação do “Jornal Em Tempo”. Mudou-se para São Paulo, adentrando no Movimento Feminino, e participou do “Jornal Brasil Mulher”⁴².

Helena Moreira Serra Azul

“[...] eu acho que é uma questão de dialética, tudo existe, tem o lado terrível da ditadura, mas tem o lado da solidariedade [...] e eu sempre assim, levo muito em consideração o lado da solidariedade, sabe! Porque eu acho que assim a gente consegue viver e sobreviver e ir pra frente, construir um mundo melhor”.

FIGURA 8: Fotografias de Helena Moreira Serra Azul.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Nascida em 14 de novembro de 1947, em Fortaleza, capital do Ceará, filha de Maria do Socorro Moreira Serra Azul e Celso Serra Azul, escritor e advogado. Entrou na militância a partir da Juventude Estudantil Católica (JEC), junto ao Grêmio Estudantil. Posteriormente, já cursando Medicina, passou a atuar na Ação Popular (AP), organização clandestina, participando de passeatas e das greves por melhores condições de ensino.

Casou-se com Francisco das Chagas Dias Monteiro, também militante. Em 1968, logo após a instauração do AI-5, o apartamento onde os dois moravam foi descoberto pela polícia. Desse modo, ela teve de entrar para a clandestinidade. Como seu viés de militância política perpassava pela pregação religiosa da caridade para com o próximo, encontrando nesse caminho as histórias das Ligas Camponesas, isto a faz migrar como clandestina para o

⁴²Informações extraídas do depoimento de Gilseone Cosenza. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 23 min. 39 seg.

Estado de Pernambuco para desenvolver o trabalho da AP nos engenhos, sendo integrada na produção da Usina de Ipojuca⁴³.

Helena, ao ser presa em 15 de outubro de 1969, sofreu violências muito específicas em decorrência de sua maternidade, em sua maioria de ordem psicológica – que se configuravam em torno de ameaças à integridade física de seu filho - que a deixou mais vulnerável junto aos órgãos de repressão. Gestou, pariu e viu seu filho Manoel dar os primeiros passos no cárcere da Colônia Penal do Bom Pastor, em Recife, no ano de 1970, sendo julgada e condenada em 4 de dezembro de 1969 a cinco anos de reclusão, cumprindo pena até 1971.

Ao sair da prisão, voltou para Fortaleza, onde sofreu perseguição, tendo a casa de seu sogro invadida. Foi presa novamente por alguns dias, sendo novamente posta em liberdade. Terminou o curso de Medicina, hoje é professora universitária e ajudou a criar a primeira Associação de Médicos Residentes. Continua denunciando as torturas cometidas pelo Estado ditatorial, como membro da Associação 64/68 Anistia-CE. Sem perder a ternura, narra experiências traumáticas, sem esquecer-se da solidariedade e dos laços de afetividade, de amizade, desenvolvidos principalmente no período em que gestou e criou seu filho Manoel na prisão. Laços que se estendem até o presente e se fortalecem pela necessidade de denunciar os anos de ditadura no Brasil⁴⁴.

Helena Mota Quintela – PRESENTE!

FIGURA 9: Fotografia de Helena Mota Quintela.



Fonte: Imagem prontuário individual do DOPS.

⁴³ A Usina de Ipojuca, localizada na cidade de Ipojuca, em Pernambuco, a pouco mais de 70 quilômetros da capital, Recife. É hoje uma das cidades integradas da região metropolitana do Recife.

⁴⁴ Informações extraídas do depoimento de Helena Serra Azul. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 23 min. 39 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Helena Serra Azul**. Nº 18.855. 1971.

Natural de Caucaia, no Ceará, nascida em 5 de fevereiro de 1950, filha de Odete Mota Quintela e Paulo de Almeida Quintela. Helena Mota Quintela passou a participar de movimentos estudantis na cidade de Fortaleza-CE. Em 1970, passou a militar no PCBR, onde foi tomada pelos devires de “Guerrilheira”, “Matilde”, “Olga” e “Regina”. Saiu de Fortaleza em direção a Recife em 1971, depois que, em atividade de pichação da qual participava, um dos integrantes da organização foi preso.

Ainda em Fortaleza, consta em seu prontuário individual que Helena participou de treinamento para guerrilha, aprendendo a atirar e manusear bombas. Ficou conhecida por “Guerrilheira” por não ter medo de pegar em armas. Em Recife, continuou na militância até que foi presa no dia 4 de abril de 1972 em frente ao seu trabalho, na Cooperativa Central Nordestina Artesanal Ltda – COCENA, junto com sua prima Maria Quintela, quando esta foi avisá-la que a polícia estava à sua procura. Grávida de quatro meses, foi torturada física e psicologicamente.

Teve seu filho Marcelo durante a prisão no Bom Pastor. Seu período de gravidez foi conturbado pelas torturas psicológicas que sofreu, sendo ameaçada de “[...] ter o seu filho ‘arrancado à ponta de faca’ [...]”. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p.44). Helena pôde ficar com o filho recém-nascido na Colônia Penal, até que foi julgada e absolvida por falta de provas em 12 de dezembro de 1972.

Casou-se com Fabiano Adalberto de Almeida Leite - pai de seu filho Marcelo – em outubro de 1976, passando a ter o nome de Helena Quintela Leite. Tornou-se fonoaudióloga e veio a óbito em 1998, em decorrência de um câncer⁴⁵.

Lilia Maria Pinto Gondim

“É importante que as pessoas inclusive não se iludam em relação a essa questão de que a tortura foi um excesso, um acidente de percurso, que o assassinato e a morte foi um acidente de percurso [...] a tortura foi institucionalizada [...]”.

⁴⁵PERNAMBUCO. Secretaria de Justiça. **Processo Indenizatório de Helena Mota Quintela**. Nº 407/01-OG-A. Junto a este está anexado o seu prontuário individual, no qual constam as informações sobre seu período de prisão.

FIGURA 10: Fotografias de Lilia Maria Pinto Gondim.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Nascida em Recife, capital de Pernambuco, em 1 de outubro de 1950, filha de Oscarina Pinto Gondim e José Luiz de Barros Gondim. Começou a participar de movimentos de contestação no Grêmio Estudantil, filiando-se à Ação Popular (AP) posteriormente. Aos dezenove (19) anos, foi presa pela primeira vez no dia 12 de junho de 1969, junto a Eridan, pichando ônibus em protesto à vinda de Nelson Aldrich Rockefeller⁴⁶ ao Brasil.

Sua transferência para o Bom Pastor se deu em 16 de junho de 1969, sendo Lilia e Eridan as duas primeiras presas políticas da Colônia Penal do Bom Pastor. Foi julgada e condenada a um ano de detenção, tendo seu processo cancelado em 27 de abril de 1971, quando foi posta em liberdade.

Após cumprir pena, afastou-se da organização clandestina da qual era integrada. Ainda assim, em 1972, foi sequestrada na porta de sua casa pelos agentes do DOPS-PE. Estava grávida de dois meses. Levada para o DOI-CODI-PE, foi torturada e passou em torno de três dias em cárcere, descobrindo em meio aos interrogatórios que o objetivo do encarceramento e das torturas era saber o paradeiro de Eridan, que estava sendo procurada pelos órgãos da repressão.

Suas experiências de militância em torno das denúncias de violação aos direitos humanos cometidos dentro do Estado brasileiro no contexto de ditadura estão presentes frente à elaboração da argumentação do documentário *Vou contar para meus filhos*⁴⁷, desenvolvidas junto a Yara Falcón. Lilia segue na militância pela memória das/os presas/os e torturadas/os

⁴⁶ Nelson Aldrich Rockefeller era governador de Nova Iorque e fez uma visita ao Brasil em junho de 1969. Foi considerado pelos opositores do regime ditatorial o representante do imperialismo americano. Em decorrência disto, várias organizações clandestinas efetuaram ações urbanas que mostravam a insatisfação e o repúdio aos Estados Unidos da América, neste momento representado pela figura do Rockefeller. Vários muros e ônibus em diversas cidades amanheceram com os dizeres “Fora Rockefeller”, o que não foi diferente em Recife.

⁴⁷ BRASIL (2011). **Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. Produção: Hamilton Filho, Luisa Malu. Roteiro: Tuca Siqueira. Distribuidora: Cabra Quente filmes. Gênero: Documentário. Duração: 24 min.

pelo regime ditatorial, efetuando trabalhos dentro da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara – PE⁴⁸.

Lyilia da Silva Guedes

“[...] você estar junto, né! E estar junto no sentido de se apoiar, de acolher uma à outra, de dar força uma pra outra é uma experiência forte”.

FIGURA 11: Fotografias de Lyilia da Silva Guedes.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Natural de Fortaleza, no Ceará, Lyilia da Silva Guedes, filha de Rosa da Silva Guedes e Petengy Moreira Guedes e irmã de Belisa Maria da Silva Guedes, também militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), nascida em 8 de julho de 1952, começou a tomar conhecimento da militância de esquerda ainda quando cursava o secundário no Colégio Liceu, em Fortaleza, aos dezessete (17) anos de idade. Aproximou-se da Ação Popular e depois do PCBR.

Começou a participar de atividades de pichação que pregavam o voto nulo. Com a aproximação das eleições de 1970, o PCBR efetuou uma campanha expressa nas paredes das cidades com os dizeres “Eleição é tapeação. Luta armada é a solução” e “VOTO NULO X”. Em uma dessas noites de pichação pela cidade, foi perseguida pela polícia e um dos integrantes do grupo foi preso. Por motivos de segurança, pelo protocolo do partido, entrou na clandestinidade, ficando confinada no aparelho do partido.

Seu rosto ainda era desconhecido dos órgãos de repressão até que seu pai, ex-preso comum, com mais de onze (11) processos por crimes no Ceará, passou a exercer atividades de informante para a 10ª Região Militar e DOPS. Em decorrência de seu bom comportamento na

⁴⁸ Informações extraídas do depoimento de Lilia Gondim. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 26 min. 40 seg; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Lilia Gondim**. Nº 18.705. 1970.

prisão, colocou então fotos de Lyliã numa propaganda na televisão alegando que ela teria fugido com terroristas.

Com o rosto conhecido pela cidade e sendo procurada, foi levada para o Rio Grande do Norte para a praia de Redinha, em Natal, onde havia um aparelho do partido. Do aparelho em Redinha foi levada para o aparelho na praia de Maria Farinha, em Pernambuco, no município de Paulista, onde foi presa em 30 de janeiro de 1971 juntamente com outros companheiros, inclusive Odijãs Carvalho, já conhecido e muito procurado pela polícia política.

Utilizando a documentação com o nome de Severina Maria da Silva e os codinomes de “Juliana” e “Renata”, em seu prontuário individual consta que foram apreendidos no aparelho: material de propaganda, armas, munição e bombas, não havendo junto ao processo fotografia desses materiais relatados como apreendidos por três membros da polícia, que fizeram a ocorrência. Tal fato tornou sua prisão e a de Odijãs Carvalho mais violenta.

Foi torturada e viu Odijãs, importante liderança estudantil e há muito tempo procurado pela repressão, ser brutalmente torturado, o que posteriormente o levou a óbito. Percebemos em seu testemunho no documentário que a memória da tortura de Odijãs é muito forte. Testemunha do assassinato sob tortura de Odijãs, ajudou a denunciar essa morte e as torturas cometidas nos porões da ditadura, assinando uma “Carta denúncia” elaborada em 2 de março de 1971, junto a Maria Ivone Loureiro, Alberto Vinicius Melo do Nascimento, Mário Miranda de Albuquerque, Claudio Roberto Marques Gurgel e Rosa Maria Soares.

Lyliã ficou por quase três meses no DOPS-PE e foi transferida para o Quartel do Derby, onde ficou por três meses em celas sem paredes. Os quatro lados eram feitos de grades, onde era diariamente assediada pelos policiais. Foi transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor. Condenada a cinco anos de prisão em 11 de novembro de 1971, ficou no Bom Pastor até 1972. Ao sair da prisão, mudou-se para o Rio de Janeiro, depois para Campinas, em São Paulo, onde ingressou na Universidade de Campinas – Unicamp – no curso de História, em 1976.

Continua a militância através da luta pelo direito à verdade. É professora aposentada de História da Universidade Federal do Mato Grosso e desenvolveu até 2015 atividades no cargo de professora no acompanhamento de políticas públicas para povos indígenas, comunidades negras tradicionais e povos ciganos⁴⁹.

⁴⁹ Informações extraídas do depoimento de Lyliã Guedes. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 26 min. 40 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Lyliã Guedes**. Nº 19185. 1972. Plataforma LATTES: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4796162D7>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

Maria Aparecida dos Santos

“[...] de alguma forma a gente tava jogando um pouco de luz naquela coisa muito escura que era o momento que a gente vivia”.

FIGURA 12: Fotografias de Maria Aparecida dos Santos.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Nascida em 1 de outubro de 1949, em São José do Campestre, localizado na microrregião da Borborema, no Rio Grande do Norte, filha de Severina Félix dos Santos e João Coelho dos Santos, Maria Aparecida dos Santos ingressa no movimento de esquerda a partir do movimento estudantil, quando era secundarista em Natal – RN e morava na “Casa da Estudante”, onde precisava trabalhar para se manter na cidade e estudar.

Ao trabalhar em fábricas, passou a desenvolver atividades para o PCR em seu ambiente de trabalho, tendo como foco de militância o movimento operário. Com a prisão de alguns integrantes da organização em Natal, o partido julgou necessário o ingresso na clandestinidade. Mudou-se para Recife, onde tomou documentação e tornou-se Patrícia Silva de Albuquerque.

De início, trabalhou na Fábrica da Torre, onde também desenvolvia as atividades do partido, e posteriormente foi trabalhar em supermercado até 1973, quando grande parte das/os integrantes do partido foram presas/os, inclusive lideranças como Manoel Lisboa e amigas próximas, como Maria do Carmo Tomás. Maria Aparecida parou de trabalhar e passou a viver na clandestinidade, restrita aos aparelhos do partido. Sua militância perpassa os cinco anos de clandestinidade e isolamento até 1978. Além de mudanças de nome/identidade e outras performances, fez panfletagem, escreveu artigos para o jornal “Luta Operária” e pelo treinamento para a luta armada.

Preso em 8 de abril de 1978, Maria Aparecida diz não ter sofrido torturas físicas. Porém, alega ter ficado sem poder tomar seus remédios, com propriedades anticonvulsivantes, também conhecidos como “remédios controlados”. A necessidade de tomar tal medicamento se deu a partir de 1974, em decorrência da clandestinidade, quando começou a desenvolver

epilepsia e fobia da escuridão, por exemplo. Nesse sentido, observamos que muitas vezes a tortura física era encarada apenas a partir da prática de choques elétricos, socos e pontapés, mas as negativas de continuidade dos medicamentos também se configuram como tortura física, tendo em vista que ela tinha seu corpo afetado pela privação dos remédios.

Foi julgada à revelia e condenada a dois anos e oito meses de prisão. Cumpriu um ano e quatro meses da pena e conseguiu sair em 1979, graças à Lei de Anistia. Ao falar da Anistia, lembra que, com a expansão desta luta, passou a receber mais visitas na prisão, inclusive de artistas como Eva Wilma e políticos conhecidos nacionalmente, como Ulisses Guimarães.

Ao sair da prisão, continuou participando das manifestações e adentrou nos movimentos de mulheres. Voltou para o Rio Grande do Norte, filiou-se a um partido de esquerda, mas, com o passar do tempo, foi se distanciando da militância política em partidos. Tomou outros caminhos; experimentou outros devires e tornou-se o que chamou de “outra Cida”. A militância hoje lhe parece: “uma coisa bem distante, sabe?! É como se fosse uma outra Cida, uma outra vida[...]”. Hoje vive, segundo ela mesma, uma vida comum aos brasileiros. Casou-se, teve filhos, é aposentada e vive como dona de casa⁵⁰.

Maria do Carmo Tomás

“Em virtude de eu ter sido presa aqui no Recife e muito torturada, o meu sentimento era tentar sair de Recife, era como que eu não fosse ser torturada nunca mais [...]”.

FIGURA 13: Fotografias de Maria do Carmo Tomás.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

⁵⁰ Informações extraídas do depoimento de Maria Aparecida dos Santos. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 26 min. 40 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Justiça. **Processo Indenizatório de Maria Aparecida dos Santos**. Nº 010-01-OG-A. Junto a este documento, está anexado o prontuário individual de Maria Aparecida dos Santos, no qual constam as informações sobre seu período de prisão.

Nascida em Bananeiras, na Paraíba, em 10 de junho de 1947, Maria do Carmo Tomás logo se muda, passando a viver no interior do Rio Grande do Norte junto à sua mãe, Severina Josefa da Conceição, e seu pai, Manoel Tomás dos Santos. De família pobre, órfã, passou a morar com os primos em São José do Campestre – RN. Para dar continuidade, o estudo secundarista foi morar em Natal, na casa do estudante.

É nesse período que entrou em contato com as ideias revolucionárias de esquerda junto aos integrantes do Partido Comunista Revolucionário (PCR), atuando no Comitê de Luta Operária (CLO). Com a prisão de alguns integrantes do PCB, precisou entrar para a clandestinidade e deslocar-se para o Estado de Pernambuco, onde, integrada à produção, realizou trabalhos da organização clandestina como operária na fábrica da Torre. Maria do Carmo tornou-se “Ana”, “Carmem”, “Anita”, “Catarina” e “Conceição” para desenvolver diversas atividades para o partido, como cooptação na fábrica para a luta armada. Além disso, distribuía e produzia panfletos, escrevendo também artigos para o Jornal “Luta Operária”.

Em 7 de agosto de 1973, dia de sua prisão, Maria do Carmo chegava para mais um dia de trabalho quando se deparou com a polícia, que já a esperava. Seu partido tinha efetuado dias antes um assalto a uma base da Aeronáutica com o intuito de obter armas para a organização e o material angariado ficou guardado na casa dela. Desse modo, Maria do Carmo foi considerada pela polícia como uma das lideranças do partido, tendo assim muitos contatos e informações a revelar, o que ajudaria na prisão de outras/os integrantes.

Para arrancar essas informações, foram perpetradas sobre seu corpo torturas durante todo o dia no DOI-CODI. Em sua chegada, encontrou-se com o companheiro de luta Manoel Lisboa, um dos dirigentes do partido, que foi assassinado sob tortura nos porões da ditadura.

Foi transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor em 21 de dezembro de 1973, passou um ano e quatro meses presa e obteve relaxamento de prisão para esperar julgamento. Foi julgada e condenada a dois anos e seis meses, tendo de voltar à Colônia para terminar de cumprir a pena. Cumpriu, no total, dois anos e quatro meses de prisão.

Ao sair da prisão, em novembro de 1977, Maria do Carmo conta que: “Em virtude de eu ter sido presa aqui no Recife e muito torturada, o meu sentimento era tentar sair de Recife, era como que eu não fosse ser torturada nunca mais”. Voltou para Natal, onde passou a trabalhar, e foi aprovada em concurso público. Posteriormente, casou-se e foi morar em São Paulo, onde teve filhos e netos. Os sofrimentos e a violência sofrida no período de militância a fizeram

afastar-se do ativismo político. Porém, a esperança de mudança e de um mundo mais igualitário permanecem em seus ideais⁵¹.

Maria do Socorro Diógenes

“Sempre tive um sentimento muito forte com relação à liberdade e injustiça, sabe?! Já assim pelo natural, já pela vida mesmo que a gente passava, né?! Porque meus pais, como camponeses sem terra, sempre foram muito explorados pelos latifundiários [...]”.

FIGURA 14: Fotografias de Maria do Socorro Diógenes.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Filha de camponeses sem terra, Maria das Dores Diógenes e Antônio Martins de Araújo, natural de Jaguaribe, no Ceará, nasceu em 30 de junho de 1943 e, para dar continuidade aos estudos, precisou mudar-se para Fortaleza, onde estudou em Colégio de Freiras e tinha o intuito de tornar-se uma delas. Ao concluir a educação básica, percebeu que não tinha “vocação” para a dedicação exclusiva à Igreja e foi fazer o ensino superior.

Ao ingressar no curso de Letras em 1968 na Faculdade Estadual do Ceará, começou a participar de passeatas. Entrou em contato com grupos que, a partir de indicações de leitura, passaram a estimular o estudo e uma maior participação na militância. Ficou próxima de um grupo Trotskista, o que a fez ampliar e intensificar a leitura de autores como Karl Marx, Friedrich Engels e Leon Trotsky, que embasavam as teorias de revolução, e o livro que mudou sua forma de ver e entender o mundo foi *O manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels.

Sua militância se intensificou em 1969, quando conheceu as/os integrantes do PCBR, que, em sua maioria, eram de Recife e estavam em Fortaleza desenvolvendo trabalho do partido. Ficou no Ceará até 1970, quando da campanha desempenhada pela organização, que consistia em pregar o “Voto nulo X” e “Eleição é tapeação. Luta armada é a solução”. No

⁵¹Informações extraídas do depoimento de Maria do Carmo Tomás. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 26 min. 40 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Maria do Carmo Tomás**. Nº 19910. 1977.

desenvolvimento desta atividade, um dos integrantes foi preso e Maria do Socorro teve de entrar para a clandestinidade.

Foi enviada pelo partido para Pernambuco, junto a Lylia Guedes e Maria Ivone, enquanto Ramires Maranhão do Vale, seu companheiro, também clandestino, foi enviado para Maceió-AL, e depois seguiria para o Rio de Janeiro-RJ. Ficou no aparelho de Maria Farinha⁵² a contragosto, por estar separada de seu companheiro, Ramires Maranhão. Quando o aparelho de Marinha Farinha foi descoberto, ela não estava, pois havia sofrido um acidente e se machucado, precisando usar faixa para conter as escoriações, o que a deixava de fácil identificação. Mais visível, ficou então num convento de freiras americanas no bairro do Pina até poder se desfazer das ataduras e faixas.

Com a descoberta do aparelho e a divulgação das identidades das/os integrantes presas/os, Maria do Socorro percebeu que ela e Lylia Guedes tinham a mesma documentação, e por conta própria tornou-se Laura Maria Mendes. Arrumou emprego na Fábrica da Torres, no controle de qualidade. Foi presa ao chegar em casa, no dia 4 de abril de 1972. Era torturada diariamente enquanto estava no DOPS, pois foi tida como chefe do movimento operário. Em seu processo, consta apreensão de armas de fogo, máquinas de escrever, panfletos e material explosivo, mas em seu testemunho no documentário ela afirma nunca ter participado de ação armada.

Foi transferida para o Bom Pastor em 24 de maio de 1972, ficando até dezembro de 1972, quando foi julgada e absolvida. Voltou para a casa dos pais, no Ceará, e foi presa pela segunda vez em janeiro de 1973, sem motivo aparente, o que a faz conjecturar que seria para dar informações sobre Ramires, que continuava clandestino. A morte de seu companheiro em 1973 é uma marca muito forte em sua memória. Morte esta não esclarecida e cujo corpo continua desaparecido.

Em São Paulo, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro e, posteriormente, desenvolveu atividades junto a grupos de mulheres, criando uma associação de mulheres em Santo André na luta por creches. Participou das greves do ABC paulista e deu aula no sindicato dos metalúrgicos. Hoje, continua morando em São Paulo, onde seguiu carreira profissional na área de educação, já tendo atuado como professora e diretora. Atualmente, é supervisora escolar⁵³.

⁵² Maria Farinha é uma área de praia pertencente ao município de Paulista, em Pernambuco, e fica a 35 quilômetros de Recife, capital do Estado. Habitada por famílias de pescadores, a praia era reserva da Marinha. E foi espaço para um dos aparelhos mais importantes de Pernambuco, sendo utilizado inclusive por mais de uma organização clandestina, por ser longe da movimentação das cidades, havendo também a possibilidade de treinamento armado, tendo em vista os espaços desertos e afastados de transeuntes.

⁵³ Informações extraídas do depoimento de Maria do Socorro Diógenes. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 26 min. 40 seg., PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Maria do Socorro Diógenes**. Nº 19602. 1972.

Maria Quintela de Almeida

“Mesmo sabendo que a dor tá ao lado, eu, Maria Quintela, jamais deixo de ver, vivenciar também essa alegria diária”.

FIGURA 15: Fotografias de Maria Quintela de Almeida.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Filha de Maria Teles de Almeida e Otávio de Almeida Quintela, morava em uma fazenda em Urucutuba, interior do Ceará. Começou a participar de movimentos sociais ainda muito jovem, antes mesmo do golpe de 1964, quando estudava em Fortaleza. Nasceu em 21 de maio de 1944. Em 1966, aos dezesseis (16) anos, entrou na militância política, integrada ao PCBR, e depois de passar por duas prisões em Fortaleza, trancou seu curso de Jornalismo e mudou-se para Recife, dando continuidade ao curso na Universidade Católica de Pernambuco.

Foi presa no dia 4 de abril de 1972, em frente à loja em que Helena Mota Quintela, sua prima, trabalhava. Tinha ido avisá-la que a polícia estava à sua procura quando foram surpreendidas pelo cerco policial. Foi levada até o apartamento onde morava para que os policiais pudessem fazer a busca de materiais do partido, e de lá levada ao DOPS, onde, ao chegar, foi posta despida para interrogatório, fato também citado pelas demais militantes. Durante seu interrogatório, um policial passava em seus seios um objeto – estilete ou arame – que os arranhavam.

Passou quase dois meses no DOPS e foi transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor em 24 de maio de 1972, sendo julgada e absolvida em 12 de dezembro de 1972. Maria Quintela, ainda fiel aos seus ideais de militância, segue acreditando que a felicidade plena só virá com a emancipação humana, terminando seu testemunho ao documentário dizendo:

Mesmo sabendo que a dor tá ao lado eu, Maria Quintela, jamais deixo de ver, vivenciar também essa alegria diária, num é?! Num é dizendo que eu sou feliz, não sou feliz, eu acho que enquanto a humanidade não conseguir

sua emancipação, enquanto não houver uma mudança substancial de relações nos sistemas que rege o mundo, num dá pra ser feliz⁵⁴.

Hoje sua militância continua ao pensar filosoficamente no mundo e estabelecendo outro devir, transformação do mundo a partir das aulas que ministra para crianças e adolescente de sete (07) a quinze (15) anos de idade, fazendo fluir a imaginação a partir da leitura.⁵⁵

Maria Teresa Lemos Vilaça

“se a sociedade é de um jeito é por que a ação de quem vive nessa sociedade que faz daquele jeito ou permitindo ou mesmo agindo, se ela é de um jeito pela ação humana ela pode ser de outro jeito pela ação humana.”

FIGURA 16: Fotografias de Maria Teresa Lemos Vilaça.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Filha de Maria Estelita Lemos Vilaça e Sebastião Cordeiro Vilaça, natural de Gravatá, em Pernambuco, nasceu em 15 de outubro de 1945. Começou a observar a conjuntura social do Estado nas viagens que fazia com o pai, que muito mudava de moradia. As andanças pela Zona da Mata de Pernambuco a fez se deparar com a miséria à qual se submetiam os trabalhadores nos canaviais, a fome e o sistema análogo ao trabalho escravo em que viviam.

Entrou para a universidade um mês antes do golpe, cursando História. Iniciou sua militância no movimento estudantil, sendo eleita em 1965 à vice-diretoria do Diretório Acadêmico. Ao concluir o curso, passou a trabalhar na Zona Canavieira e na organização de movimento de mulheres, de associações de jovens, integrada ao PCB. Posteriormente, integrou-se à Aliança Libertadora Nacional, e com a intensificação da repressão, mudou a forma de trabalho, que passou a ser clandestino e cada vez mais restrito.

⁵⁴ Depoimento de Maria Quintela de Almeida no documentário VCPMF.

⁵⁵ Informações extraídas do depoimento de Maria Quintela de Almeida. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 28 min. 46 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Maria Quintela de Almeida**. Nº 19611. 1972.

Foi presa durante a madrugada, quando voltou à casa dos pais para pegar mantimentos e roupas. Foi levada para o DOPS, onde o interrogatório se deu direcionado para a obtenção de nomes de padres que participavam da militância. Foi torturada física e psicologicamente durante os quase três meses que passou na instituição. Transferida para o Bom Pastor em 27 de junho de 1970, foi condenada a dez anos de reclusão, pois em seu processo consta participação no assalto à agência do Banco Financial de Cavaleiros. Com a apelação, conseguiu a redução para cinco anos de reclusão e seis anos de suspensão dos direitos políticos.

Conseguiu liberdade condicional em 31 de maio de 1974. Voltou para a casa dos pais e considera que teve uma renovação, saindo do pânico que tinha vivido, ao dar à luz seus filhos. Continuou seus estudos com pós-graduação na área de Educação. Agora é professora e atuou em diversas faculdades, na área de Metodologia, Turismo e Pedagogia, desenvolvendo atividades acerca da educação de jovens e adultos junto a prefeituras e movimentos sociais⁵⁶.

Maria Ivone de Sousa Loureiro

“Eu pertença a um campo político [...] que é o campo dos que lutam pela liberdade, pela justiça, dos que lutam pelos direitos humanos, pelos direitos das mulheres, por uma sociedade mais avançada [...]”.

FIGURA 17: Fotografias de Maria Ivone de Sousa Loureiro.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Natural de Viçosa, em Alagoas, nasceu em 3 de novembro de 1947, filha de Iracy de Souza Loureiro e José Loureiro de Albuquerque. Veio para Recife estudar e trabalhar, ainda enquanto era estudante secundarista. Quando trabalhava no INCRA (Instituto Nacional de

⁵⁶Informações extraídas do depoimento de Maria Teresa Vilaça. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 28 min. 46 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Maria Teresa Vilaça**. Nº 19010. 1974. Plataforma LATTES: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727904H6>>. Acesso em: 04 out. 2016.

Colonização e Reforma Agrária), em 1966, travou contato com discussões acerca das conjunturas políticas, trazendo-lhe o interesse por leituras sobre os modelos sócio-político-econômicos.

Sua militância só começou em meados de 1968, quando ingressou na universidade, onde conheceu Odijas Carvalho, que veio a se tornar seu cônjuge. Nesse período, a militância de Ivone sofre grandes modificações, em decorrência de seu relacionamento com Odijas que já era conhecido pelos órgãos de repressão, por militar no movimento estudantil e ser dirigente do PCBR, vivendo por este motivo na clandestinidade.

Maria Ivone, já integrada ao PCBR, entra para a clandestinidade e passa a traçar diversos caminhos de fuga, saindo de Recife para Fortaleza e de lá para Natal, onde foi presa em 7 de fevereiro de 1971, no ônibus saindo da Praia de Pirangí- RN, levada para o Quartel do Exército de Natal. Três dias depois, foi trazida para o DOPS-PE, onde foi torturada e sofreu com a morte de seu companheiro, assassinado sob tortura pela ditadura no DOPS-PE, em 1971.

Não esmoreceu. Fez greve de fome pela morte de Odijas e para sair do DOPS-PE, até que foi transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor – PE. Em seu período de luto, contou com a solidariedade e a afetividade das outras presas políticas.

Após 1973, quando saiu da prisão, voltou para seu Estado natal, inserindo-se nas lutas democráticas. Ajudou a formar em 1978 a Sociedade Alagoana de Direitos Humanos. Participou da União de Mulheres de Maceió, e por sua militância denunciando as violações dos Direitos Humanos cometidos contra as/aos presas/os políticas/os, recebeu, entre outros prêmios, o Prêmio Bertha Lutz e Comanda Nise da Silveira, ambos dedicados a reconhecer a participação das mulheres nas conquistas sociais⁵⁷⁵⁸.

Nancy Mangabeira Unger

“[...] a realidade não precisa ser simplesmente o que tá dado aí [...]”.

⁵⁷ Prêmio Bertha Lutz, também chamado de Diploma Bertha Lutz, é concedido pelo Senado Federal do Brasil e contempla mulheres que tenham contribuído para a defesa dos direitos da mulher e questões de gênero no Brasil, tendo recebido este nome em homenagem a Bertha Lutz, bióloga e importante personalidade dentro do movimento feminista.

Comanda Nise da Silveira é um prêmio concedido a mulheres que lutaram em defesa da construção da cidadania em Alagoas e no Brasil. O prêmio leva o nome de Nise da Silveira, alagoana conhecida em todo o Brasil por suas profundas contribuições e luta pela cidadania no âmbito da psiquiatria.

⁵⁸ Informações extraídas do depoimento de Maria Ivone Loureiro. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 30 min. 5 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Maria Yvone Ribeira**. Nº 19.214. 1973.

FIGURA 18: Fotografias de Nancy Mangabeira Unger.

Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Nancy Mangabeira Unger, filha de Edyla Mangabeira Unger e Arthur John Unger, nasceu em 27 de agosto de 1948, no Estado da Guanabara, mas possuía também cidadania Estadunidense, em decorrência da nacionalidade de seu pai⁵⁹. De classe média alta, sua mãe, filha do político Otávio Mangabeira, Edyla trabalhou como jornalista, crítica de arte e poeta.

Começou a ter contato com as reivindicações sociais ainda na escola e participando de passeatas. No ano em que entra para a Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, um fato marcante choca o país: a morte de Edson Luís⁶⁰. Com o maior cerceamento dos direitos civis e o aumento de prisões, muitas/os integrantes do movimento estudantil, como Nancy, passam a adentrar nas organizações que propunham atos revolucionários e acreditavam que a derrocada da ditadura civil-militar só se daria a partir da luta armada. Desse modo, ela se filia ao PCBR. No fim de 1969, com a prisão de companheiras/os do partido, precisou entrar para a clandestinidade.

Utilizando um outro devir de “Paula” ou “Cristina”, deu continuidade à sua militância em Pernambuco, ficando no aparelho de Maria Farinha, junto a Vera Rocha e Francisco (Chico) de Assis, onde foram surpreendidos no dia 16 de julho de 1970 por um cerco policial, segundo Nancy, com mais de trinta (30) homens armados. Dispondo de apenas duas armas e sem experiência em seu manejo, ela e os companheiros decidem resistir. Com vinte e um (21) anos de idade, foi baleada pelos policiais, perdendo o polegar da mão direita e sendo atingida no abdômen com uma bala que lhe causou problemas no fígado e pulmão.

⁵⁹ A Guanabara foi um estado até 1975, quando, por decreto em 1974, o governo de Ernesto Geisel efetuou a fusão com o Estado do Rio de Janeiro. Com a fusão, a cidade do Rio de Janeiro passou a ser capital do Estado, tendo Niterói perdido seu status de capital. Para mais informações, ver: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/71-um-rio-de-muitos-janeiros/3365-a-fusao-do-estado-da-guanabara-ao-estado-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 06 out. 2016.

⁶⁰ Edson Luís era um estudante secundarista. Foi assassinado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 1968. Ele jantava no Restaurante Calabouço no momento que a polícia invadiu o local, que era conhecido por ser reduto de estudantes.

Ao deixar o hospital, foi transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor em 23 de novembro de 1970. Com uma ação de sequestro ao embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, uma lista de presas/os políticos foi pedida em troca do diplomata. Nesta lista, Nancy estava presente e deixou o Bom Pastor, sendo banida do território nacional junto a Vera Rocha e outras/os companheiras/os, que ao todo somavam setenta (70) presas/os políticos/as. Estes/as foram em direção ao Chile, ainda governado por Salvador Allende. Nancy foi perseguida no Chile com o golpe instaurado no país e passou ao exílio na Europa, onde continuou seus estudos em nível de pós-graduação e voltou ao Brasil com a Lei da Anistia.

Hoje, mora em Salvador, na Bahia, exercendo o ofício de professora de Filosofia na Universidade Federal da Bahia, atuando principalmente nos estudos de filosofia e ecologia, filosofia e cultura popular e filosofia e literatura. Continua acreditando na força e na necessidade de se ter ideais⁶¹.

Rosa Maria Barros dos Santos

“[...] a imagem do mar (na televisão),
aí eu tinha a noção de que eu tava presa mesmo”.

FIGURA 19: Fotografias de Rosa Maria Barros dos Santos



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Iniciando sua inserção na militância política entre os quatorze (14) ou quinze (15) anos, participando da Juventude Comunista do Partido Comunista Brasileiro, natural de Recife, capital Pernambucana, filha de Regina Barros dos Santos e José Gregório dos Santos, nasceu em 31 de agosto de 1946. Casou-se no dia 18 de dezembro de 1969 – um dia após a morte de Costa e Silva - passando a usar o nome de Rosa Maria Barros Soares.

⁶¹Informações extraídas do depoimento de Nancy Mangabeira Unger. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 28 min. 46 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Nancy Mangabeira Unger**. Nº 19064. 1970.

Prestou vestibular para Medicina, e já na universidade ingressou no movimento estudantil universitário, organizando trotes políticos junto aos calouros de curso. A ditadura lhe trouxe perdas irreparáveis desde o primeiro dia: Jonas José Albuquerque Barros, amigo com quem voltava diariamente da escola, foi assassinado a tiro de fuzil pelos militares quando participava de uma manifestação em favor da permanência de Miguel Arraes no governo, na Avenida Dantas Barreto, em Recife.

Preso no ônibus junto a Maria Ivone, Carlos Alberto Soares (esposo) e mais dois companheiros do partido, na praia de Pirangí do Sul-RN quando se deslocavam do aparelho em direção à Recife. Nesse período, estava menos atuante no movimento em decorrência dos traumas com a morte de seu amigo, porém casada com um militante que era conhecido por participar da guerrilha urbana. Assim, entrou para a clandestinidade em 1970 e foi presa em 7 de fevereiro de 1971.

Conhecida como “Dora” dentro da organização, foi vítima da violência perpetrada pela polícia política desde os primeiros momentos de sua prisão. Foi levada para o quartel em Natal e posteriormente transferida para o DOPS, no Recife. Não foi fisicamente torturada, visto que estava grávida, mas, em decorrência das violências psicológicas sofridas, teve um aborto dentro da cela do DOPS-PE. Foi transferida para o quartel do Derby, onde continuaram as ameaças, principalmente de cunho sexual. Conseguiu ser transferida para o Bom Pastor a partir da ação perpetrada pelo advogado Boris Trindade.

Foi condenada a três anos de prisão. Cumpriu quase dois anos e, ao ser libertada por ordem do STF, continuou sendo perseguida pelos policiais do DOPS-PE. Foi detida novamente no dia 24 de março de 1973 e libertada no dia seguinte.

Seguiu para São Paulo para dar continuidade à sua vida, retornando os estudos na Universidade de Campinas. Ao concluir o curso de Medicina, retornou a Recife, onde continuou a militância pela Lei de Anistia e permaneceu sofrendo pela prisão de seu companheiro, que ficou preso por nove anos, pois em seu processo constavam “crimes de sangue”⁶², estando ele envolvido em duas mortes. Os traumas pós-ditadura continuaram lhe causando perdas. Em seus laudos psicológicos, em decorrência do estresse pós-traumático, sofre de crises de pânico e embotamento emocional.

Hoje é médica concursada na Secretaria de Saúde de São Paulo, trabalha com planejamento do serviço de saúde, na área de saúde pública, como médica sanitaria, sendo essa sua luta hoje, em prol do melhoramento da saúde pública. O documentário foi para ela

⁶² Os chamados “crimes de sangue” se configuram como crimes que envolvem mortes.

uma forma de tentar superar os traumas deste período, aprendendo com as demais companheiras a lidar melhor com as marcas deixadas pela ditadura⁶³.

Selma Bandeira Mendes – PRESENTE!

FIGURA 20: Fotografia de Selma Bandeira Mendes.



Fonte: Primeira imagem prontuário individual do DOPS.

Alagoana nascida em Delmiro Gouveia, mesorregião do Sertão de Alagoas, filha de Alexandrina Pereira Mendes e Lauro Mendes Correia, nascida no primeiro dia de janeiro de 1946, formou-se em Medicina aos vinte e três (23) anos, em 1969, tendo sido de militância ativa mesmo antes do golpe de 1964. Participou, em 1968, do Congresso da UNE em Ibiúna, como representante do movimento estudantil de Alagoas, onde conheceu Manoel Lisboa de Moura, que veio a ser seu companheiro⁶⁴.

Foi diretora do PCB junto a Manoel Lisboa, e por isso considerada amplamente perigosa pelos órgãos de repressão. Militando em Recife, entrou para a clandestinidade depois do assassinato de seu companheiro. Neste mesmo período, teve suas irmãs, Sonia Maria Mendes Bandeira e Maria das Graças Bandeira Mendes, e seu irmão, Lauro Mendes Filho, sequestrados e torturados. Acusada de participar da ação que resultou no incêndio de um carro da Secretaria de Segurança Social, teve sua prisão decretada em 17 de dezembro de 1973, sendo presa apenas em 8 de abril de 1978.

No aparelho onde foi presa, foi encontrado material de propaganda da organização, manifestos e armamento. Todo seu processo foi amplamente divulgado pela imprensa. Foi

⁶³ Informações extraídas do depoimento de Rosa Maria Barros dos Santos. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 26 min. 40 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Justiça. **Processo Indenizatório de Rosa Maria Barros dos Santos**. Nº 151/01-OG-A. Junto a este documento, está anexado o prontuário individual de Rosa Maria Barros dos Santos, no qual constam as informações sobre seu período de prisão.

⁶⁴ Manoel Lisboa Moura foi sequestrado, torturado pela equipe do torturador Luiz Miranda e enviado para o DOI-CODI –SP, onde voltou a ser torturado pela equipe do torturador Sérgio Paranhos Fleury, falecendo em decorrência das torturas em 4 de dezembro de 1973. Mais informações estão disponíveis em: RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE: Volume III.

torturada, condenada a um ano e seis meses e ficou presa na Colônia Penal do Bom Pastor até agosto de 1979, quando, junto a Maria Aparecida, foi anistiada.

Durante sua prisão, teve graves problemas de saúde, e após ser examinada por uma equipe médica, foi diagnosticado que “seu estado somente vai melhorar quando ela tiver uma ocupação, pois suas perturbações físicas são de fundo psicológico”⁶⁵. Conseguiu, assim, autorização para sair durante o dia para o exercício de seu trabalho de pediatra no Instituto de Medicina Infantil de Pernambuco.

Ao sair da prisão, voltou para Alagoas, onde continuou sua militância, elegendo-se como deputada estadual de Alagoas pelo PMDB, vindo a falecer em setembro de 1986, num acidente de carro, quando viajava durante o processo de campanha para deputada constituinte pelo mesmo partido⁶⁶.

Sonia Maria de Arruda Beltrão

“Eu faria tudo outra vez, tudo, eu não me arrependo de nada [...]”.

FIGURA 21: Fotografias de Sonia Maria de Arruda Beltrão.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Iniciando a vida na militância política a partir do movimento estudantil universitário, Sonia Maria Arruda Beltrão, pernambucana natural de Recife, filha de Dalva de Arruda Beltrão e Astrogildo de Holanda Beltrão, nasceu em 25 de fevereiro de 1949. Fez dois vestibulares: o primeiro em Engenharia, ficando com a segunda opção do curso de Física, no qual passou um ano, e o segundo em Arquitetura. Seu primeiro ano em contato com a Escola de Engenharia foi fundamental para sua militância, pois esta era uma das mais militantes à época.

⁶⁵ JORNAL DO BRASIL, 14 jun. 1979. Documento anexado ao prontuário Individual de Selma Bandeira.

⁶⁶ PERNAMBUCO. Secretaria de Justiça. **Processo Indenizatório de Selma Bandeira Mendes**. Nº 369/01-OG-A. Junto a este documento está anexado o prontuário individual de Selma Bandeira Mendes, no qual constam as informações sobre seu período de prisão.

Já em Arquitetura, seguiu numa militância mais ativa via Diretório Acadêmico, sendo Secretária deste e integrada ao PCBR. Foi presa dentro da Faculdade no dia 3 de abril de 1972 e levada para o IV Exército, onde funcionava o DOI-CODI-PE. Foi despida, torturada segundo ela pelo Cabo Anselmo e vários outros agentes da instituição. Foi levada para o hospital para ser medicada e só depois ser levada para o DOPS-PE. E em 24 de maio de 1972, foi transferida para o Bom Pastor.

Foi julgada e absolvida em 12 de dezembro de 1972. Revoltada com tudo o que passou na prisão, pensou em largar a Faculdade e ir ser guerrilheira no Araguaia, desistindo a pedido de seu irmão. Voltou para o curso, pois faltava apenas um ano para a conclusão.

Pelo medo de viver na cidade do Recife, onde achava estar sendo sempre perseguida, foi fazer pós-graduação no Rio de Janeiro junto a Romildo Maranhão do Vale (esposo e também militante). No Rio de Janeiro, passou a se integrar à Luta pela Anistia e a procurar Ramires Maranhão do Vale, irmão de Romildo assassinado pela ditadura. Hoje, sua militância se dá no âmbito de seu trabalho, com a formação voltada para pensar a habitação popular, desenvolvendo estudos sobre a favela na aproximação com a Sociologia⁶⁷.

Vera Lúcia Stringuini

“Eu procuro levar na minha vida uma atividade que favoreça a vida dos outros, que ajude as outras pessoas a viver [...]”.

FIGURA 22: Fotografias de Vera Lúcia Stringuini.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Motivada pelos discursos proferidos por Leonel Brizola, Vera Lucia Stringuini, a gaúcha de Cachoeira do Sul-RS, filha de Hilda Maria Koeming Stringuini e Telmo Stringuini,

⁶⁷ Informações extraídas do depoimento de Sonia Maria de Arruda Beltrão. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 28 min. 46 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Sonia Maria de Arruda Beltrão**. Nº 19617. 1972.

nascida em 30 de janeiro de 1943, iniciou sua militância política já em 1964, quando ingressou na Universidade, no curso de Medicina. Foi do Centro Acadêmico, onde era secretária de finanças. Muito estudiosa, gostava de ler, o que lhe fazia ser muito crítica com relação às teorias existentes sobre os caminhos a tomar para fazer a revolução.

Numa das reuniões do Centro Acadêmico, ouviu uma fala explicativa sobre o trotskismo. Pouco tempo depois, estava integrada à Quarta Internacional Pousadista. Participou do Congresso da UNE em Ibiúna, separou-se do grupo dos pousadistas e junto a outros que assim o fizeram passou a reconfigurar a Quarta Internacional de São Paulo. Com dificuldade para agrupar membros, começa a entrar em contato com um grupo trotskista da Bolívia e da Argentina.

Ao regressar da Bolívia em 1969, e com as divergências internas do partido, começou seu contato com os grupos do Nordeste, formando um grupo dissidente da Quarta Internacional intitulado “Fração Bolchevique-Trotskyista do Partido Operário Revolucionário”. De viagem em Fortaleza-CE, estava organizando a “Conferência Regional do Nordeste da Fração Bolchevique Trotskyista”, que aconteceria em Recife.

Nesse contato com os integrantes de São Paulo, Ceará e Pernambuco, e ajudando a desenvolver as atividades nestas localidades, “Vera”, “Sandra” ou “Beatriz”, como era conhecida na militância, foi presa quando estava sozinha no aparelho. Lá foram encontrados jornais e panfletos trazidos por ela da Bolívia, onde tinha passado antes de chegar a Recife.

Foi presa no dia 24 abril de 1970 e levada para o DOPS-PE, onde, depois de seu depoimento, ao ser levada para a cela, encontrou praticamente todas/os as/os outras/os integrantes do partido, que já haviam sido detidas/os. Foi transferida em 27 de junho de 1970 para a Colônia Penal do Bom Pastor-PE, de onde lembra das pequenas resistências que traziam alegria, como no dia em que tocou o Hino da Internacional Comunista no casamento de Yara. Cumpriu pena na instituição até 1972, quando conseguiu transferência para a Colônia Penal do Bom Pastor-RS, em Porto Alegre, podendo assim ficar mais próxima da família e de seu filho ainda pequeno.

Hoje, mantém seu compromisso com a sociedade a partir de seu trabalho como médica, atendendo em sua clínica e no atendimento do SUS, onde continua estudando e pesquisando de forma a desempenhar o melhor atendimento aos pacientes⁶⁸.

⁶⁸ Informações extraídas do depoimento de Vera Lúcia Stringuini. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 28 min. 46 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Vera Lúcia Stringuini**. Nº 19035. 1972.

Vera Maria Rocha Pereira

“[...] E eu passei em cima do Capibaribe, vi o rio, Rio Capibaribe, eu disse:
Meus Deus do céu, Recife é a cidade mais linda do mundo”.

FIGURA 23: Fotografias de Vera Maria Rocha Pereira.



Fonte: Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Nascida em 20 de abril de 1950, em Fortaleza, no Ceará, filha de Elita Rocha Pereira e Waldemir de Freitas Pereira. Entrou para a militância de esquerda a partir da Juventude Estudantil Católica (JEC). No pós-68, com a criminalização dos movimentos estudantis e por ter se tornado uma líder conhecida do movimento, passa a viver na clandestinidade, e no final do ano de 1969, deixa o Ceará, dando continuidade à militância política em Pernambuco. Participou de ações da luta armada no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Foi presa em 1970, quando em seu devir “Tânia” se encontrava no aparelho na praia de Maria Farinha-PE, junto a Nancy Mangabeira Unger e Francisco Alencar (Chico Alencar). Foi para o DOPS-PE e, posteriormente, para a Colônia Penal do Bom Pastor-PE.

De agosto a dezembro de 1970, ficou no Bom Pastor e saiu da prisão para o exílio no Chile em janeiro de 1971, na lista dos setenta (70) presos políticos que foram exilados em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, ação que Vera Rocha, antes de ser presa, estava ajudando a planejar. No exílio, continua a militância política na América do Sul e depois na Europa, onde inicia a luta pelas liberdades democráticas, junto ao Comitê de Anistia na França.

É também na França que vislumbra novos horizontes, refaz sua vida, casa-se, dá à luz seu primeiro filho, que nasce no exílio, e volta a estudar Sociologia. De volta ao Brasil alguns meses depois da Lei da Anistia de 1979, após oito anos de exílio e banimento, pela falta de

emprego em sua área de formação buscou outro curso, Publicidade e Propaganda, na Bahia, tendo hoje uma agência de publicidade⁶⁹.

Yara Ceci Oliveira Falcón

“[...] quando nós pegamos o carro e que eu cheguei assim na cidade, aquilo tudo, cheguei assim no Recife no centro, assim, da cidade, pra mim tinham passado mais de vinte anos, eu achei tudo diferente [...]”.

FIGURA 24: Fotografias de Yara Ceci Oliveira Falcón.



Fonte:Primeira imagem: prontuário individual do DOPS. Segunda Imagem: documentário VCPMF.

Nascida em Salvador na Bahia, em 9 de outubro de 1946, filha de Barbara Elvira Oliveira Falcón e Valentim Falcón Braga, vem de família grande, com oito irmãos/irmãos. Antes de entrar para a universidade, já ouvia falar em socialismo através de suas/seus irmãos/irmãos, que participavam da militância política de esquerda. Ao ingressar no curso de Geologia, integra-se ao movimento. Seu viés político era junto aos movimentos operários, passando, assim, a integrar a Política Operária (POLOP). Em virtude dessa paixão pelas lutas operárias e buscando ficar mais perto de onde elas emergiam com mais força, Yara passa a militar em São Paulo e, posteriormente, em Pernambuco, com o intuito de organizar a classe operária em Paulista-PE.

Preso em um 1 maio de 1970, foi torturada no DOPS-PE, causando-lhe quatro dias de hemorragia, possivelmente em decorrência de um aborto. Foi transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor-PE em 27 de junho de 1970 e utiliza-se deste espaço para efetuar resistências, junto às demais presas políticas que lá estavam. Yara casa-se na prisão, ao som da Internacional Comunista, tocada por Vera Stringuini.

⁶⁹ Informações extraídas do depoimento de Vera Rocha. In: **Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 29 min. 21 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Vera Rocha**. Nº 19.065. 1970.

Após deixar a prisão em 1972, retornou para a casa de sua família na Bahia, prestou outro vestibular para o curso de Economia e frequentava as aulas com policiais a seguindo. Pelo medo da perseguição, em 1978, deu continuidade à militância em Maceió, onde reencontrou Ivone e, junto a ela, passou a lutar pelas liberdades democráticas no Movimento pela Anistia. Escreveu, em 2008, um livro autobiográfico intitulado *Mergulho no Passado: A ditadura que vivi*⁷⁰.

1.3 PERNAMBUCO: O PONTO DE CONVERGÊNCIA GEOGRÁFICA

As cartografias traçadas por estas mulheres, até que convergissem para Pernambuco, foram muitas. O traçar de uma vida militante vai além de bairros, cidades, Estados e países. A militante vai onde se faz necessária para o trabalho político. Fazendo passeatas, pichando muros, lendo e entregando manifestos nos ônibus. O objetivo era sempre o mesmo: mobilizar a sociedade, as/os trabalhadoras/es, conscientizar as/os operárias/os e as/os camponesas/es a entrar na militância e deslegitimar o governo ditatorial.

Desse modo, era necessário munir a população, principalmente as/os trabalhadoras/es, tendo em vista que, no geral, as Organizações tinham como base ideológica as “lutas de classes”, e, a partir da consciência de classe, fazer a “revolução”. Era nesse sentido que se dava o que as militantes chamam de fazer o “trabalho político”. Para a realização desse trabalho, fazia-se necessário estar “junto às massas”. É com esse direcionamento que muitas/os militantes traçavam outras cartografias geográficas, na busca de outros lugares para continuar a militância política.

Mas nem todas saíram de suas naturalidades ou dos Estados em que residiam, movidas pelo ideal de procurar espaços fecundos para arregimentar novas/os “soldados” para a militância. Algumas saíram de forma estratégica para fugir da repressão, para tentar manter-se na legalidade ou tornando-se clandestinas. Tornar-se nômade para algumas foi a forma encontrada para não serem capturadas pelas malhas da repressão, pois, com o enrijecimento do sistema e o aperfeiçoamento dos aparelhos de repressão, ficou cada vez mais difícil resistir.

A partir dos testemunhos dos sujeitos que compõem esta pesquisa, observamos que seu deslocamento se dava por dois motivos: designação para fazer o trabalho político em outras localidades e/ou fugir da repressão. Dessa forma, as migrações das militantes estão em alguns casos atreladas ao processo de entrada para a clandestinidade.

⁷⁰ Informações extraídas do depoimento de Yara Falcón. In: Menu Extra do documentário **Vou contar para meus filhos**. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 25 min. 56 seg.; PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Yara Falcón**. Nº 19.036. 1972.

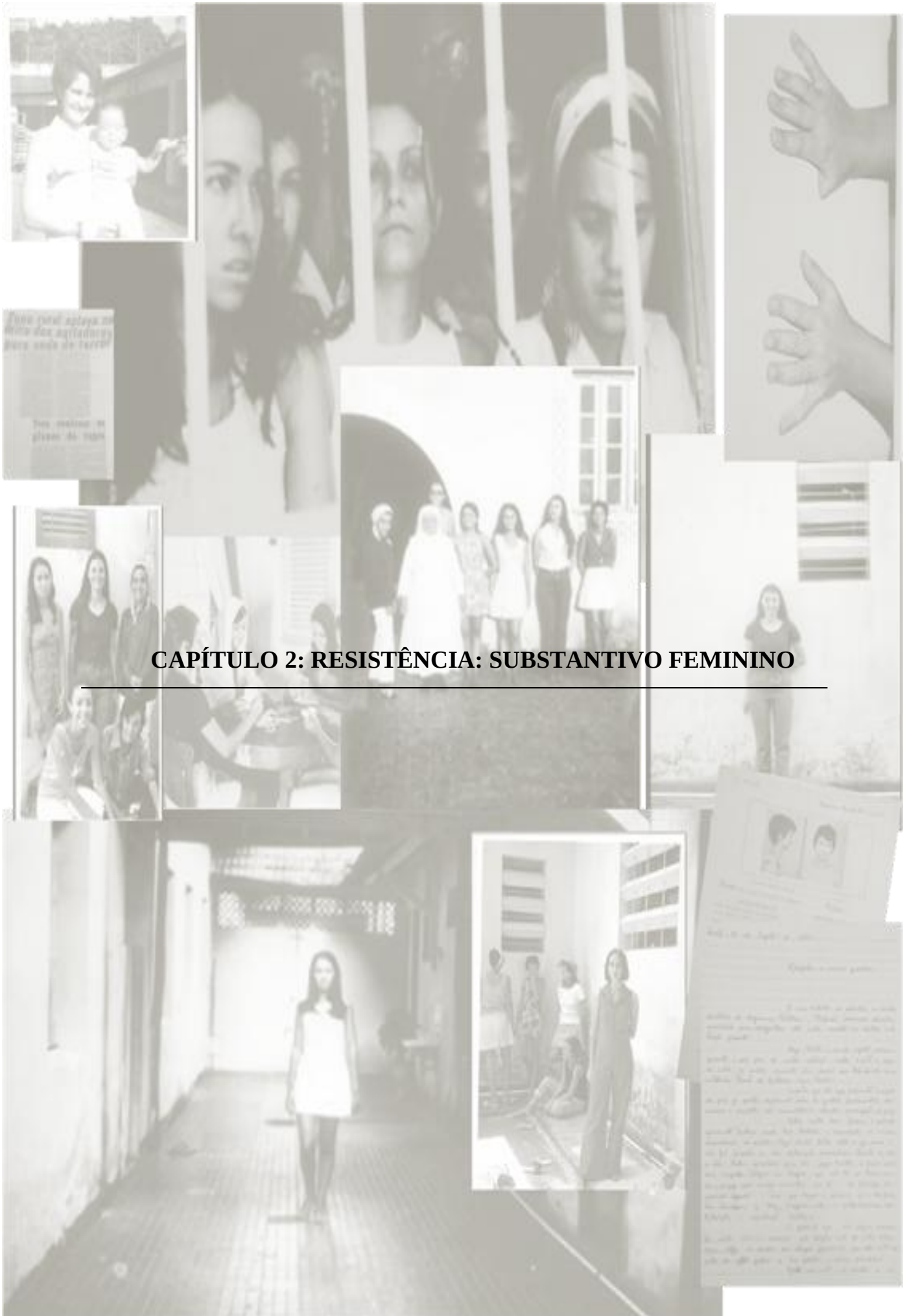
Dentro dos pontos cartográficos que mapeamos, a partir dos testemunhos destas mulheres, entre os Estados de naturalidade de cada uma delas, constam: Ceará (06), Rio Grande do Sul (02), Pernambuco (05), Paraíba (01), Sergipe (01), Minas Gerais (01), Rio Grande do Norte (02), Alagoas (01), Rio de Janeiro (01), Bahia (01)⁷¹. Percebemos que há uma circulação mais intensa entre os três Estados do Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Essa circulação não se dava apenas entre as que eram naturais destes Estados. Em alguns momentos, aparecem como sendo apenas rápidas viagens para a participação em reuniões, mostrando a interação dos núcleos estaduais destas Organizações. Principalmente porque a militância nesses três Estados tinha suas semelhanças em decorrência de seu contexto social.

E assim, do Rio Grande do Sul à Bahia, de Minas Gerais ao Ceará, perpassando pelo Rio de Janeiro, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte, todas se encontraram em Pernambuco. Motivadas pela efervescência política que vivia o Estado, graças à organização social que foi muito forte desde o final dos anos de 1950 e que durou até 1964.

Com a instalação da ditadura, os sindicatos rurais e operários, partidos de esquerda e organizações de esquerda passaram a agir na clandestinidade. Pernambuco, neste período, como já foi aqui mencionado, ficou conhecido nacionalmente através da figura de Miguel Arraes, então governador, deposto em 1964, logo que a ditadura entrou em vigor. E também pelas histórias de transformações sociais e conquistas trabalhistas feitas a partir das “Ligas Camponesas”. Conhecer a experiência camponesa em Pernambuco virou ideário de muitas/os militantes pelo Brasil, que passaram a acreditar na possibilidade de derrubar a ditadura e o sistema capitalista-imperialista a partir da guerrilha rural.

Todos estes elementos foram base para uma confluência da luta em Pernambuco, que permitiu a reunião destas mulheres militantes que, apesar de terem vivenciado diferentes experiências e formas de militância, acabam tendo suas vidas entrelaçadas durante a prisão na Colônia Penal do Bom Pastor.

⁷¹**Ceará:** Ana Maria Fonseca, Helena Serrazul, Lylia da Silva Guedes, Maria do Socorro Diógenes, Maria Quintela de Almeida, Vera Rocha Dauster. **Rio Grande do Sul:** Cleusa Maria Aguiar. **Pernambuco:** Dulce Chaves Pandolfi, Lilia Godim, Maria Teresa Vilaça, Sônia Beltrão. **Paraíba:** Eridan Magalhães. **Sergipe:** Erlita Rodrigues. **Minas Gerais:** Gilseone Consenza. **Rio Grande do Norte:** Maria Aparecida dos Santos, Maria do Carmo Tomás (nasceu na Paraíba, mas logo após seu nascimento foi para o Rio Grande do Norte, referenciando-se como potiguar). **Alagoas:** Maria Yvone Ribeira. **Rio de Janeiro:** Nancy Mangabeira Unger. **Bahia:** Yara Falcon.



SONHO IMPOSSÍVEL

Sonhar
 Mais um sonho impossível
 Lutar
 Quando é fácil ceder
 Vencer
 O inimigo invencível
 Negar
 Quando a regra é vender
 Sofrer
 A tortura implacável
 Romper
 A incabível prisão
 Voar
 Num limite improvável
 Tocar
 O inacessível chão
 É minha lei, é minha questão
 Virar esse mundo
 Cravar esse chão
 Não me importa saber
 Se é terrível demais
 Quantas guerras terei que vencer
 Por um pouco de paz
 E amanhã, se esse chão que eu beijei
 For meu leito e perdão
 Vou saber que valeu delirar
 E morrer de paixão
 E assim, seja lá como for
 Vai ter fim a infinita aflição
 E o mundo vai ver uma flor
 Brotar do impossível chão.

(Chico Buarque e Ruy Guerra)⁷²

⁷² Lançada em 1975, no álbum: Maria Bethânia e Chico Buarque ao vivo.

CAPÍTULO 2: RESISTÊNCIA: SUBSTANTIVO FEMININO⁷³

Neste capítulo, nosso foco é a resistência praticada pelas mulheres sujeitos da pesquisa nos diversos momentos de militância contra o regime ditatorial, iniciando com a entrada na clandestinidade, depois a passagem pelo cárcere no DOPS e/ou DOI-CODI e, posteriormente, suas vivências na Colônia Penal do Bom Pastor-PE, além de suas experiências do/no exílio.

Notadamente, as experiências em cada um desses acontecimentos na vida dessas mulheres são completamente distintas. Desde a entrada na clandestinidade, o DOPS e DOI-CODI, assim como a Colônia Penal do Bom Pastor, são lugares de cerceamento da liberdade. Nestas condicionantes e/ou lugares, o aprisionamento é o objetivo. Porém, dá-se de formas diferentes, por terem construções ideológicas que divergiam sobre o que se configurava como “presa política”.

Ao analisarmos a passagem dessas mulheres pelos órgãos de repressão, o corpo torturado é peça chave para a discussão, pois esses espaços foram construídos exatamente para o cumprimento da repressão em todas as suas instâncias, dentre elas, a tortura. O corpo dessas mulheres é então subjugado, torna-se abjeto e passa de objeto torturado a objeto de torturante. O medo, a dor, a solidão são marcas características dos dias sombrios vivenciados nessas instituições, mas, ainda assim, foram espaços de criação, criação de resistência, como veremos ao longo do capítulo.

Ao sair do DOPS, DOI-CODI e/ou dos quartéis, essas mulheres foram encaminhadas para a Colônia Penal do Bom Pastor. Sua chegada e o tempo de clausura no Bom Pastor são de ricas experiências, desde o contato e o convívio entre elas, como a relação desenvolvida com as freiras e os poucos momentos em que entraram em contato com as presas comuns. São experiências principalmente de alteridade, da prática da coletividade e da construção de amizades.

A Colônia Penal do Bom Pastor passa a ser então espaço fecundo de vivências, experiências, relações de amizade, solidariedade e de continuação da militância, de resistências e de reconfiguração de paradigmas com a maternidade e o casamento. Isso não quer dizer que não exista nesse espaço a solidão, o medo e todas as inseguranças que esse período trouxe para essas jovens. Contudo, diferentemente do que acontecia no DOPS, DOI-CODI e quartéis, no Bom Pastor o cotidiano era vivenciado com as freiras e suas companheiras de prisão, saindo, assim, da constante convivência com os agentes da repressão.

⁷³ O título deste capítulo é uma analogia ao livro: MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. (Orgs.) **Direito à memória e à verdade:** Luta, substantivo feminino. São Paulo. Ed: Caros Amigos, 2010.

2.1 CLANDESTINIDADE: AS (RE)CONFIGURAÇÕES IDENTITÁRIAS

“Caminhando contra o vento, sem lenço e sem documento,
no sol de quase dezembro eu vou”.
(Caetano Veloso. Alegria, alegria. 1968)

Nesses versos criados em 1968 por Caetano Veloso, estão guardadas as torturantes lembranças de um tempo de perdas. Perdeu-se a possibilidade do expressar-se, perdeu-se a ingenuidade de andar sem medos, perderam-se as conversas com os amigos na esquina de casa, perderam-se os amigos, perderam-se irmãos e irmãs, perdem-se o nome e a vida.

No momento de clandestinidade, nenhuma das mulheres que aqui apresentamos, com nomes, histórias, experiências, pais, mães, irmãs ou irmãos, existe. Não se tem mais nomes, apenas codinomes. São personagens fictícios, sem histórias reais, nunca tiveram endereços anteriores, ou gostos específicos, mas ainda assim constroem-se em outros devires. Como escreveu o poeta Ferreira Gullar:

bela bela
mais que bela
mas como era o nome dela?
Não era Helena nem Vera
nem Nara nem Gabriela
nem Tereza nem Maria
Seu nome seu nome era...
Perdeu-se na carne fria
perdeu na confusão de tanta noite e tanto dia
perdeu-se na profusão das coisas acontecidas
constelações de alfabeto
noites escritas a giz
pastilhas de aniversário
domingos de futebol
enterros corsos comícios
roleta bilhar baralho
mudou de cara e cabelos mudou de olhos e risos mudou de casa
e de tempo: mas está comigo está
perdido comigo
teu nome
em alguma gaveta (GULLAR, 2004, p. 234).

Ferreira Gullar, em “Poema Sujo”, escrito em 1975, expressa em palavras as dificuldades do ser/estar clandestino/a. O que nos leva a perceber também a força criativa deste movimento de tornar-se outra, múltipla, de “cara e cabelos” diferentes, que trazem estas mulheres e homens que entraram para a clandestinidade. Mesmo com outra carteira de identidade, com outros nomes, abandonando características identitárias com as quais amigos e familiares lhes reconhecem, sobreviver só foi possível para muitas/os em decorrência de tal prática.

Tornar-se clandestina/o era imposição das circunstâncias, das configurações políticas que se vivia principalmente no pós-68, com a instauração do AI-5. Era a única forma de proteger-se e proteger as/os companheiras/os de militância. Uma tentativa de não cair nas malhas da repressão, de não ser torturada, não entregar o nome de companheiras/os, de não indicar endereços e desarticular aparelhos.

Não era apenas a perda do nome, aquele pelo qual se é reconhecida socialmente. Era tomar outra identidade para si, outro nome, idade, profissão, naturalidade, era ter outra formação, o nome de outras mães e pais. Criméia Schmidt, militante na guerrilha do Araguaia, presa política entre 1972-1973, em entrevista a Margareth Rago (2010), fala das reconfigurações que se tinha ao entrar para a clandestinidade:

Eu fui para o Araguaia, eu deixei de ser a Criméia, passei a ser Alice, então, isto implica no seguinte, uma mudança muito mais aprofundado que você imagina, só quando a gente vive é que a gente sente, porque você está conversando com alguém, pode ser alguém que não te conhece, você diz: “ah, quando eu era pequena eu brincava disso, eu morava em tal lugar, meu pai fazia isso...”. Na clandestinidade, isso não pode acontecer, porque você está passando informação a seu respeito, então eu não morei em lugar nenhum antes, eu não tive nem pai, nem mãe, nem irmão, nem amigos, não estudei, nada, sabe o que é nada? (SCHMIDT apud RAGO, 2010, p. 157)⁷⁴.

A clandestinidade traz consigo o afastar-se da família, das/os amigas/os, das/os namoradas/os. É (re)configurar toda a vida, motivada pelo medo. **Dulce Pandolfi** fala da dificuldade para ela se tornar clandestina:

Foi muito dura, porque eu era muito apegada, que dizer eu tinha esse lado digamos, eu sempre fui uma pessoa muito apegada a família e tudo [...] então eu te confesso que foi muito duro pra mim, num foi uma coisa assim... tanto que antes dessa necessidade de ficar clandestina, algumas pessoas até sugeriam, “ahh por que você não sai de casa?” Eu digo “não, eu tô super bem com minha família”. Pra mim é super importante isso, então eu não tinha nenhuma vontade assim de sair daqui, nenhuma vontade de me afastar da minha família. Pra mim, o mundo ideal era militar e continuar nesse esqueminha, mas teve um momento que não teve mais jeito, eu sabia que se eu ficasse ia ser presa, né? Então essa separação foi super sofrida, foi duríssima⁷⁵.

⁷⁴ Entrevista de Criméia Alice de Almeida Schmidt concedida a Margareth Rago, São Paulo, 25 fev. 2009. Citação presente no texto: RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

⁷⁵ Dulce Pandolfi, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

O afastamento do reduto familiar se dava pela segurança de si, das/os demais companheiras/os de militância e dos próprios familiares. **Dulce**, assim como **Helena Serra Azul**, teve que entrar para a clandestinidade quando companheiras/os conhecidas/os foram presas/os. Em ambos os casos, elas tiveram que migrar para outros Estados, o que trazia mais dificuldade para este processo, pelo choque cultural, por ter de deixar os laços afetivos para trás e ir a espaços onde não se conhece ninguém. **Helena**, ao chegar a Recife, sentiu o choque cultural, quesito analisado por Elizabeth Ferreira (1996) como uma das maiores dificuldades da clandestinidade. Assim, Helena contrapôs sua vivência de moça de classe média e a vida na Zona da Mata pernambucana, integrada à produção no campo, e relata:

Quando a gente chegou lá eu lembro que tinha um pessoal do engenho que saía pra ver a gente, porque nós éramos diferentes, o Chico era moreno, mas eu era branca e ruiva, toda cheia de sarda. Então, eu era um biótipo completamente diferente. A fome era um negócio terrível, era assim, o pessoal comia... ia pra feira e comia até quarta-feira, que tinha feijão, farinha, umas comidas... quando dava quarta-feira, num tinha mais o que comer. Era farinha somente e uns peixinhos que pegava no rio [...] aí o que foi que aconteceu? com algum tempo, a gente adoeceu [...] e havia assim coisas de choque cultural, ninguém podia usar papel higiênico, assim que chamasse atenção, porque naquela época tinha pouco papel higiênico no interior, desodorante era coisa que você tinha que usar quase que escondido [...]⁷⁶.

Outro ponto sobre a clandestinidade é que esta não era apenas uma alternativa pessoal, individual. Acima de tudo, era uma estratégia dos partidos e grupos clandestinos para se manterem protegidos e manterem a organização e o trabalho em prática. Scarpelli (2009) analisa que a clandestinidade passa a fazer parte da cultura política a partir de Lênin e o Partido Bolchevique:

A clandestinidade é assim deslocada do terreno dos atos violentos e ilegais pontuais para a essência da atividade política do partido comunista. O sucesso da Revolução Russa inclusive é atribuído à estrutura organizativa dos bolcheviques que se dava no plano da clandestinidade (SCARPELLI, 2009, p. 33).

Entre as mulheres que compõem essa pesquisa, percebemos que a entrada para a clandestinidade tem um ponto em comum: a prisão de uma/um companheira/o que sabia seus

⁷⁶Helena Serra Azul, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

nomes e/ou endereços, ou seja, a clandestinidade se dava pela possibilidade de ter suas identidades reveladas, tornarem-se conhecidas, mapeadas.

Dessa forma, haviam algumas normas de segurança traçadas pelas organizações ou partidos clandestinos. A clandestinidade e a saída do ambiente doméstico ou aparelho geralmente eram designadas pelo partido, que determinava o momento e direcionava o lugar para onde se deveria ir, como conta **Maria Aparecida**:

[...] Lá foi preso algumas pessoas que a gente tinha ligação, e a gente sentiu necessidade de entrar na clandestinidade, inclusive os dirigentes do partido acharam que a gente tinha que entrar na clandestinidade pra fazer só o trabalho do partido. A gente ficou uns dois meses ainda em Natal e depois teve que vir pra Recife⁷⁷.

Este foi apenas o primeiro encaminhamento de **Maria Aparecida** dentro da clandestinidade. Chegando a Recife, integrou-se na fábrica para trabalhar como operária e fazer o trabalho político. Com o decorrer do tempo, companheiras/os do Partido Comunista Revolucionário – que ela integrava – foram presas/os, iniciando, assim, o segundo momento de sua clandestinidade.

Saí do trabalho e fiquei totalmente na clandestinidade. Fiquei de 73 a 78 vivendo nessa situação de clandestinidade total, fazendo trabalho do partido e me escondendo, fazendo de tudo para não ser presa [...] Era uma liberdade, a gente não tava presa, mas era como se tivesse na prisão, porque você tá usando nome falso, é... convivendo num ambiente muito restrito de pessoas, então... eu acho que esses cinco anos foram muito, muito difíceis mesmo pra mim⁷⁸.

Cinco anos de clausura que resultaram em muitos traumas. Por passar muito tempo confinada no apartamento, sob pressão na iminência de ser presa a qualquer instante, Maria Aparecida passou a ter crises epiléticas, o que resultou em longos anos tomando medicamentos. Seus problemas psicológicos foram se ampliando ao longo do período de clandestinidade somados ao tempo de prisão, que totalizaram um ano e três meses, em que fobias e insegurança para a tomada de decisões lhe acompanham até hoje⁷⁹.

⁷⁷ Maria Aparecida, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Informações contidas em: PERNAMBUCO. Secretaria de Justiça. **Processo Indenizatório de Maria Aparecida dos Santos**. Nº 010-01-OG-A. Junto a este documento, está anexado o seu prontuário individual, no qual constam as informações sobre seu período de prisão.

Nos testemunhos apresentados acima, percebemos que a clandestinidade nem sempre é encaminhada da mesma maneira. **Maria Aparecida** viveu os dois tipos da clandestinidade: a integração na produção e a clandestinidade no “aparelho”. Scarpelli (2009), ao discutir sobre ambos, fala de uma espécie de profissionalização necessária ao primeiro - integração na produção - e da necessidade de gerenciamento das Organizações para a efetivação da clandestinidade no “aparelho”. Essa decisão passava pelo individual, mas era coletiva, designada pelo partido.

A decisão das Organizações sobre para onde encaminhariam cada um de seus membros tratava-seda questão estratégica de como manter a militância ativa. Distribuíam, assim, os militantes clandestinos de acordo com a demanda local de pessoas para fazer o trabalho político. Porém, em alguns casos, isso trazia conflitos, pois mesmo em momentos como este, de forte luta política, repressão e tensões com relação à segurança dos membros das Organizações, as relações afetivas aconteciam.

Mudar de nome, deixar a família e as/os amigas/os era muito difícil, e o que em alguns casos amenizava essa situação era entrar para a clandestinidade e permanecer ao lado de suas/seus cônjuges ou namoradas/os, como narra **Dulce Pandolfi**, sobre o período em que esteve clandestina e foi para o Rio de Janeiro:

[...] agora uma coisa importante é que eu tinha um namorado no Rio, né? Eu tava super apaixonada, enfim, isso também era um lado super importante, me dava um certo equilíbrio, compensava um pouco essa vida maluca de ter que ficar o tempo todo correndo de um lado para o outro [...]⁸⁰

Porém, nem sempre culminava de a Organização designar as/os militantes que mantinham relacionamentos amorosos para as mesmas localidades, o que gerava certo incômodo, conforme atesta o caso narrado por **Maria do Socorro**, ao lembrar que, quando precisou entrar para a clandestinidade, estava em Fortaleza. Com a prisão de um rapaz apelidado de Moleque, ela e Ramires Maranhão - com quem mantinha um relacionamento amoroso - e outras integrantes do PCBR precisaram sair de Fortaleza. A Organização decidiu que Ramires iria para o Rio de Janeiro, mas antes passaria por Maceió para reestruturar a militância nesse Estado. E o restante se encaminharia para o Recife.

Passar por mais uma separação a afetou de forma negativa, pois, nas elaborações estratégicas dos partidos/organizações, nem sempre eram levadas em consideração essas

⁸⁰Dulce Pandolfi, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

configurações e muitas vezes os casais eram separados espacialmente para executarem as atividades designadas pelo partido, como expôs **Maria do Socorro**:

[...] com a minha separação de Ramires, eu fiquei muito mal, porque assim, eu não via sentido de a gente ficar separado. Se ele ia pro Rio, qual diferença fazia eu ir pra Recife ou ir para o Rio? Eu num conhecia nenhuma das duas cidades, eu ia desenvolver aonde eu fosse, eu ia desenvolver um trabalho novo, então não fazia diferença se fosse no Recife ou fosse no Rio, né? Mas eles achavam que tava precisando de gente aqui⁸¹.

Assim, ser militante era também abdicar de fazer suas próprias escolhas, encaminhar sua vida; era respeitar regras e se submeter a hierarquias, pensar no coletivo, num “bem maior”, conseguir fazer a revolução –pensada no sentido tradicional de mudança completa de sistema, modelo econômico e político, a revolução do proletariado aos moldes da “Revolução Russa”.

E para sua produção e efetivação, faziam-se necessárias abdições, fato este que levava os relacionamentos amorosos e engravidar durante a militância a causar conflitos dentro do partido/organização clandestina. Nesse sentido, Veloso, Giandordoli-Nascimento e Ferreira (2010, p. 2) apontam que:

Nesse contexto, os elementos representacionais que configuravam o ser militante (projeto coletivo) se confrontavam com o ser mãe (projeto individual) e tornavam essas experiências permeadas por conflitos nos quais as organizações de esquerda se posicionavam indicando e/ou influenciando os caminhos a serem seguidos pelas militantes e pelos casais, já que tais projetos eram entendidos como excludentes.

Tornar-se mãe passava a ser uma discussão coletiva do partido acerca de como agir sobre esta situação, assim como as questões de matrimônio⁸². Em sua maioria, as militantes sujeitos desta pesquisa casavam-se ou namoravam com outros militantes do partido, por motivos de afinidade (amorosa, política), pela possibilidade de manter o relacionamento concomitante à militância e por questões de segurança, haja vista que se relacionar amorosamente com pessoas que não pertencessem à militância traria para elas uma maior exposição.

As experiências são múltiplas. Para algumas, a clandestinidade trouxe consigo a separação da família, marido, namorado; deslocamento espacial ou aprisionamento nos

⁸¹Maria do Socorro Diógenes, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

⁸² O termo matrimônio aqui é utilizado não apenas no sentido estrito da palavra do casar-se juridicamente dentro do sistema burocrático, mas a efetivação do relacionamento amoroso, em que o casal passa a se perceber, a se relacionar enquanto casados, como aconteceu com Maria do Socorro e várias outras mulheres, que inclusive por estarem na militância não puderam formalizar a união com seus parceiros, e vice-versa.

aparelhos, momentos de muita solidão, quando passaram a morar com pessoas desconhecidas e sem conhecimento do tempo que esta situação duraria.

O período de clandestinidade, em sua maioria, só findava no momento da prisão. Ser presa quando se era clandestina era mais um agravante, pois mesmo não tendo queixa formal ou não se encontrando provas, o estar na clandestinidade era situar-se na ilegalidade. Quanto ao embaraço de ser presa estando na ilegalidade, Helena Serra Azul nos conta:

Qual foi minha postura, eu fiquei tão assim apavorada com a situação de não ter o que dizer, porque até o fato de eu dizer meu nome completo, eu já me comprometia, o que é que eu tava fazendo aqui em Recife sendo estudante? Eu não tinha um nome, eu não tinha legalidade nenhuma, eu tava na ilegalidade. É completamente diferente quando você é preso que tem sua vida legal. Aí, eu simplesmente não dizia nada, eu ia fazer os depoimentos ficava muda, surda, fazia de conta que eu num ouvia nada, não sabia o que é que eu dissesse⁸³.

O ser presa era sempre momento de muita tensão, pois, por mais que houvesse preparo para esta possibilidade - quando se está na configuração de oposição a um sistema autoritário, um regime ditatorial - por mais que se planejem as ações, no ato da prisão, as atuações devem ser precisas. No entanto, Maria Aparecida expressa que, mesmo com cinco anos vivendo na clandestinidade, vendo várias pessoas sendo presas, o momento da prisão é uma experiência singular que está para além das ações planejadas.

As histórias particulares, amores vividos em meio a tantas dores, itinerários percorridos, motivações de militância e as questões pelas quais se destinou a morar/militar em Pernambuco, tornam as experiências diferentes para cada uma destas militantes. O momento da prisão marca também o fim da clandestinidade, trazendo a estas uma outra visibilidade.

2.2- DILACERANDO O CORPO OU DO PERÍODO PRESA NO DOPS E/OU DOI-CODI

Que corpo é esse que já não se aguenta?
Que resiste ao limiar
Que desaba sobre si
Músculos e ossos
Poros e narinas
Olhos e joelhos
Seios, costas, cataratas
Suas torres de vigia

⁸³Helena Serra Azul, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos. (2011).

Que corpo é esse?
 Que pulsa, escuta,
 Expulsa, abraça
 Comporta, contém
 O corpo ocupa!
 O corpo não é culpa
 O corpo, a culpa, o espaço
 Que corpo é esse?
 Que corpo é esse?
 Que protege, reage
 Que é origem e passagem
 Que corpo é esse que já não se aguenta?
 Que se esgota
 E não se resgata
 Aqui
 Por enquanto
 É tudo ainda!

(Música: O corpo, a culpa, o espaço. O Teatro Mágico. 2014)

O poeta pergunta “Que corpo é esse?”. É o corpo mulher, é o corpo militante, é o corpo que ousou lutar. “Que corpo é esse que já não se aguenta?”. É o corpo no estado de exceção, corpo que se tentou disciplinar. É o corpo torturado. “Que corpo é esse? Que pulsa, escuta, expulsa, abraça, comporta, contém”. É o corpo que resistiu, burlou, criou. São corpos diversos que se exauriram, se extinguíram sufocados pela tirania, e tornaram-se desaparecidos nas águas salgadas do mar. Mas são também corpos que suportaram. Que vão além de ossos, carne, músculos e pele, que não se conseguem explicar o como e por que de ainda existirem, de resistirem.

Falar do período em que as mulheres, sujeitos desta pesquisa, estiveram presas no DOPS e/ou DOI-CODI é pensar sobre esses corpos, sobre esses sujeitos. É tentar entender como funcionou a aparelhagem do sistema repressivo, como o poder sobre “a vida e a morte” se exerceu/exerce dentro do sistema repressivo do Estado brasileiro. É indagar-se sobre sujeitos capturados. Mas, acima de tudo, e este é o foco deste tópico, é captar nos testemunhos, nos relatos de memória destas mulheres, como foi possível resistir a esse sistema? Ou, em outras palavras, como foi possível traçar linhas de fuga?

Numa conjuntura de violência, brutalidade e expressão do Estado de exceção (AGAMBEN, 2004, p. 61), o que entra para a prática é uma força da ausência de lei, que já começava no momento da prisão, como relata Maria Quintela:

[...] a polícia do DOI-CODI fechou o quarteirão, fechou a loja num aparato militar, assim... digno do... nazismo alemão... e prendeu nós duas e me levou até o apartamento onde eu morava, um estardalhaço imenso, né... E as pessoas do prédio fazendo que não via nada, né... fechando os olhos, assim...

o medo, o pavor, desconhecendo a gente algemada na rua, me levou até meu apartamento e levou tudo que tinha no apartamento[...]”⁸⁴.

Relatos como este não são difíceis de encontrar. Alguns inclusive muito mais expressivos sobre a violência cometida pelos policiais, repletos de narrativas de tiroteios, de contingente policial de números que chegam a 30 homens portando armamento de alto calibre, a exemplo de fuzis, fazendo o cerco policial para a captura de apenas uma pessoa. A comparação do período ditatorial no Brasil com o nazismo alemão também não é difícil de ser encontrada na literatura sobre o tema – ditadura civil-militar - e nos relatos das mulheres e dos homens que militaram contra este sistema repressivo⁸⁵.

Estar preso no DOPS ou DOI-CODI era um período de grandes incertezas, haja vista que, na maioria dos casos, as prisões não eram oficializadas, ou seja, não havia nenhum aparato jurídico que minimamente assegurasse os direitos da/o presa/o. Algumas das mulheres, que foram presas nessas instituições contam que passaram em média dois meses presas de forma ilegal, sem nenhum registro de prisão, direito a advogada/o, comunicação com a família ou qualquer outra pessoa que estivesse fora daqueles muros. Como é o caso de Dulce Pandolfi, que, ao contar como era o procedimento dos órgãos de repressão, no que diz respeito à prisão, explica:

[...] mas tinha um momento que eles tinham que legalizar tua prisão, né... se você tivesse sobrevivido, se você escapou, se você não morreu, né... então ou eles te soltavam e aí nem tinha registro dessa fase, ou então você tinha que ir pra um quartel, e aí sim, sua prisão estava legalizada, ou pra Secretaria de Seguranças Públicas, ou para os tais quartéis, ou penitenciárias [...]”⁸⁶.

Os primeiros dias ou semanas passados no DOPS e/ou DOI-CODI eram momentos de iminente perigo à vida, pois as torturas e interrogatórios eram violentos. Sem nenhum tipo de aparato jurídico, em caso de levar as/os torturadas/os à morte, os militares desapareceriam com o corpo, sem precisar responder sobre ele, haja vista não ter nenhum registro de passagem desses indivíduos pela instituição.

⁸⁴ Maria Quintela de Almeida, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos. (2011).

⁸⁵ Para mais informações, ver referência: ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

⁸⁶ Dulce Pandolfi, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

Em Pernambuco, tais instituições funcionaram nas instalações do Quartel do IV Exército, na cidade do Recife⁸⁷. A ordem era arrancar qualquer informação que ajudasse a prender os integrantes das organizações contrárias ao governo militar. Literalmente **arrancar** as informações.

Para tanto, utilizavam-se das técnicas mais diversas para a prática da tortura, que foi “prática institucionalizada e sistematizada nos interrogatórios” (BRASIL CNV, 2014 p.343): a combinação da tortura no pau-de-arara – era um instrumento, onde as/os acusadas/os de subversão e/ou terrorismo ficavam amarradas/os pelos punhos e atravessadas por uma barra de ferro entre os punhos e a dobra do joelho. A barra de ferro ficava pendurada a alguns centímetros acima do solo.

O choque elétrico – onde dois eletrodos eram ligados ao telefone de campanha do exército, com dois fios condutores de energia que eram amarrados em extremidades do corpo da torturada, geralmente orelhas e dedos mindinhos, ou em alguns casos apenas um fio condutor era amarrado e o outro era passado em várias partes do corpo, inclusive nos órgãos genitais. A combinação desses dois métodos de tortura é descrita pelas militantes como a mais terrível tortura. Existia também a tortura com animais, como sala com baratas entre outros insetos, e até com animais de grande porte, como jacarés, caso vivenciado por Dulce Pandolfi.

As técnicas e métodos eram diversos, nem sempre lançando mão da violência física, mas sempre articulada em suas minúcias de forma estratégica, com o objetivo de conseguir a confissão da “subversão”, do “terrorismo” e para ver a degradação das/dos torturadas/os, considerados anormais, um perigo para a sociedade e para a segurança nacional.

Para isso, tudo era válido, até mesmo policiais exercerem performances de “bons samaritanos”, “Dom Juan” apaixonado pelas presas e que só “queriam ajudá-las”, mas que para tanto elas precisavam cooperar, até os que já chegavam para causar medo, encapuzados e munidos de ameaças e truculência.

Essas performances de “Dom Juan” revelam o pensamento dos órgãos de repressão sobre as mulheres como passíveis de serem conquistadas, entregues às paixões. Isto se dava em decorrência de associarem a militância delas às práticas de relações amorosas e/ou sexuais, estando na militância apenas à procura de “seus machos”, como relata Eridan Magalhães ao recordar como eram os depoimentos e o tratamento dos interrogadores:

⁸⁷ Para mais informações sobre o funcionamento e estrutura do DOPS-PE, ver: SILVA, Marcília Gama. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964/1985)**. Recife: Editora UFPE, 2014.

[...] aí eu chegava, sentava, eles perguntavam: “quantos homens você já teve? Quantas doenças venéreas você já teve? Com quantos homens a senhora já transou? Sua vagabunda”. Essas eram as expressões, eles queriam derrotar-nos moralmente e tratamento assim pra mulher era dizer o seguinte: “mulher não faz política, mulher é puta”. “Mulher não milita na política, mulher acompanha os machos”. Essa era a visão do torturador, daquele que coletava as informações⁸⁸ (Grifos nossos).

O tratamento dos órgãos de repressão é diferenciado, levando-se em conta as relações de gênero. A “interpretação cultural e política do sexo” (SCOTT, 1995) revela que nossa cultura está permeada e divide o mundo no binarismo “Homem” e “Mulher”, “Masculino” e “Feminino” como um constructo cultural que estabelece performances a serem postas em prática. Ou, como conceitua a filósofa Judith Butler (2016, p.69), “gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de actos repetidos dentro de uma moldura reguladora rígida, que congelam ao longo do tempo de modo a produzirem a aparência de substância, de um ser natural”.

Relatos como o de Eridan não são difíceis de serem encontrados entre as mulheres que estiveram na condição de presas políticas neste período. Rosa (2013), ao problematizar as experiências de Flávia Schilling, analisa como se dava o tratamento dos interrogadores baseado nas diferenciações dadas pelas relações de gênero, e elenca dois pontos: a dupla transgressão; política - contra a ditadura - sociocultural - saindo das normatizações do espaço destinado socialmente às mulheres- e de vitimização, no qual as mulheres eram sempre colocadas como passivas, sem ação política, levadas à vida política pelos maridos, irmãos ou pai.

Destarte, a fala de Eridan nos mostra como estava presente a divisão social imposta entre o público, designado ao homem, e o privado, relegado à mulher. Transgressoras destas normas sociais, essas mulheres elaboram para si outras performances, afastando-se da naturalização dos lugares sociais incutidos a elas. Por deslocarem-se destes papéis sociais impostos e inserirem-se no mundo público, o mundo da política, essas mulheres eram vistas “[...] como uma mulher comum que pertence a todos, não célebre, não ilustre, não investida de poder”, como analisou Ana Maria Colling (2004, p. 4-5) em seu estudo intitulado *As mulheres e a ditadura militar no Brasil*.

Vistas apenas como companheiras, “putas” que estavam dentro daquele movimento político apenas para “seguir seus machos”, como narra Eridan, Margareth Rago analisa que:

⁸⁸ Eridan Magalhães, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

Eles [os militares] entendiam que as militantes pudessem ser companheiras, amantes ou filhas, girando sempre em torno do eixo masculino, obedecendo incondicionalmente às ordens dos companheiros e líderes. Sempre as olhavam com menosprezo, pois reconhecer qualquer capacidade de iniciativa feminina seria destruir seu próprio sentido de masculinidade [...] (RAGO, 2010, p.171).

Dessa forma, o ato de serem presas, levadas ao DOPS e/ou DOI-CODI e serem despidas na frente dos agentes da repressão, todos homens, já traz a carga cultural e social da tortura engendrada ao corpo das mulheres, suscitando nos torturadores um duplo sentimento: de um lado, a negativa de que elas de fato fossem militantes, aceitas apenas como “companheiras, amantes e filhas”, portanto com menor culpabilidade, “[...] desqualificas como sujeitos autônomos”(COLLING, 2004, p. 8). Pois não vinha delas as iniciativas de contestação; elas apenas “giravam em torno do eixo masculino”. Por outro lado, a necessidade de mostrar para elas quem estava no comando, tentando exercer um poder sobre elas e seus corpos através da força bruta, da violência.

Mais uma vez, seus corpos são pesos sobre si, pois lhes foi ensinado manter o pudor com o corpo, não o expondo, principalmente ao sexo oposto. Além disso, durante o tempo em que elas permaneciam nestas instituições, a intimidade de seus corpos era sempre violada, pois, mesmo ficando em celas apenas com mulheres, estavam à disposição dos torturadores e policiais que fizeram uso do assédio, das ameaças de abuso sexual e do próprio abuso sexual para tortura.

Como relembra Lylia Guedes, “[...] fui bastante assediada, o tempo todo. Eu tinha o cabelo longo assim... então um passava, puxava; outro passava, puxava também, soltava gracinhas, esse tipo de coisa, mas ninguém tocou em mim por enquanto”⁸⁹. Esses foram seus primeiros momentos no DOPS-PE, antes mesmo de prestar depoimento. Neste momento, os policiais se interessavam apenas por Odijias Carvalho, preso junto a Lylia.

Transferidas do DOPS-PE, Lylia Guedes, Maria Ivone e Rosa Maria foram levadas para o Quartel do Derby, ficando numa cela improvisada, onde continuaram sofrendo com a exposição⁹⁰, como relata Rosa: “[...] ficávamos totalmente à mercê daqueles policiais, que se masturbavam, né... e diziam gracinhas, nós nos sentíamos como se estivéssemos no zoológico, era uma situação... não tínhamos privacidade nenhuma [...]”⁹¹.

⁸⁹ Lylia Guedes, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

⁹⁰ Cela semelhante a uma jaula, composta dos quatro lados por grades e que servia até então para punir os soldados que descumprissem as regras do Quartel.

⁹¹ Rosa Maria dos Santos, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

Esses “corpos abjetos”, como conceitua Judith Butler (2000), os corpos deslegitimados, são expostos às mais diversas crueldades. Consideradas duplamente transgressoras, duplamente subversivas, subvertendo a ordem política vigente e subvertendo a ordem sociocultural imposta, como analisa Colling (2004), a tortura sobre esses corpos tinha o objetivo de puni-las não só pelas questões políticas, mas também pela ruptura que elas representavam às regras sociais, rompendo a barreira do privado, colocando-se como sujeito político ativo.

Ao analisarmos as páginas dos antecedentes criminais de Selma Bandeira, presentes em seu prontuário individual, podemos observar a diferenciação de gênero mediante a qual as mulheres eram tratadas pelos órgãos de repressão. Desse modo, a Secretaria de Segurança Pública a descreve:

Convém aqui ressaltar que uma mulher, médica, que pela madrugada sai em seu próprio veículo juntando subversivos para desempenho de ações desse porte, desse quilate, já diz muito bem de sua conduta pouco recomendável e altamente perigosa⁹² (grifo nosso).

Essas militantes foram, antes de tudo, vistas enquanto “mulheres” e submetidas à cobrança de se colocarem em seu “lugar”, ou seja, o constructo do que era ser uma “mulher” recaiu por sobre seus corpos sob a forma de tortura.

Para traçar as linhas de fuga, aquelas que escapam da tentativa totalizadora, como elabora Deleuze e Guattari (2011)⁹³, este pequeno ponto de escape, de fuga, foi o que as permitiu não se deixar tocar, perpassar, para não embrutecer. Para tanto, foi necessário usar das artes das burlas, da inventividade, da criação (CERTEAU, 2012), e assim potencializar os momentos de alegria, poetizar a vida e crer nos ideais que as levaram a arriscar suas vidas.

Eram esses ideais que davam forças e energizavam seus corpos para resistirem, e mesmo em momentos de dor e medo, entoar cantos folclóricos foi possível, como lembra Maria Quintela, ao dizer que uma das lembranças sobre o período em que esteve presa no DOPS-PE era ouvir uma moça cantando uma música do cancioneiro popular. Pelas partes lembradas e cantaroladas por Maria Quintela, trata-se de “Sodade Meu Bem, Sodade”⁹⁴, que com algumas

⁹²Selma Bandeira, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

⁹³ Deleuze e Guattari conceituam linhas de fuga ao falar sobre o rizoma, que é composto por linhas segmentares, que crescem de maneira espalhada, horizontalizada, e “[...] cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga [...]” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.26) há uma ruptura. Porém as linhas de fuga são parte do rizoma, correndo “sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto [...]” (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p.26).

⁹⁴ Música de autoria de Zé do Norte, composta em 1955. Zé do Norte é paraibano de Cajazeiras, também compositor da famosa música “Mulher rendeira”, teve suas músicas gravadas por várias/os compositoras/es

falhas de memória os versos a seguir foram aparecendo em seu relato: “Os olhos da cobra verde / Hoje foi que arreparei/ Se arreparasse a mais tempo, /não amava quem amei”.

Esta música do cancionero popular, cantada acompanhada da viola, com linguagem simples, característica do interior do Nordeste brasileiro, trazendo narrativas folclóricas e/ou lembranças de amores desfeitos, passa a ter maior visibilidade em 1972, ao ser gravada por Caetano Veloso no disco *Transa*, gravado em Londres durante o período de exílio vivenciado pelo cantor e compositor. O cantar de cantigas populares, que lembram a imagem do sertão, de elementos da natureza, sentimentos de saudade, era uma forma de poetizar o espaço em que só a dor, o medo e a violência se sobressaíam. Talvez essa tenha sido a ideia de Caetano quando inseriu na música “*It’s a long way*” um trecho de “*Sodade meu bem, sodade*”: um exilado querendo se sentir mais próximo de sua terra natal, de seu lugar. Assim era também o simbolismo dessas músicas cantadas na prisão por estas mulheres.

Pois bem, se as noites eram terríveis, regadas a gritos de dor pelas torturas praticadas, o jeito que se arrumou para resistir a tudo isso era tentando sobrepor o som desses gritos pelas narrativas de textos e canções, como afirma Maria Quintela. Cantar era então a forma de minimizar as dores, mas também de fazer amizades, gerir denúncias e fazer contatos. Foi através da música utilizada para “espantar os males” que Rosa Maria e Maria Yvone estabeleceram diálogo com os presos comuns que também estavam no DOPS-PE.

Rosa Maria conta que, em represália por não terem denunciado ninguém, não terem dado informações à polícia política sobre os companheiros de luta ou sobre operações que seriam feitas, ficaram presas na área destinada a presos e presas comuns. Nesse espaço, apenas uma cela era destinada a mulheres, todas as outras eram lotadas por homens.

Ao descrever o espaço em que ficou presa, a imagem que mais aparece em sua descrição é da presença de baratas. Rosa Maria descreve que era um espaço pequeno, onde havia um sanitário construído no chão, modelo de sanitário construído com tijolos e cimento, sem a presença do vaso sanitário. E de onde provinham muitas baratas:

[...] Quando ia dando o entardecer essas paredes e o chão, tudo ficava completamente coberto de baratas, então foi uma coisa assim... uma cena que a gente não consegui esquecer, eu e a Ivone, foi uma das coisas que nos marcou muito. No começo, nós começamos a chinelar e a matar as baratas, mas não adiantava que elas morriam e tinha mais uma centena de baratas, completamente coberta de barata e nós num tínhamos onde dormir, né... nos

famosas/os, como Maria Bethânia e Nana Caymmi. O trecho de “*Sodade Meu Bem, Sodade*” é cantada por Caetano Veloso no disco “*Transa*”, de 1972.

deixaram lá treze dias, nós tínhamos que deitar no chão e nos acostumamos com as baratas passando no rosto, pela cabeça, por onde fosse [...] ⁹⁵.

Mas, se o ambiente era propício para torná-las tristes e produzir servidões diminutivas, como nomeia Deleuze (2002), Rosa Maria e Maria Ivone potencializaram os encontros com os presos comuns, resistiram ao espaço impróprio para a habitação do ser humano, criaram, resistiram. Sobre isso, Rosa Maria narra:

Aí eu falei para Ivone “- Ivone, eles tão achando que isso é terrível pra gente, num é tão terrível assim, dá pra gente, esse tipo de situação dá pra gente aguentar, muito pior é o que eles fizeram aos nossos companheiros e... que a gente sabe das torturas todas aí, então a gente vai resistir legal”. Então começamos a cantar, cantar, cantar, cantar e então os presos ficaram muito impressionados com isso, né... eles ficavam tudo assim grudados na cela, a cela não era exatamente de frente, a cela deles ficava... a nossa ficava um pouco enviesada assim, a deles assim, a nossa assim... (demonstrando com as mãos as posições das celas), mas eles ficavam dependurado tentando nos ver e perguntavam “que que vocês tão fazendo aí? Vocês num têm cara de bandido”, né... “o que é que vocês fizeram?” né... E a gente dizia: “- Nós somos contra o governo, lutamos contra a ditadura”. Então eles conseguiram um jornal lá, e colocaram... a gente colocou as cabeças, era o único jeito que a gente tinha pelo menos de privar, de poupar um pouco nosso rosto de ficar no chão em contato com aquelas baratas, então eles ajudaram isso, inclusive nos ajudaram mais até por que é... um deles ia sair no dia seguinte e se propôs a levar num endereço que Ivone... cortou um pedacinho desse jornal fez um bilhetezinho para um parente de Ivone, alguma coisa assim e eles levaram, ele levou mesmo, ele se comprometeu de levar e levou o recado pra família de Ivone ⁹⁶.

No depoimento acima, está presente a força vital destas Marias que, como tantas outras, aproveitaram as ínfimas oportunidades e denunciaram a ditadura, gritaram sobre o sistema repressor. Junto aos chamados presos comuns (aqueles que cometiam crimes como roubo, tráfico, entre outros), falaram que eram contra o sistema e por isso estavam presas.

Esse simples fato de dizer o porquê de estarem ali foi uma denúncia, haja vista que muitos daqueles/as que ali estavam não sabiam das formas repressivas impugnadas pela ditadura comandada pelos militares. E ao estabelecerem contato com eles/as, elas deixavam testemunhas de sua passagem naquela instituição.

As militantes praticaram o ato de não se deixar abater ou afetar pelas “paixões tristes”, que, segundo afirma Deleuze (2002, p.57), acontecem quando a potência de um corpo se opõe à potência de nosso corpo, operando, assim, uma subtração; dessa forma, a nossa potência de

⁹⁵ Rosa Maria Santos, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

⁹⁶ Idem.

agir é diminuída, impedida. Afastar-se dessas “paixões tristes” só foi possível graças aos atos de solidariedade, ou, nos termos de Deleuze (2002), às afetações pelas “paixões alegres”, aquelas que potencializam de forma superlativa os corpos e proporcionam a ação.

Paixões alegres, como a dos presos comuns, que mesmo sem muitos recursos ou formas de mobilização, conseguiram um jornal para que Rosa Maria e Maria Ivone pudessem proteger os rostos do contato com as baratas. E o detento que, ao saber que no dia seguinte estaria em liberdade, propôs-se a levar um recado para algum familiar, possivelmente avisando o paradeiro delas.

Ações como essas salvaram vidas, de forma direta ou indireta, sendo o veículo para que os familiares as encontrassem e buscassem a legalidade da prisão, acionando advogadas/os. Porém, nem sempre a música e os encontros puderam se desvencilhar do toque das paixões tristes. Ainda no DOPS, Ivone, aflita por não ter notícias de Odijas, pediu para ir ao banheiro, de onde avistava a cela dos outros presos políticos. Utilizou-se da música para perguntar aos outros companheiros presos se já tinham informação do paradeiro de Odijas e conta:

[...] a gente tinha um esquema de se comunicar por assobio [...] as músicas falavam por nós. Então, o que a gente queria saber, a gente assobiava e o pessoal respondia também da mesma forma. Então, o Odijas gostava muito de uma música, a última coisa que ele gostou, a música do Paulinho da Viola ‘Foi um rio que passou em minha vida’. Era coisa que ele adorava, tocava, dedilhava na caixa de fósforos, era uma coisa que ficou a cara dele, era a marca dele, as pessoas sabiam, identificavam ele com essa música. Então, eu assobiei essa música “Foi um rio que passou em minha vida” e “Nicanor”, “onde andaré Nicanor?”. Fiquei fazendo assim, uma e outra, uma e outra e eles entenderam, eles entenderam e eles assobiaram de lá uma música que falava de morte, um sambinha que falava de morte, então eu confirmei aí, então eu voltei pra cela e disse a Rosa: “Rosa, o Odijas tá morto mesmo”⁹⁷.

O desespero de confirmar a morte de seu companheiro de militância e de vida trouxe a Ivone a força de lutar para denunciar esta morte estando dentro do DOPS, que funcionava de forma improvisada, na mesma área da Secretaria de Segurança Pública. No térreo do prédio, exerciam-se atividades de utilidade pública, como fazer carteiras de identidade e retirar ficha corrida da polícia. Era um espaço que durante o dia tinha movimentação de transeuntes.

Ao saber disso, Ivone resolveu utilizar-se da estratégia de ir ao banheiro para denunciar a morte sob tortura de Odijas, e assim o fez. Gritou para os transeuntes que procuravam os serviços da referida Secretaria que estava sendo torturada e que seu esposo tinha sido assassinado sob tortura, e iniciou uma greve de fome em protesto pela morte de seu

⁹⁷ Maria Ivone Loureiro, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

companheiro e reivindicando sair do DOPS. Após essa ação, Ivone foi transferida para o Quartel do Derby, junto a Lylia e Rosa, como já discutimos anteriormente, seguindo, *a posteriori*, para a Colônia Penal do Bom Pastor.

2.3 A COLÔNIA PENAL DO BOM PASTOR: ENTRE DISCIPLINARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS

A Colônia Penal do Bom Pastor localiza-se na cidade do Recife-PE. É assim nomeada no ano de 1943, quando a Ordem Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor alicerça a pedra fundamental da Colônia, que foi inaugurada em 1945 (BELO, 2014). O primeiro registro de presas políticas que temos data de 1969. Tal instituição difere das demais utilizadas para repressão e tortura por funcionar em caráter de “recuperação social” dos sujeitos que lá cumprissem pena, a fim de reinseri-los na sociedade, não tendo um “caráter punitivo”.

Para analisarmos as conjunturas e a emergência das Colônias Penais do Bom Pastor e como esta se insere como espaço de reclusão também para presas políticas, é pertinente pensarmos historicamente sobre o sistema carcerário feminino no Brasil, sistema ainda incipiente no Brasil. Segundo Freitas (2012), apenas em 1984 foi sancionada no Brasil a Lei n. 7.210/84 que

[...] assegurava às mulheres, dentre outros direitos comuns a qualquer detento, independentemente do sexo, a conquista do direito ao alojamento em celas individuais e salubres, sendo as mulheres recolhidas em ambientes próprios e adequados a sua condição pessoal. (FREITAS, 2012, p. 126)

Nesse sentido, a primeira casa de detenção feminina surgiu na Holanda, no século XVII (FREITAS, 2012). A criação de penitenciárias femininas se deu nos Estados Unidos da América, onde também foram criadas casas de correção feminina pela Congregação do Bom Pastor, que funcionavam como semiautônomas, à margem do sistema carcerário convencional. A mesma congregação expandiu essas casas de detenção para o Chile e o Uruguai, fazendo-se posteriormente presente em outros países da América Latina, como a Argentina e o Brasil (FREITAS, 2012).

A Congregação da Nossa Senhora do Bom Pastor, foi fundada em 1835 pela Irmã Maria Eufrásia Pelletier, que foi santificada. Tem como missão: “viver, expressar, partilhar a compaixão, reconciliação, solidariedade, misericórdia de Jesus Bom Pastor junto às pessoas marginalizadas, especialmente, as mulheres, crianças, adolescentes e jovens em situações de

risco”⁹⁸. A partir da missão expressa pela Congregação, percebemos o porquê do direcionamento de trabalhar com detentas, pois neste grupo social se enquadrava o público alvo da instituição: “mulheres que passam por um sistema de marginalização e/ou que se encontravam em situações de risco”.

Com relação às questões da situação de risco enfrentada pelas mulheres “delinquentes”, nos anos em que se inicia a atuação da Congregação do Bom Pastor no Brasil, na década de 40 do século XX, tal situação era ainda maior, pois a elaboração de políticas públicas que visassem a melhorias para a situação da mulher no cárcere era muito exígua. Em alguns Estados do Brasil, a Ordem Religiosa ficou à frente de casas de detenção feminina, que em sua maioria recebiam o nome de Colônia Penal do Bom Pastor.

A referida Colônia Penal recebeu presas políticas não apenas em Pernambuco, mas também no Rio Grande de Sul e em outros estados do Brasil. Em Pernambuco, a Colônia foi construída em parceria com o Estado, na gestão do governador Agamenon Magalhães e a Ordem Religiosa Nossa Senhor da Caridade do Bom Pastor.

As freiras faziam um trabalho pastoral carcerário e não de carcereiras, o que, com o passar dos anos, mudou em decorrência da interferência que o Estado passou a exercer na Colônia, que ideologicamente era pensada pela Ordem Religiosa como um Colégio Interno para mulheres “desvalidas”, “desfavorecidas”. Passou a ser utilizada pelo Estado como penitenciária feminina, com maior ênfase a partir de 1990, quando começou a abrir concursos para o cargo de carcerária/o para trabalhar na Colônia Penal do Bom Pastor (BELO, 2014).

O regimento da Colônia Penal, por ser dirigida por freiras, era diferente de uma penitenciária comum. Para a obtenção desta “recuperação social”, eram ensinados às internas alguns ofícios, como a produção de doces, biscoitos, pães, corte e costura, entre outras atividades que permitissem a estas mulheres, consideradas socialmente desviantes, ao saírem da Colônia Penal, fossem reinseridas na sociedade através da máxima popular “o trabalho dignifica o homem”.

É importante analisar que até as atividades elencadas para as presas se colocavam em um discurso de “moralidade”, de “mulheres do lar”, aquelas “prendadas” que deveriam saber cozinhar, costurar e trabalhar em afazeres domésticos. Além disso, por serem de classes mais baixas e necessitadas de exercerem alguma atividade lucrativa, que exercessem atividades destinadas às mulheres. O trabalho, então, era a extensão das atividades domésticas desenvolvidas no âmbito privado (SAFFIOTI, 1987).

⁹⁸ Congregação de Nossa Senhora do Bom Pastor. Disponível em: <<http://www.irbompastorbp.org/missao.php>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

Este espaço foi então pensado para, ao disciplinar, compor os “corpos dóceis” que voltariam para a sociedade dentro da normalidade por ela exigida. Como analisou Foucault em *Vigiar e punir*, a disciplina necessita da “distribuição dos indivíduos no espaço” (FOUCAULT, 2014, p.139), espaços que em muitos casos exige a “cerca”. Ao pensar esses espaços, o filósofo menciona os Colégios, afirmando: “o modelo do convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito [...]” (FOUCAULT, 2014, p.139).

“Lugar perfeito” para a educação de moças: esse era o discurso do Bom Pastor, aquele que guia pelos bons caminhos suas ovelhas e incessantemente “corrige as ovelhas desgarradas”. Esse era o princípio da instituição, que traz consigo a ideia cristã e católica da redenção dos “pecados”.

Teresa Vilaça, ao lembrar-se do período em que esteve presa no mesmo bloco que se encontravam as presas comuns, descreve que:

Grande parte delas (presas comuns) tinha vindo exatamente da Zona canavieira. Isso, pra mim, foi uma coisa terrível, ver aquelas jovens... tinha uma lá que pulou no rio com os três filhos, de fome, ela pulou no rio pra morrer ela e os filhos, entendeu?! E a gente conversava com as meninas que era da Rua da Guia, a zona de prostituição, e elas diziam “eu vim de Ribeirão, meu pai trabalha lá na Usina” [...] ⁹⁹.

E Ana Maria completa a fala sobre as presas comuns, dizendo:

Era um mundo desconhecido pra mim, aí estavam as chamadas presas comuns, as mulheres que estavam aí porque roubaram, porque aplicaram o conto do vigário em alguém, porque assassinaram, era tudo, um mundo muito, muito diferente. [...] era um mundo à parte, esse mundo... é... que era um mundo desconhecido e também muito atraente pelas diferenças. É muito bom quando a gente se encontra com gente diferente, é preciso ser muito narcisista pra achar feio o que não é espelho ¹⁰⁰.

Neste mundo à parte, como chamou Ana Maria, a maior parcela das presas comuns era composta por mulheres pobres, criminalizadas por serem prostitutas, presas por “vadiagem”, em sua maioria para fugir da miséria e da fome a que estavam condenadas na Zona Canavieira e em outros locais do Estado, em que a falta de trabalho, a fome e a miséria se espalhavam. Assim, o discurso da instituição era que é preciso educar estas mulheres para reinseri-las na

⁹⁹ Maria Teresa Vilaça, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

¹⁰⁰ Ana Maria Medeiros Fonseca, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

sociedade “e convertê-las em caridosas beatas, voltadas às prendas do lar, aos cuidados com os filhos, à sexualidade educada para a procriação e à satisfação do marido [...]” (SOARES; ILGENFRITZ, 2002).

Eram mulheres de classes baixas e que nunca tiveram acesso à educação dentro desse propósito de disciplinarização dos corpos, em específico, o corpo da mulher, que tinha a criminalidade atrelada à sexualidade e ao “desvio moral”. A Colônia Penal, com organização, gestão e orientação de religiosas, era o “mais perfeito”, como afirmou Foucault (2014), espaço de docilização. Ainda falando sobre o período em que ficou na mesma ala que as presas comuns, Teresa Vilaça lembra: “quando eu fiquei do lado das presas comuns, era obrigada ir para o terço. Toda noite tinha um terço, lá, sentada e todo mundo rezando”¹⁰¹.

Estes corpos eram então moldados, produzidos, pedagogizados, para cumprirem as normas. As presas políticas tinham tratamento diferente das presas comuns. Em pouquíssimos momentos, frequentaram os mesmos espaços, ficaram presas nas mesmas alas. O bloco que as presas políticas ocupavam era separado do destinado às presas comuns. Havia também freiras que ficavam responsáveis por cuidar das presas políticas, acompanhá-las nas atividades realizadas na Colônia, o passeio pelo jardim externo.

Frizo ainda que, no tocante às saídas fora do alojamento para o jardim anexo, tendo em vista o recebimento do Ofício do Sr. Superintendente do Sistema Penitenciário vedando essas saídas, comuniquei-me com o Exmo. Sr. Auditor Militar, tendo este, verbalmente, as autorizado, com as devidas cautelas¹⁰².

Em mesmo relatório, assinado pela Irmã Maria Izete Brasil, diretora da Colônia em 1972, ao esclarecer a saída de uma das presas políticas para o dentista, afirma que:

[...] a mencionada detenta foi, em conduta desta Colônia, acompanhada da Irmã Maria da Divina Graça Fernandes Vieira (encarregada do alojamento das detentas por crime político) juntamente com o soldado Arnaldo Alfredo dos Santos da P.M.P. para realizar o tratamento [...] ¹⁰³.

Destarte, fica expresso que havia freiras que especificamente ficavam responsáveis pela ala das presas políticas. Estas tinham o cotidiano na Colônia diferente das presas comuns. Não

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Relatório de Irmã Maria Izete Brasil, Recife, 6 de março de 1972. In: PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública - DOPS. Fundo Bom Pastor.

¹⁰³ Relatório de Irmã Maria Izete Brasil, Recife, 6 de março de 1972. In: PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública - DOPS. Fundo Bom Pastor.

faziam os cursos de culinária, corte e costura, entre outros já mencionados, inclusive porque, em sua maioria, eram de classe média, com ensino básico completo e inseridas no ambiente acadêmico, ou seja, não estavam ali para se ressocializarem a partir do trabalho, do aprendizado de um ofício. Nem eram obrigadas a participar das noturnas rezas, mas estavam ali também para terem seus corpos moldados e aceitarem o regime político do país e a condição privada do ser mulher.

Elas são punidas, então, para não mais ocuparem os espaços que ousaram ocupar: militante de esquerda e mulher pública, inserida na política, como relata Maria do Carmo Tomás:

A Madre Calvário era muito, muito carrasca, então pra quem está saindo de uma situação que eu estava, de tortura, de quartel, de DOPS, é... ela quando me recebeu lá, me botou no isolamento, ainda, não lembro se foi quatro ou foi cinco dias [...] fiquei trancada isolada, numa cela lá no Bom Pastor¹⁰⁴.

O período em que estas mulheres foram levadas presas para o Bom Pastor diferencia quem estava à frente da instituição enquanto diretora e quais freiras eram responsáveis por cuidar do alojamento das presas políticas, fator que também muda a forma com que estas presas eram pensadas e tratadas na instituição.

Em decorrência do posicionamento político que a Ala Progressista da Igreja Católica tinha no Nordeste, e principalmente em Pernambuco, Paraíba e Ceará, a relação das freiras com as presas políticas se deu num ambiente de solidariedade, na maior parte do tempo, como afirmam as mulheres em depoimento ao documentário. Colaboraram, em algumas situações, com as burlas que as detentas exerciam frente aos órgãos de repressão, a exemplo das freiras que, ao saberem que haveria vitória feita pelos policiais a mando da Secretaria de Segurança Pública, escondiam as cartas escritas e recebidas pelas presas políticas.

O que nos leva a perceber que as instituições, mesmo com suas normas e regras de conduta, não são unânimes em seus procedimentos cotidianos. A tentativa de homogeneizar, tornar mecânicas as formas de pôr em prática os procedimentos, não funcionam em sua completude, graças às participações ativas dos sujeitos que as compõem.

Vera Striguini, que passou por duas Colônias do Bom Pastor, a primeira em Pernambuco e a segunda quando foi transferida para o Rio Grande do Sul, percebeu cotidianamente essa diferenciação de tratamento:

¹⁰⁴ Maria do Carmo Tomás, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

E lá o sistema era muito pior, muito pior... nós ficávamos dentro de celas fechadas, aquilo que tinha sido concebido como que para ser celas de castigo para presas comuns, nos botaram lá. Éramos tratados completamente diferentes daqui e eu atribuo isso a que lá não tinha um Dom Helder Câmara, o bispo de lá não queria saber de preso político¹⁰⁵.

Desse modo, percebemos que as subjetividades e os posicionamentos políticos e filosóficos dos sujeitos que compunham essas instituições, modificam-nas, reelaboram suas práticas. Assim, a postura humanitária do Bispo Dom Helder Câmara, que ficou conhecido no Estado por interceder, procurar ajuda jurídica e muitas vezes procurar a família de presas/os políticas/os que estavam incomunicáveis, bem como a de muitas das freiras que dirigiam, cuidavam e gerenciavam a Colônia, fez a diferença no tratamento e no âmbito das relações diárias com estas presas.

Tendo em vista, por exemplo, que no Bom Pastor - com exceção de algumas que nos primeiros dias que chegaram ficavam em celas solitárias até serem levadas para ficar junto às outras – as presas políticas ficavam em celas destrancadas. Por isso, Vera Striguini salienta, entre as diferenças que encontrou na Colônia do Rio Grande do Sul, ter ficado em celas fechadas.

O espaço da Colônia foi, em vários momentos, apropriado pelas presas políticas que exerceram suas resistências e burlas, e continuaram na militância por outros modos, sobrevivendo ao regime ditatorial, estudando, pondo em prática a coletividade que pregava o viés político que escolheram, entre outras práticas que são foco do próximo tópico.

2.4 EXPERIÊNCIAS E RESISTÊNCIAS NA PRISÃO: AFETOS E AMIZADES COMO POTÊNCIAS DE VIDA

Ao analisarmos as vivências destas mulheres no Bom Pastor, onde as resistências foram a todo momento praticadas, percebemos que elas são dotadas de experiências. Podemos definir que a experiência “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” (LARROSA, 2002, p.24), e não cada um destes fatores separadamente, porque diariamente coisas nos passam, mas não nos acontecem nem nos tocam. A experiência requer:

[...] parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos

¹⁰⁵ Vera Striguini, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2002, p.24).

Nesse fazer a experiência¹⁰⁶, como chama Heidegger apud Larrosa (2002), o cultivar a arte do encontro se faz presente enquanto fortalecimento para esta passagem que as tocam. O resistir não o resistir de trancar-se dentro de si, de não se deixar se afetar, de não se expor, mas o resistir de criar, como afirma Deleuze (2004), criar formas de existir e sobreviver em meio a tantas dores, físicas e psicológicas.

A experiência que está sempre dada em relação à passagem/travessia e ao perigo, (LARROSA, 2002), passar, transpassar, fazer a travessia desse perigo na ditadura civil-militar brasileira podia significar apenas a escolha do curso universitário, a caminhada em grupo, a ideologia partidária, a produção de uma música, de uma charge e/ou a exposição de ideologias. Transpassadas pelas experiências no cárcere, resistentes às normas que se impunham para disciplinar seus corpos, estas mulheres traçaram linhas de fuga a estes sistemas, casaram-se, praticaram a maternidade quando o que o regime queria era o cerceamento da vida; construíram laços de afetividade e amizade, no espaço da prisão, onde se tentava impor a solidão.

O filósofo Michel Foucault escreveu, em *Microfísica do Poder* (2012), que, para o exercício do poder disciplinar, faz-se necessário aliar o controle sobre o tempo e o controle sobre o espaço. Ao ouvir os relatos orais das mulheres ex-presas políticas do Bom Pastor-PE, percebemos que a combinação do tempo e do espaço é também elemento fundamental para a prática da “indisciplina”, das burlas, como nomeou Certeau (2012), ou resistência, nos termos de Deleuze (2004).

Estas práticas foram fundamentais para a (sobre)vivência na prisão. Estar presa na Colônia Penal do Bom Pastor- PE, para a maioria das presas políticas, foi expresso como um alívio, um suspiro mínimo em meio à tormenta que era estar no DOPS ou no DOI-CODI. Nas palavras de Vera Rocha,

foi assim, como chegar no paraíso, embora nenhuma prisão possa ser considerada um paraíso, porque sair do DOPS, onde vivemos aqueles momentos tão difíceis, e chegar no Bom Pastor, reencontrar antigas companheiras, sentir o esquema de solidariedade, de cumplicidade, de fraternidade [...] ¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Fazer a experiência significa “deixar-nos abordar em nos próprios pelo que nos interpela, entrando e nos submetendo-nos a isso” (HEIDEGGER apud LARROSA, 2002, p. 24).

¹⁰⁷ Vera Rocha, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

Passar pelo DOPS e/ou DOI-CODI, onde foram espancadas, tiveram seus corpos marcados pela brutalidade e violência, chegando inclusive a ficar no limiar entre a vida e a morte, perdendo a sensibilidade de alguns membros e, no caso de Nancy Mangabeira Unger, perdendo o polegar da mão direita. Chegar ao Bom Pastor foi uma brisa refrescante depois de dias de imenso calor, marcando um novo capítulo em suas vidas. “Era nova trincheira”¹⁰⁸, o traçar de novos caminhos na militância, num espaço só de mulheres, deixando assim os constrangimentos e assédios sexuais existentes no DOPS e DOI-CODI, encontrando outras companheiras de luta, onde os encontros e despedidas eram sempre calorosos, foi de fato um suspiro aliviado.

Porém, mesmo que a chegada ao Bom Pastor-PE tenha sido narrada pelas presas políticas como sendo um momento de alívio e alegria, isso não quer dizer que não foi difícil, que não houve momentos de solidão, ou, como narra Yara Falcon, “[...] claro que dentro de uma prisão a gente num pode dizer que foi tranquilo, porque a gente nunca sabe o que vai ser o dia de amanhã [...]”.

A Colônia foi, então, mais um capítulo da vida destas mulheres escrito com resistência minuciosa, ressignificando os espaços, objetos, criando outros devires. Como veremos adiante, essas mulheres se apropriaram dos discursos que as colocavam no lugar privado de mãe e esposa, para tecerem suas resistências, praticar outras formas de viver a prisão, abrindo fendas no sistema, burlando-o.

2.4.1 “Amor e revolução”

Como já anunciamos anteriormente, mesmo em meio à repressão e militância política, essas jovens, entre uma pichação de muro, com as palavras “abaixo a ditadura”, formulação de manifestos e panfletagens, abriram espaços para as relações afetivas, relações amorosas. Nos testemunhos dos sujeitos desta pesquisa, em vários momentos são mencionados os namoros e casamentos, que tiveram seu desenvolvimento durante os anos de militância política.

Dito isto, observamos que o casamento, um contrato social, como chamou Rousseau, e que nas sociedades patriarcais era um contrato alheio à vontade da mulher, era um contrato social estabelecido entre os “chefes” das famílias. Esta união tem então como principal objetivo a manutenção dos benefícios e do patrimônio familiar. Esta composição familiar é dotada da produção de papéis sociais, onde as mulheres são destinadas ao papel do privado,

¹⁰⁸ Idem.

destinando-se a cuidar da casa, do marido e principalmente das/os filhas/os, enquanto ao homem coube a vida pública, trabalhando para a manutenção econômica da casa (VERONA, 2013).

Quando observamos os períodos que denominamos de Colonial e Império, nos quais temporalmente situamos a sociedade patriarcal, percebemos que essas implicações sociais também estão relacionadas às questões econômicas e raciais, pois as mulheres de famílias menos abastadas e/ou negras já trabalhavam para contribuir com a manutenção econômica da casa, estando, assim, presentes na vida pública, o que não significa dizer que estivessem inseridas nela. Trabalhavam por necessidades econômicas e eram mal vistas pelo corpo social, principalmente pela elite (VERONA, 2013).

Com o processo de modernização, as mulheres iniciam lentamente sua entrada na vida pública, passando a frequentar com maior ênfase os espaços públicos como teatros, espaços recreativos, bailes. Isto traz um conjunto de discursos normatizadores sobre o corpo feminino. Ao estarem no espaço público, seu corpo passa a ser vigiado, normatizado não apenas pelo pai, irmão e esposo, mas por toda a sociedade, que dita seu modo de comportamento dentro dos espaços. É neste sentido que Verona (2013) analisa que

[...] os periódicos, as novelas, os romances, os manuais de civilidade [...]. Por entre esses ditos e escritos forjavam-se modelos que interessavam à manutenção da tão cara, ordem social. E, nesse processo, o desenho de mulher ia se delineando, sobretudo, por mãos masculinas (VERONA, 2013, p. 34-35).

Esta ordem social estipula à mulher o casamento e a maternidade e insere seu corpo na ordem do discurso médico, que trouxe ao ambiente doméstico um conjunto de enunciados sobre benfeitorias, disseminando não só às mulheres, mas a toda a sociedade as ideias acerca do cuidado para com o ambiente doméstico como sendo imprescindível para a saúde e a ordem social, e tentando engendrar em todas as famílias o modelo nuclear. O que retira, por exemplo, a ama de leite desse contexto doméstico, designando às mães o papel da amamentação.

O casamento foi/é assim um contrato social que cria a instituição familiar, que, por sua vez, designou espaços e modos de viver muito restritos para as mulheres, que deveriam ocupar majoritariamente o espaço privado, e frequentando apenas como filhas, esposas ou irmãs o espaço público, mesmo nos anos 60 e 70 do século XX, tendo sido “marcado

internacionalmente pela Revolução Sexual e pela chamada Segunda Onda do Movimento Feminista” (WOLFF, 2007, p. 20).

O número de mulheres na guerrilha urbana chegou a 18%, e possivelmente na prática alcançou percentuais maiores, já que o cálculo foi feito com base nos processos movidos contra militantes, e em muitos casos as mulheres não chegaram a ser presas, pois “era difícil [para os militares] acreditar que as mulheres seriam realmente guerrilheiras” (WOLFF, 2007, p. 20). Ainda assim, o casamento e a maternidade eram/são vistos e cobrados como caminhos “naturais” e lógicos para as mulheres.

No contexto, da militância destas mulheres, é possível identificar dois prismas sobre a questão: o primeiro que discutimos em Silva (2015), em que o papel das mulheres na militância se configurava como uma extensão da casa, com o cuidado do aparelho, atividades de enfermagem e os cuidados com o marido, como se apresenta nos discursos de Danda Prado, analisados por Rosa (2013). E o segundo se configura pelo viés da resistência impetrado pelas relações de afetividade na clandestinidade e no casamento, como o exemplo de Yara Falcon.

Ao se deslocar o sentido incutido no casamento, mesmo que não completamente, mas dando novos prismas sobre esse mesmo acontecimento, percebemos que este foi usado enquanto resistência, não mais trazendo a mulher para o espaço privado. Seu sentido foi deslocado, de modo a trazer mobilidade a Yara Falcon, que a partir do casamento passou a ter a possibilidade de receber e fazer visitas ao seu companheiro na prisão, o que resultava nas trocas de informações sobre encaminhamentos do partido/organização, troca de notícias sobre as/os companheiras/os, além de se fortalecer afetivamente.

A foto abaixo conta a história de “amor e revolução”, o casamento de Yara, com seu noivo, na época também preso político.

FIGURA 25: Casamento de Yara Falcon, na Colônia Penal do Bom Pastor em 1970.



Fonte: Imagem retirada do documentário *Vou contar para meus filhos*(2011).

O casamento foi permitido através de solicitações na auditoria militar, feitas pela mãe de Yara. O dia era 28 de agosto de 1970. Pretendia-se uma cerimônia reservada, conta Yara, mas os militares permitiram a entrada de alguns jornalistas. Era estratégico para os militares divulgar manchetes com esse tipo de informação, uma forma de mostrar uma outra face à sociedade, que não a de repressores, já que o Regime ditatorial precisava manter diante da sociedade as máscaras da legalidade, para que assim tivesse o mínimo de aceitação social.

A cerimônia foi toda montada dentro do Bom Pastor-PE: o casamento foi na capela da instituição, o vestido da noiva foi feito pelas presas comuns, assim como o penteado e a maquiagem. Os doces também foram produzidos na Colônia e os familiares das outras presas políticas trouxeram alguns comes e bebes para compor a festa.

Como todo momento era usado como ato político para os militantes, uma forma de subverter a “ordem”, praticar a resistência, mais uma vez as militantes abriram fendas nas malhas de poder. Yara entrou na capela do Bom Pastor-PE para casar ao som do Hino da Internacional Comunista, tocado no piano, por Vera Striguini, também presa política. O medo estava presente em cada nota, conta Vera, mas passou despercebido pelos policiais. Nos jornais, a manchete dizia “presa política casou ao som de músicas alegres”, conta Yara.

Se resistir é criar, como afirma Deleuze (2004), Yara resistiu ao casar-se nessas circunstâncias, pois essa era a única forma possível para que ela e o noivo pudessem se ver aos domingos, dia destinado às visitas. Vera e Yara burlaram os órgãos de repressão e a mídia ao fazerem do Hino da Internacional Comunista a marcha nupcial, tornando esta cerimônia de

casamento, sobretudo, um ato político. Assim como o casamento, outras “atribuições sociais dadas às mulheres”, a exemplo da maternidade, também se configuraram como forma de efetuar resistências.

2.4.2 Maternidade

A maternidade pode, a depender do contexto, ter várias frentes de produção de experiência. Vivenciar a maternidade na ambientação de uma ditadura aguça ainda mais essas possibilidades, principalmente quando se têm filhas/os militantes ou quando se gera filhas/os sendo uma militante. É nesse contexto de ditadura, cárcere, torturas e incertezas que algumas mulheres foram atravessadas pela maternidade.

A gravidez foi, para Helena Serra Azul, desde os primeiros momentos da gestação, um símbolo de resistência. Engravidando ainda quando estava na clandestinidade, ela foi presa quando se somavam dois meses de gravidez. Ter sido presa enquanto estava na clandestinidade era um fator agravante, como já foi discutido no primeiro tópico deste capítulo. Por permanecer em silêncio durante os interrogatórios, causava grande insatisfação aos agentes da repressão. O que salvou Helena das seções de tortura física foi a gravidez:

Aí os meninos disseram, falaram que eu tava grávida pra me proteger, que eu acho que foi uma grande coisa, porque aí eles disseram o seguinte, completaram: “ela tá grávida, a família tá toda sabendo, isso é de conhecimento público, o pai dela é advogado...” meu pai era advogado e tinha muita influência na Secretaria da Fazenda do Ceará, “e se acontecer qualquer coisa com ela, ou ela abortar, isso vai ser divulgado pra sociedade como um todo”¹⁰⁹.

Os meninos a quem ela se refere são seu esposo e outros companheiros do partido que também tinham sido presos no Recife. As torturas físicas não acometeram ao corpo de Helena, não porque os militares, policiais e torturadores tivessem respeito pela vida, menos ainda por se tratar de um ser humano que estava sendo gestado por uma comunista, nomeada por eles de subversiva, aquela que era perigosa à Segurança Nacional, mas pela construção cultural feita sobre a maternidade.

Se, na maior parte do tempo, esta condição de ser mãe aprisiona, mistifica, objetifica os corpos femininos, resumindo-os à sua engrenagem biológica e impondo-lhes o espaço do privado, destinado apenas a procriar e cuidar da prole, neste contexto, essa construção cultural

¹⁰⁹ Helena Serra Azul, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

foi acionada pelos militantes e por Helena como forma de resistência, tornando-se um peso recaído sobre os agentes da repressão. Caso semelhante também ocorreu com Rosa Maria, mas ela teve um aborto, ainda no DOPS-PE, em decorrência das torturas psicológicas que sofreu.

A possibilidade da repercussão sobre torturas perpetradas a uma mulher grávida causaria uma comoção social, deslegitimando, questionando as práticas do regime ditatorial. E como foi discutido no início deste texto, mesmo para um governo ditatorial, certo grau de legitimidade popular se faz necessário. As torturas sobre Helena Serra Azul foram então psicológicas, vendo Chico, seu esposo, ser torturado, participando de interrogatórios durante a madrugada, sendo impedida de dormir.

A história de Helena, uma mulher que gerou e pariu em meio ao cárcere e ao sistema repressivo da ditadura, não é uma exceção. Há várias “Helenas” neste contexto. Entre elas, Criméia Alice de Almeida Schmidt, que em entrevista a Margareth Rago, conta:

[...] nem todas as torturas foram feitas porque eu estava grávida. Agora, por outro lado, do ponto de vista psicológico, a tortura é muito grande, um outro tipo de tortura, porque é o simples fato de estar presa, sujeita à morte, significa a morte de seu filho. Então é assim, o querer resistir, pelo menos até o parto, garantir que ele nasça, mas sempre assim, um nascer e os caras ficam com ele... sabe, assim, é uma tortura diferente, não dá assim, quantificar, dizer o que é pior (SCHMIDT apud RAGO, 2010, p. 170)¹¹⁰.

Criméia Schmidt e Helena Serra Azul vivenciaram as torturas psicológicas direcionadas pelas ameaças aos seus filhos, o medo de morrer e não conseguir salvar a vida do próprio filho, depois o medo de ao parir e terem seus filhos torturados, não poder vê-los, serem separadas deles. Helena, que contou com a influência que seu pai tinha na Secretaria da Fazenda do Ceará, e, segundo ela, graças às pressões exercidas por Dom Basílio Penedo, padre que soube da prisão de Helena e Ana Maria Fonseca, em visita ao DOPS-PE, viu que elas não estavam bem, conseguiu, após quarenta dias no DOPS-PE, ser transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor.

No Bom Pastor, ela pôde contar com a ajuda, amizade e solidariedade das outras presas políticas e das freiras, tendo maior tranquilidade para sua gestação, pois não estava

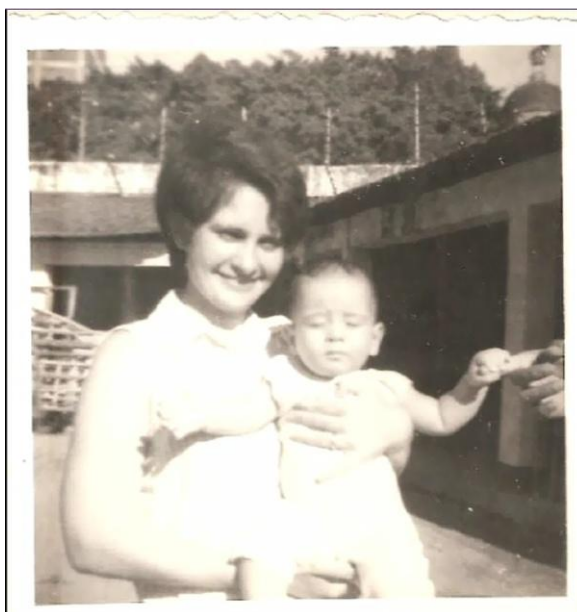
¹¹⁰ Entrevista de Criméia Alice de Almeida Schmidt concedida a Margareth Rago, São Paulo, 25 fev. 2009. Citação contida no texto: RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

cotidianamente vulnerável às torturas, além de contar com a possibilidade de segurança de, ao parir, ficar alguns meses com seu filho para a amamentação.

Todo o ritual de espera para a chegada de um recém-nascido foi realizado dentro do cárcere. Ao sair do hospital após o parto, e de volta à Colônia Penal, Helena conta da surpresa que teve: “[...] quando eu cheguei, fiquei extremamente emocionada, era o bercinho com cobertor, a coisa mais linda, que as meninas prepararam, sabe? A coisa mais linda, linda, linda, linda”.

Na Colônia Penal, Helena pôde ficar com Manoel até os dez meses. Posteriormente, ele passou a morar com a avó materna até que Helena estivesse em liberdade. Nesses dez meses, Calanguinho – como foi apelidado pelas presas políticas- tornou-se filho das dez presas políticas que cumpriam pena no Bom Pastor, como mostra a Figura 26.

FIGURA 26: Helena Serra Azul e Manoel, seu filho, ainda no período de cárcere.



Fonte: A imagem foi retirada do documentário *Vou contar para meus filhos*.

Nos relatos dessas mulheres, o período em que Calanguinho passou com elas foi muito forte. Eridan Magalhães lembra que:

[...] quando a Helena ganhou bebê, nós distribuíamos as tarefas. Eu fui responsável por lavar as fraldinhas do Calanguinho, que tem um nome, mas eu digo pra mim é Calanguinho, nós lavávamos as fraldas dele, eu lavava e passava, a outra dava mamadeira ou a papinha e alternávamos com as tarefas do cuidado do filho da Helena, que nós nos preocupávamos bastante como teria essa criança seu desenvolvimento bio-psíquico-afetivo dentro da prisão.

Então, nós nos sentíamos responsáveis por atenuar o ato arbitrário da ditadura¹¹¹.

Dentro da Colônia, Manoel foi batizado, com celebração regada a comes e bebes e muita música, tudo organizado pelas freiras, as presas políticas e os familiares das mesmas, conta Helena. Quando Manoel completou oito meses, em decorrência das convulsões que a ele assolava, possivelmente causada pela gestação conturbada, e com o enrijecimento do sistema repressivo, em meados de 1970 no governo de Emílio Garrastazu Médici, a criança foi levada por Maria do Socorro Moreira Serra Azul, mãe de Helena, para morar com ela em Fortaleza. Com a separação as convulsões da criança ficaram ainda mais intensa e para ficar mais perto da mãe Manoel volta para Recife, passando a morar com a família paterna.

No intervalo quando Manoel completou um ano ele voltou e aqui foi que ele aprendeu a andar, porque ele já andava se segurando, quando ele chegou, ele tinha um ano, eu acho que foi em junho ou foi em julho que ele veio, ele começou a andar [...] o interessante é que ele conhecia a gente tudinho, não estranhava, quando ele chegou era como se ele tivesse na casa dele¹¹².

Em meio a traumas, para ela e para a criança, entre encontros e despedidas, Manoel foi crescendo e deu seus primeiros passos no espaço do cárcere. Ainda assim, Helena conta com sorrisos esses anos de descoberta da maternidade e de vida, para ela e seu filho, enfatizando sempre as relações de amizade e solidariedade existentes na Colônia Penal, laços de afetividade que foram além dos muros da prisão. Lembra dos bons momentos, mas nunca perde de vista que aquele espaço cerceava sua liberdade, colocava-a sempre à disposição da polícia política.

Helena Serra Azul, Criméia Schmidt, assim como Regina Toscano¹¹³ que, estando grávida quando foi presa sofreu um aborto espontâneo, possivelmente em decorrência da instabilidade emocional causada pelo encarceramento¹¹⁴, assim como Rosa Maria, que ao ser presa estava grávida, e sobre a experiência de perder um filho em decorrência da prisão, conta-nos Rosa:

¹¹¹Eridan Magalhães, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

¹¹²Helena Serra Azul, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

¹¹³Também militante de esquerda, presa e torturada no período de ditadura, seu depoimento faz parte da produção documental *Que bom te ver viva*, de Lúcia Murat.

¹¹⁴ Informações contidas em depoimento de Regina Toscano para o documentário: *Que bom te ver viva*. BRASIL. 1989. Direção: Lúcia Murat. Produção: Lúcia Murat. Roteiro: Lúcia Murat. Distribuição: Embrafilme. Gênero: Semi-Documentário. Duração: 100 min.

É uma marca muito forte pra mim, porque eu acabei perdendo meu filho na cadeia, né... E assim, a ação deles foi terrível. Eu gemia de dor, eu rolava no chão. Eu não tinha dor, eu sou uma pessoa que nunca tinha dores menstruais, eu sou uma pessoa normal, assim totalmente normal. E de repente dores e eu sangrando, sangrando e eu nem imaginei, eram tantas conturbações ali, que eu nem pensei em gravidez e que eu tava abortando, nada disso, mas eu tava abortando e as dores eram lancinantes, eu rolava no chão e Ivone nas grades gritando, pedindo que eles trouxessem algum remédio, “leva ela pro médico, ela tá com muita dor” e eles trouxeram AAS e AAS é uma coisa que ajuda o sangramento, ajuda a aumentar o sangramento e aí provavelmente eu fiz um aborto total, tava bem no começo da minha gravidez¹¹⁵.

Para Regina Toscano, o maternar passou a ter o significado de reexistir.

Durante a cadeia toda. O que realmente me segurou foi a vontade de ter um filho. A certeza de que eu ia ter um filho, isso representava pra mim vida. Se eles estavam querendo me matar, eu tinha que dar uma resposta de vida e ter um filho pra mim simbolizava e simboliza até hoje a resposta que a coisa continua e que a vida tá aí, que as coisas não acabam. E a primeira coisa que eu fiz ao sair da cadeia [...] foi engravidar¹¹⁶.

Trouxemos aqui histórias dessas outras duas mulheres, Criméia e Regina, que não estão situadas no contexto de Pernambuco e da Colônia Penal do Bom Pastor, para mostrarmos que Helena e Rosa não são exceções de mulheres que exerceram seu devir-mãe no cárcere sob tortura e que seu estado de gravidez foi utilizado de forma sistemática pelos órgãos de repressão como forma de desestabilizar e enfraquecer ainda mais estas mulheres.

Na fala de Regina Toscano, a categoria natalidade toma conotações políticas. Deixa, assim, a obviedade do biológico, como analisa a filósofa Hannah Arendt, e desloca a categoria natalidade. Reinterpretando a maternidade a partir da filosofia de Agostinho, e trazendo-a para o campo do político, Arendt afirma que:

Os homens são equipados para a tarefa fundamentalmente lógica de construir um novo começo por serem, eles próprios, novos começos e, portanto, inovadores, e de que a própria capacidade de iniciação está contida na natalidade, no fato de que os seres humanos aparecem no mundo em virtude do nascimento (ARENDT, 1990, p. 169).

Dessa forma, deslocamos nossa análise também para este ponto, para o fruto que é gerado. Se acima tratamos da maternidade como um constructo cultural, que designa a relação de parentesco entre mãe e filho, agora passamos a pensar outro ponto desta ação que gera a

¹¹⁵Rosa Maria, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

¹¹⁶Regina Toscano, depoimento para o documentário Que bom te ver viva (1989).

natalidade. Pois, como expresso na citação acima, é em virtude do nascimento que o homem – o homem mencionado aqui pela autora, ainda enquanto homem universalizante, é o ser humano, enquanto espécie, e não para designar o gênero masculino – pois bem, é a partir do nascimento que temos a capacidade de inovação, de fazer algo de novo.

O Ser Humano teria, assim, a capacidade de um novo início, de se reinventar. Neste momento, nos porões da ditadura, o que se queria era a extinção, a extinção de uma ideia e dos sujeitos que as proferiam. Gerar uma vida onde se quer cerceá-la é talvez o maior ato de resistência que se podia incutir. Conforme Oliveira (2011, p. 83), “[...] em termos arendtianos, ao contrário de alguém que vem a este mundo no momento em que ele rompe com o espaço da vida uterina e passa, então, a vivenciar a luz exterior, nascer significa lançar-se em uma série de ações que são capazes de transformar o mundo”.

Assim foi o nascer de Manoel filho de Helena Serra Azul e de Marcelo, filho de Helena Monteiro Quintela, que também gerou e pariu enquanto era presa política no Bom Pastor¹¹⁷, como também de muitas outras crianças que foram geradas e nasceram dentro do contexto de militância política, onde o direito à vida era constantemente cerceado, onde a vida chegava ao seu limiar, o nascer lançava a ação de mudar o mundo, mesmo que esse mundo fosse apenas aquele entre quatro paredes de uma cela de prisão. A primeira aparição de “Calanguinho” no Bom Pastor trouxe risos e alegrias, tornando mais leve a vida de pelo menos dez mulheres que lá estavam encarceradas.

2.4.3 Cuidar do corpo e da mente: cotidiano no Bom Pastor

Dentro da Colônia Penal, as presas políticas continuavam se movimentando como podiam para derrubar a ditadura, arrumando meios de obter informações externas, escrevendo manifestos, cartas para seus familiares e companheiros, lendo, aprendendo outras línguas, mantendo o corpo saudável através de exercícios físicos, cantando e tocando para “espantar os males”. E nesse momento, (sobre)viver onde a ordem era morrer já era uma forma de lutar contra os opressores, os torturadores.

Se, na chamada Idade Média e seus processos Inquisitoriais, a busca da verdade e a prática da tortura estavam regulamentadas dentro dos procedimentos jurídicos, como nos fala Foucault (2014), tomando o suplício enquanto uma técnica e, portanto, com regras/critérios pré-estabelecidos para que tivesse um caráter punitivo e que, a partir dele, a verdade fosse

¹¹⁷ Não temos maiores informações sobre a experiência do maternar de Helena Monteiro, pois ela já havia falecido quando da produção do documentário. Seu período de gravidez e o tempo que passou na prisão com seu filho Marcelo é mencionado sem maiores detalhes pelas outras mulheres que estiveram presas no mesmo período que Helena.

confessada, remetemo-nos aqui ao poder soberano que, na Antiguidade e Idade Média, detinha o poder “[...]‘de vida e morte’ é, de fato, o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver” (FOUCAULT, 1988, p.148. Grifos do autor).

Na Modernidade, com o desenvolvimento das técnicas, as novas reconfigurações de disciplinarização dos corpos e a transformação da política na biopolítica, o poder soberano começa a perder espaço e o direito sobre a morte é substituído pelo direito de gerir a vida. O direito de punir ganha agora o discurso de defesa da sociedade. Porém, como observa Rosa (2013), mesmo a tortura não estando mais ligada ao procedimento judiciário, ela não deixou de existir, de ser praticada: “a arte de fazer sofrer tornou-se mais discreta, típica forma sóbria de uma sociedade punitiva que reivindica o corpo como base da democracia” (ROSA, 2013, p. 65). A biopolítica, então, engendra os corpos destas mulheres nessa malha de poder que se destina a gerir suas vidas.

Foi dentro das relações de poder em que essas mulheres foram capturadas, em todos os sentidos da palavra - capturadas - enquanto prisioneiras de um sistema repressor e capturadas fisicamente dentro de instituições prisionais. A prisão, esta instituição total, como afirma Dulce Chaves Pandolfi, onde se passa dia e noite, onde se é vigiada, observada, docilizada em tempo integral, aponta-nos para o pensamento desenvolvido por Foucault em *Vigiar e punir*, em que analisa os variados métodos de punição daqueles considerados delinquentes e as formas de disciplinarização, em especial, a partir da figura do “panóptico”.

A figura do “panóptico”, por sua vez, está muito presente na fala da Dulce Pandolfi não enquanto teoria, mais como empiria, experiência vivida na prisão. O panóptico era, então, uma espécie de torre construída no centro da prisão, de onde tudo podia ser visto. Tinha como princípio ser o “olho que tudo vê”, causando, assim, às presas e aos presos a ideia de uma vigilância onipotente, onisciente e onipresente, em que a vigilância, de tanto ser exercida, é subjetivada pelos sujeitos vigiados.

É nesse contexto de constante vigilância, de docilização de corpos, que elas ousaram escapar, burlar, resistir, criar, das mais diversas formas, modos de continuar a militância, informar-se acerca do mundo externo à prisão e trocar correspondências com os presos políticos nos outros presídios. Isto se dava nos dias das visitas conjugais, que só podiam acontecer entre os que eram casados legalmente. Assim, Helena Serra Azul, por exemplo, ao fazer as visitas a seu esposo, levava notícias de todas as companheiras presas com ela e trazia para o Bom Pastor as notícias dos rapazes que estavam presos junto a seu companheiro. Assim conta Lyliá Guedes:

Do meu namorado eu recebia cartas que eram papéis em branco, tipo assim, um bloquinho de presente, oralmente ele falava pra Helena ‘olha aqui, quando chegar lá tem que passar ferro. Então, mas pra repressão que ia censurar aquilo era um bloquinho, um presente de um bloquinho de cartas, e a gente quando passava o ferro a letra aparecia, né?! Era uma tinta feita com sumo de cebola, colocava naquelas canetas tinteiro, tinha que ficar atento ao que você tá escrevendo e à linha, né?! Porque você também não via o que você tá escrevendo, só um molhadinho ali [...].

O namorado de Lylia também era um militante e estava preso. Como não eram casados, não tinham o direito à visita. Logo, escrever essas cartas com sumo de cebola¹¹⁸ os faziam ficar mais perto, possibilitava diminuir a saudade. Cada letra revelada pelo ferro quente era uma alegria, um acalento. Cada inventividade para burlar os órgãos de repressão era uma vitória. Além destas cartas, as frutas ou alimentos trazidos pelos seus amigos/os e familiares em dias de visita vinham embrulhadas nos jornais do dia, que, ao passarem despercebidos pela vistoria, eram utilizados por estas mulheres para se informar sobre a conjuntura política do país e estudar a partir destes jornais.

(Re)inventaram-se, construíram outras formas de viver a/na prisão, cuidaram de si e das outras, não deixaram a mente ficar parada, direcionaram o tempo no cárcere para aprender e praticar coisas novas, como mostra a Figura 27 abaixo:

FIGURA 27: Presas políticas fazendo exercícios físicos e pousando com a bola de vôlei.



Fonte: Imagem retirada do documentário *Vou contar para meus filhos*.

¹¹⁸ Lylia conta que na prisão recebia de seu namorado blocos de anotações, pequenos cadernos, com páginas aparentemente em branco. Assim, passavam pela vistoria da prisão sem serem apreendidos. Porém, estas páginas estavam escritas com uma tinta especial, feita de sumo de cebola e colocada em caneta tinteiro. Ao passar o ferro quente, as letras começavam a aparecer. O ferro quente sobre esta tinta trazia a coloração amarelada e possibilitava a leitura dos recadinhos amorosos e de informações sobre como estavam as coisas no presídio masculino e informações sobre as ações do partido.

A Figura 27 mostra as presas políticas em seu cotidiano dentro da Colônia Penal do Bom Pastor-PE. O local se assemelha a uma chácara, comportando um amplo espaço ao ar livre e muitas plantas. A imagem é composta por duas fotografias: na primeira, quatro das presas políticas praticam ioga, exercício que ajuda a relaxar o corpo e a mente, atividade ensinada pela Dulce Pandolfi, e na segunda, quatro delas sorriem, estando uma delas segurando uma bola. Em depoimento, Vera Rocha menciona que uma das atividades que elas faziam dentro do Bom Pastor era jogar vôlei. Possivelmente, era isso que elas estavam fazendo antes ou fariam após o acontecimento desse registro fotográfico.

Nem sempre foi possível registrar em fotografias os momentos de inventividade, como foi o caso de Flávia Schiling, brasileira que esteve como presa política no Uruguai durante oito anos, 1972-1980 (ROSA, 2013). Contudo, a escrita lhe foi companheira e registro dos momentos em que conseguiu “resgatar a alegria em qualquer circunstância”¹¹⁹. A história de Flávia, contada, narrada por Rosa (2013), traz a força das palavras, da escrita como forma de romper o silêncio, a literatura como forma de se perceber, manter-se viva.

Tantas cartas foram escritas no cárcere por Flávia que resultaram no livro *Querida Liberdade*, publicado em 1980. Na carta do dia 8/10/1975, ela comenta a necessidade de preservar a alegria, de inventar, criar formas de não se deixar capturar pela tristeza, violência e instabilidade vivenciada por ela nas prisões uruguaias: “Estamos progredindo no estudo de flauta [...]. Fazemos ioga todos os dias e é realmente excelente. [...] É isso aí, se a gente se propõe, consegue resgatar a alegria em qualquer circunstância. E que importante é não perder a alegria” (SCHILING, 1980, p. 67)¹²⁰.

Alegria registrada também na imagem abaixo, onde o grupo de mulheres no Bom Pastor aparece ainda numérico, posando junto às plantas que embelezavam a área externa da Colônia. Na carta supracitada de Flávia, escrita no Uruguai, ela inicia dizendo: “Estou escrevendo de manhã cedinho, numa formosa manhã de primavera [...]”¹²¹ e cita “porque no orvalho das pequenas coisas, o coração encontra sua manhã e toma sua frescura”¹²².

Os espaços em que Flávia e as mulheres do Bom Pastor vivenciaram os anos de prisão são completamente diferentes. Na Colônia, elas usufruíam de um espaço muito mais flexível, com um pouco mais de estabilidade. Flávia tinha seu espaço restrito a pequenas celas que ficavam fechadas durante todo o tempo e vivia em constante deslocamento entre os quartéis e penitenciárias (ROSA, 2013).

¹¹⁹ Carta de 8 out. 1975. In: SCHILING, Flávia. **Querida Liberdade**. São Paulo: Global, 1980, p.67.

¹²⁰ Carta de 8 out. 1975. In: SCHILING, Flávia. **Querida Liberdade**. São Paulo: Global, 1980, p.67.

¹²¹ Idem.

¹²² Ibidem.

Porém, a todas elas, era comum a necessidade da inventividade. Assim como reinventaram seus espaços sociais ousando lutar diante de questões políticas, ousaram (re)inventar os espaços em que foram aprisionadas, como observamos na Figura 28:

FIGURA 28: Presas políticas pousam no jardim do Bom Pastor-PE



Fonte: A imagem foi retirada do documentário *Vou contar para meus filhos*.

Sete delas posando sorridentes para a foto ao lado de plantas do jardim que elas ajudavam a plantar e cuidar. Momentos como esses eram vividos intensamente, eram experienciados, precisavam ser memorizados, pois eram potencializadores, geravam ação. Eram momentos de companheirismo, de cuidado de si e do mundo, como conceitua Foucault (2004). Tomamos aqui o cuidado de si como uma prática de ocupação de si mesmo. Todavia, como expõe o filósofo, esta ocupação e cuidado estão ligados a todo um contexto social, em que não é possível cuidar sozinho de si. Tal prática só pode ser exercida na troca com o outro. Portanto, o cuidado de si está intimamente relacionado ao cuidado do outro.

Desse modo, o cuidado de si estava nos atos simples do cotidiano, onde essas mulheres tentavam manter corpo e mente saudáveis, o que lhes possibilitou aguentar os anos de prisão, as torturas, e manter a sanidade mental. Em dias de angústia, o som do violão acalmava os corações, liberava as vozes silenciadas pela ditadura. Cada nota tocada alimentava a esperança de dias melhores. Esses sons foram guardados na memória e estão presentes nos testemunhos destas mulheres. Sonia Beltrão narra:

Eu me lembro de Teresa cantando, ela cantava muito e... ela, Lilya cantava, era um negócio assim, alegre, porque Lilya tocava violão, Teresa tocava violão. Teresa gostava muito de cantar música de fossa [...]. Eu tentava aprender violão, nunca consegui aprender violão¹²³.

¹²³ Sônia Beltrão, depoimento para *Vou Contar para Meus Filhos* (2011).

E no mesmo sentido, conta Vera Striguini:

Falou em som, o que me veio à cabeça é a Teresa Vilaça cantando música do Luiz Gonzaga, eu não consigo ouvir uma música de Luiz Gonzaga sem lembrar da Teresa Vilaça cantando. Porque era o momento em que ela... quando ela tinha qualquer angústia maior, ela desandava a cantar música do Luiz Gonzaga¹²⁴.

Momentos como esses ajudavam a transpassar a prisão física e sentir o mínimo de liberdade trazida pelas músicas cantadas e tocadas. A sensibilidade de Vera Striguini perceber que as músicas de Luiz Gonzaga eram entoadas por Teresa Vilaça em momentos de angústia possivelmente se deve ao fato de ela também tocar – piano e violão – e saber das reações causadas ao corpo no ato de tocar e cantar.

A escolha do repertório de Teresa também diz muito de seu sentimento e militância, pois as canções de Luiz Gonzaga narram o sertão nordestino, as dores, a seca, a fome, os amores e a linda paisagem sertaneja. E a militância de Teresa se deu na Zona da Mata, onde a fome e a pobreza muito se assemelhavam às do sertão.

Cantar era, então, visitar outras paisagens, sentir outros cheiros, lembrar de momentos de liberdade, experiências do sensível que só a arte é capaz de trazer. Nesse exercício de fuga da percepção da prisão, do confinamento, da falta de liberdade, e na busca de curar as cicatrizes e traumas deixados pela tortura, Vera Rocha nos traz o seguinte depoimento:

A solidariedade foi fundamental para a sobrevivência, para a cura das cicatrizes de cada uma, né? E quando nós estamos aí no Bom Pastor fazendo nossos exercícios, procurando as nossas terapias de apoio, umas ensinando às outras o que sabe, uma dava aula de francês para a outra, a outra ensinava música, tentando ocupar o nosso tempo, pra não ficarmos... é... paranoicas [...] ¹²⁵.

A solidariedade à qual se refere Vera Rocha aparece como ponto em comum em todos os depoimentos concedidos ao documentário. A prática da solidariedade foi fator primordial para a sobrevivência dessas mulheres, como narra Helena Serra Azul:

[...] eu acho que é uma questão de dialética, tudo existe, tem o lado terrível, tem o lado da ditadura, mas tem o lado da solidariedade, eu acho que tem os dois lados da vida, e eu sempre assim... levo muito em consideração o lado

¹²⁴ Vera Striguini, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos. (2011).

¹²⁵ Vera Rocha, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos. (2011).

da solidariedade, sabe... porque eu acho que assim a gente consegue viver e sobreviver e ir pra frente e construir um mundo melhor¹²⁶.

Solidariedade que fazia com que as freiras, ao saberem de uma vistoria a ser feita pela polícia política na Colônia Penal, escondessem as cartas que estavam em posse das presas políticas. Solidariedade que levou Erlita Rodrigues, ao receber seu alvará de soltura, a passar mais um dia de sua vida na prisão para que Teresa Vilaça, que ficaria sozinha a partir daquele momento, tivesse sua companhia por mais um dia: “[...] era pra eu sair de manhã e eu não saí, vim sair cinco, seis horas da tarde pra ficar ainda o dia com ela”¹²⁷, conta Erlita Rodrigues.

Nas palavras de Rezende (2004, p.45), a solidariedade “[...] constitui uma forma de resistir ao individualismo exagerado que toma conta das relações sociais na contemporaneidade”. Sendo assim, ser solidária era concomitante aos ideais revolucionários defendidos por essas mulheres, em que a justiça social fosse de fato abrangente a todas as camadas da população. Deve-se também a essa prática de não se deixar capturar pelas malhas de poder, de não embrutecer-se, não fechar-se para o mundo a (sobre)vivência da maioria delas.

2.4.4 O Exílio: um novo traçar cartográfico

Dentre as múltiplas experiências vivenciadas pelas mulheres do Bom Pastor e suas formas de resistência e militância, uma delas foi a saída de duas das presas políticas para o Exílio, que foi para muitas/os militantes a forma de sobreviver e sair da prisão. Algumas/ns militantes se autoexilaram para não serem presas/os e torturadas/os. E outras/os foram para o exílio a partir do banimento em decorrência de ações guerrilheiras. Ao sequestrarem representantes políticos estrangeiros, embaixadores, conseguiram em troca de sua libertação o exílio de companheiras/os que estavam presos e sob tortura.

Assim, Nancy Magalhães e Vera Rocha saíram da Colônia Penal para o exílio no Chile, como conta no prontuário de Vera:

13.01.1971- foi banida do território brasileiro juntamente com outros em troca do Embaixador da Suíça, por Decreto do Presidente da República, de acôrdo (sic) com o Art. 1º do Ato Institucional n.13, de 05.09.69 (05.09.69), publicado no Jornal do Comercio 14.01.1971, arquivado no prontuário n. 1837-D (Prontuário Individual de Vera Rocha Pereira).

¹²⁶ Helena Serra Azul, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

¹²⁷ Erlita Rodrigues, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

O sequestro do Embaixador Suíço Giovanni Enrico Bucher, em dezembro de 1970, foi realizado no Rio de Janeiro. Na negociação, foi pedido em troca da liberdade do Embaixador a saída para o exílio de setenta (70) presas/os políticas/os. Entre eles/as, estava Nancy e Vera, que a bordo de um avião da Força Aérea Brasileira, despedem-se do Recife, vendo a cidade por outro ângulo, com destino ao Galeão – RJ.

Vera diz lembrar quando sobrevoou Recife e passou por cima do Rio Capibaribe, pensou: “[...] meu Deus do céu, Recife é a cidade mais linda do mundo”¹²⁸. A frase nos leva a pensar o quanto os seres humanos são complexos, plurais, impossíveis de enquadramentos, de decifrações permanentes. Mesmo em momentos de tensão, medo, insegurança, a poesia, a beleza das coisas, dos lugares não lhes fogem dos sentidos. São essas pequenas coisas que possibilitaram a estas mulheres a superação. Superar não significa esquecer, mas sim reconciliar-se com o passado de modo a seguir “em frente”.

Na troca pelo Embaixador, as/os setenta (70) brasileiras/os saem do Brasil em direção ao Chile, o país de Salvador Allende, onde o dia amanhecia como a liberdade para essas/es brasileiras/os(Figura 29). Pessoas com faixas davam boas-vindas aos estrangeiros (Figura 30).

FIGURA 29: As/os brasileiras/os exiladas/os chegando ao Chile, em 1971.



Fonte: Site Documentos Revelados¹²⁹.

¹²⁸ Vera Rocha, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

¹²⁹ Site Documentos Revelados. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/troca-da-liberdade-do-embaixador-da-suica-pela-liberdade-de-70-presos-politicos/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

FIGURA 30: Recepção em Santiago do Chile para as/os brasileiras/os exiladas/os.



Fonte: Imagem retirada do Documentário *Vou Contar para Meus Filhos*.

A chegada ao Chile foi uma nova fase de militância. Ao traçar percursos outros, da América do Sul para a Europa (Suíça e França), e então retornando ao Chile, Nancy volta a ser perseguida, desta vez em terras estrangeiras, pela ditadura de Pinochet. Novamente na clandestinidade, escondendo-se de casa em casa, Nancy volta a precisar contar com a solidariedade das pessoas para sobreviver: “[...] a solidariedade passa ser o fio para desenharmos as trilhas das nossas saídas [...]” (RESENDE, s.d.). A solidariedade novamente se configura então como linhas de fuga; é a forma de lutar contra a opressão.

Nancy narra ter se escondido na casa de um casal que nunca tinha visto antes. Mesmo com filho pequeno, ainda de colo, as portas da casa foram abertas a ela e outros companheiros que precisavam se esconder. E graças a isto, Nancy não foi fuzilada¹³⁰. A casa onde ela se escondia foi vasculhada, mas, escondida dentro do armário, não foi encontrada. O exílio, assim como a clandestinidade, é uma (re)configuração de vida. Casos como o de Nancy são muito mais complicados, já que ela foi exilada e pouco tempo depois o país onde se encontrava entrou em um regime ditatorial.

Na América Latina, o processo de instalação de regimes ditatoriais se deu em cadeia. Na Argentina, este Regime é instalado em 1976. Nesse período, Vera Rocha, que havia saído do Chile e encontrava-se na Argentina, exercendo atividades a mando do partido, ao perceber que no país onde se encontrava seria instalada uma ditadura, e por instrução do partido, seguiu o itinerário de muitas/os exiladas/os, indo para a França (PEDRO e WOLFF, 2007), onde se

¹³⁰ Em depoimento ao documentário *Vou contar para meus filhos*, Nancy Mangabeira Unger narra que o governo brasileiro havia acordado com Pinochet que, ao encontrar os exilados no Chile, tinha a ordem para o fuzilamento.

inseriu em outra forma de luta política: “[...] lutas pelas liberdades democráticas e pela anistia”¹³¹.

Nancy e Vera não foram apenas exiladas. Pela Lei de Segurança Nacional, todas/os que saíam do Brasil em troca de autoridades internacionais sequestradas eram banidas/os. Sobre a figura do banido, conta Nancy:

A situação de ser banido, nós fomos banidos, perdemos nosso passaporte, eu, no caso, perdi dois passaportes, porque eu tinha também a cidadania americana, que o governo americano retirou. E ficamos assim... de alguma forma, sendo vigiados ou sobre a égide da Interpol, da polícia internacional, uma vez que não tínhamos mais nenhuma cidadania e também com o documento do Auto-Comissariado das Nações Unidas, para refugiados políticos”¹³².

O exílio, que se pretendia curto, assolou anos e anos. Vera refez sua vida na França, casou-se pela segunda vez e teve um filho ainda no exílio. Como banida, seu filho não tinha direito à cidadania brasileira. Nancy, assim como Vera, só retornou ao Brasil com a implantação da Lei da Anistia, em 1979. Traçar percursos geográficos que não foram escolhidos por elas, e sim dados pelas circunstâncias, não impediu que Nancy e Vera experienciassem esses trajetos.

Voltar ao Brasil era o objetivo, mas nem por isso em terras além-mar deixaram de lutar por melhorias de vida, pela democracia de seu país. E, principalmente, continuaram tecendo as artes de criar, de pintar a vida, fazendo da militância um devir com o mundo. Foi o que percebemos quando estas, junto às demais companheiras de militância e prisão, enveredam pelas “aventuras do contar-se”, como nomeia Rago (2013), e narram sem medo suas vivências, se (re)encontram depois de pouco mais de 40 anos, dando vazão a histórias pouco conhecidas pela população.

¹³¹ Vera Rocha, depoimento para documentário Vou Contar para Meus Filhos (2011).

¹³² Nancy Mangabeira, depoimento para documentário Vou Contar para Meus Filhos (2011).



3. VIVER, REVIVER, CONTAR E RECONTAR: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS FEMININAS

3.1 O DOCUMENTÁRIO *VOU CONTAR PARA MEUS FILHOS* E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

3.1.1 Nos entremeios da produção

Como objetivo de promover o direito à reparação, à memória e à verdade, o projeto “Marcas da Memória” tem por objetivo trazer uma “reparação” individual para os sujeitos que sofreram as marcas da repressão entre os anos de 1964-1985, promovendo, assim, um aprendizado coletivo a partir de produções, que se dividem em quatro eixos: Audiências públicas, História oral, Chamadas públicas de fomento à iniciativa da sociedade civil e Publicações¹³³.

Os projetos de produção audiovisual da cineasta pernambucana Tuca Siqueira foram contemplados dentro do terceiro tópico – Chamadas públicas de fomento à iniciativa da Sociedade Civil. O primeiro documentário, “Vou contar para meus filhos”, foi contemplado na primeira chamada pública que ocorreu em 2010 e foi lançado em 2011. O segundo, “A mesa vermelha”, foi contemplado na segunda chamada pública no ano de 2011, tendo seu lançamento em 2012.

A produção destes e de outros documentários passaram a ser possíveis com o advento da criação da Comissão da Verdade e o projeto “Marcas da Memória”, que surge dentro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, criado no ano de 2001 e que “[...] passou a integrar em definitivo a estrutura do Estado brasileiro no ano de 2002”¹³⁴. O projeto começa seus trabalhos de coleta de depoimentos, audiências públicas e seleção de fomento para produções culturais que tenham como tema a memória do período ditatorial em 2008, tendo grande produção entre 2008 e 2012 (BAGGIO, 2012).

O documentário foco da nossa análise já traz no título, *Vou contar para meus filhos*, os caminhos que ele se propõe a percorrer: o ato de contar, narrar, testemunhar, principalmente para as gerações que vieram após a década de 1980, as experiências, vivências e memórias sobre o período em que se tornaram militantes de esquerda e lutaram para derrubar uma ditadura civil-militar instalada no Brasil.

¹³³ Informações contidas no site da Comissão da Verdade: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Marcas da Memória: Um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto_Marcas_da_Memria_-_TEXTO.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2014.

¹³⁴ Texto do projeto Marcas da Memória. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nph/arquivos/Projeto_Marcas_da_Memria_-_TEXTO.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2015.

Os “filhos” são, dessa forma, uma metáfora à juventude, às gerações futuras, aos que não viveram o período ditatorial. Quem assiste ao documentário é, então, esse novo “guardião” da memória (WEINRICH, 2001), estabelecendo com ela o compromisso de perpassá-la, de não a deixar ser encoberta pela poeira do tempo, para que estas vivências e experiências não sejam esquecidas. Assim, a luta contra o esquecimento é o propulsor deste audiovisual.

Tecnicamente a produção está dividida em dois momentos: o primeiro é a produção do filme, quando lança-se mão das estéticas de produção, jogos de câmera, efeitos sonoros, dentro das regras da produção cinematográfica. O filme é caracterizado enquanto um curta-metragem com aproximadamente 24 minutos, em que se dá a conhecer uma pincelada das memórias destas militantes políticas. É preciso frisar que, neste primeiro momento, apenas dezessete (17) mulheres estão presentes, não sendo esclarecido o motivo da falta das demais. No entanto, nas narrativas que compõem o filme, as vozes das que não aparecem nas cenas do filme fazem-se presentes.

O segundo momento é composto pelos testemunhos completos das vinte e uma (21) mulheres e estão contidos no “menu - extras”. Estes testemunhos têm durações distintas, variando entre 3 minutos e 43 segundos até 30 minutos e 52 segundos. Tais testemunhos continuam desconhecidos do grande público, pois, nas exposições do audiovisual, inclusive pela internet, onde o filme encontra-se disponível para livre acesso, apenas o primeiro momento dessa produção é privilegiado: o filme. Dessa forma, os relatos das mulheres ainda estão restritos a um público muito específico que adquiriu o documentário, já que este foi reproduzido em mídia digital para ser entregue em instituições públicas, como escolas e universidades, e distribuídos em exposições sobre a temática.

No entanto, o documentário *A Mesa Vermelha*, produzido dentro da categoria de longa-metragem, com a duração de 1 hora e 17 minutos, é realizado com um grupo de vinte e três (23) militantes de esquerda – todos homens – que atuaram no enfrentamento ao regime ditatorial no Estado de Pernambuco. O longa-metragem é todo produzido com os personagens narrando suas experiências na militância, com algumas tomadas de cena em torno de uma mesa vermelha, marcando o reencontro deles e simulando uma reunião do “partido”, em que versam sobre a conjuntura política do país em 1964, ano do golpe.

Os depoimentos aparecem de forma expandida, de modo a se fazer conhecer as especificidades da militância de cada um, suas trajetórias, memórias e experiências, o que só acontece com *Vou contar para meus filhos* no espaço dos “extras”. Este fator diminui a visibilidade das narrativas de memórias individuais femininas.

Percebe-se mais uma vez que as mulheres tiveram suas falas colocadas de forma secundária, nos “extras”, e não na narrativa fílmica, o que fica ainda mais evidente quando se

compara os dois documentários. As relações de gênero estão presentes desde a escolha dos nomes, trazendo à tona a cisão entre o privado e o público em *Vou contar para meus filhos*, remetendo, assim, à atividade materna e a *A Mesa Vermelha*, que simboliza as reuniões para as ações políticas da militância de esquerda.

A crítica acima dá-se de modo a perceber o quanto ainda se tem entranhadas em nossa cultura as amarras dos lugares sociais, marcadas pelas perspectivas de gênero. No entanto, é essencial destacar a importância das duas produções cinematográficas na construção da memória sobre o período de ditadura civil-militar e a ruptura que estas causaram no silenciamento das histórias dos sujeitos que destas participam.

Ao tratarmos das discussões sobre a memória, problematizados em ambos os documentários, é importante destacar que a possibilidade para esse tipo de produção só se realiza em virtude do panorama político do país, em que a abertura política e as ações de sujeitos que exerciam cargos políticos no Estado se fizeram importantes para a ruptura dos silenciamentos.

Sendo assim, o tempo presente suscita a abertura para a produção deste passado, articulando memória e tempo presente, como afirma Gagnebin (2013)¹³⁵.

[...] a memória é ligada ao presente, nesse sentido você lembra, aliás, de maneira diferente dos acontecimentos, segundo o seu presente, [...] tem a ver com a representação e com o próprio momento presente no qual você está vivendo.

Diante desta afirmação, voltamos o olhar para o documentário *Vou contar para meus filhos* e a discussão sobre a memória. Neste ínterim, a diretora e roteirista do documentário afirma, em roda de debate sobre o filme, que o momento de sua produção era um momento de comemoração, rememoração, no qual se objetivava publicizar as histórias destas mulheres, compartilhar com um público mais amplo seus relatos de experiências e documentar seus testemunhos, possibilitando outro discurso sobre a história da ditadura civil-militar brasileira, inserindo nela outros sujeitos¹³⁶.

Este momento da possibilidade de rememoração é importante, pois acarreta implicações no próprio processo do lembrar. Segundo Meihy (2005, p. 61), três pontos devem ser levados em consideração aos relatos de memória: “O que foi lembrado, como foi narrado, em que circunstância foi evocada o fato”. Assim, este processo se inicia no momento em que elas são

¹³⁵ Entrevista de Jeanne Marie Gagnebin, Memórias. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b_v0-t2vnWY>. Acesso em: 10 nov. 2016.

¹³⁶ Fala proferida por Tuca Siqueira em sessão de Cine Clube de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (2016).

convidadas a participar do documentário, perpassado pela análise da proposta, ao conhecimento sobre o que se pretende contar, enquanto uma produção artística, até o processo de finalização da narrativa. Desse modo, Pollak (1992, p. 204) afirma que “A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa”. Portanto, a memória é da ordem do mutável, está em constante fluxo, se reconfigurando a partir da evocação da qual derive. Contudo, é também da ordem do incontroleável, pois as imagens mnemônicas são também produzidas sem ser conscientemente evocadas. Isto se dá, segundo Gagnebin (2013), porque as memórias nos vêm em afetos.

No caso do documentário, é a partir da elaboração da argumentação, etapa anterior ao roteiro, realizada por duas das mulheres que também são sujeitos da história narrada pelo audiovisual – Lilia Gondim e Yara Fálcon – que se dá o processo de evocação destas memórias, e assim, seu processo de elaboração. Lembranças que, para muitas, não seriam mais ditas, histórias que de tão guardadas e “esquecidas” parecem pertencer ao foro íntimo, privado, tornando-se de interesse apenas de quem viveu e neste momento mostra-se publicizável. Estas mulheres são agora chamadas para dar o testemunho, para ajudar a construir outras memórias sobre a ditadura, sobre a militância de esquerda. Assim, o documentário passa a ser um “lugar de memória” como analisam Ferreira e Soares (2001, p. 12):

Um certo segmento do cinema brasileiro se instituiu como "lugar de memória", onde diretores, roteiristas, atores e produtores, bem como o próprio público que prestigiou os filmes, se esforçaram em retomar e monumentalizar certos acontecimentos ou problemáticas da história do Brasil.

Nesse sentido, é importante destacar outras obras que, assim como *Vou contar para meus filhos*, colaboram para a construção dos “lugares de memória”. Com diferentes escolhas estéticas e gêneros fílmicos, outras três películas foram produzidas dentro do projeto “Marcas da Memória”, tendo como foco as memórias e experiências femininas: **Memórias femininas na luta contra a ditadura militar** (2015); **Repare bem** (2012); **Damas da liberdade** (2012)¹³⁷.

Outras obras com esse cunho também foram produzidas pelo circuito comercial – produtoras de audiovisual - que buscam trazer visibilidade às histórias de mulheres militantes:

¹³⁷*Memórias femininas na luta contra a ditadura militar*. (Brasil, 2015). Direção: Maria Paula Araujo. Gênero: Documentário. Duração: 52 minutos.

Repare bem. (Portugal, 2012). Direção: Maria Medeiros. Gênero: Documentário. Duração: 95 minutos.

Damas da liberdade. (Brasil, 2012). Direção: Célia Gurgel e Joe Pimentel. Gênero: Documentário. Duração: 27 minutos.

Quando chegar o momento (Dôra) (1978); **Paula - história de uma subversiva** (1979); **Que bom te ver viva** (1989); **Zuzu Angel** (2006); **Hoje** (2011); **A memória que me contam** (2013); **Atrás de portas fechadas** (2014); **Em busca de Iara** (2014); **Trago comigo** (2016)¹³⁸.

As obras acima citadas são apenas algumas produzidas com a temática – ditadura civil-militar - e dentro do recorte de memórias femininas. Percebemos que na última década tivemos uma emergência da produção discursiva no âmbito da cinematografia sobre a militância de esquerda e a repressão ditatorial, com aumento significativo no interesse sobre histórias de mulheres que militaram neste período. Essa discussão será retomada no terceiro tópico deste capítulo.

Para a ampliação destas discussões sobre as memórias destas mulheres, passamos à análise da construção discursiva do documentário *Vou contar para meus filhos*, a partir da análise das cenas.

3.1.2 Luz, Câmera, Emoção

O documentário foi gravado em três ambientes distintos: o aeroporto, a praia e a Colônia Penal do Bom Pastor. Destarte, traremos neste tópico uma análise das cenas, buscando pensar o discurso produzido por elas, não apenas a partir da narrativa, mas também das cores, luzes e modos de dispor os espaços a partir dos jogos de câmera.

Cena 1: Encontros e reencontros: o aeroporto

Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre. Olhos atentos para o portão de desembarque na tentativa de reconhecer alguém entre tantos rostos que chegavam à cidade, trazidos de algum lugar do Brasil e do mundo. Mais uma vez, a capital pernambucana torna-se palco do encontro destas mulheres, sendo a primeira vez em meados dos anos de

¹³⁸*Quando chegar o momento (Dôra)* (Suécia, 1978); Direção: Luiz Alberto Sanz e Lars Säfström. Duração: 65 minutos.

Paula - história de uma subversiva (Brasil, 1979); Direção: Francisco Ramalho Junior. Gênero: Drama. Duração: 93 minutos.

Que bom te ver viva (Brasil, 1989); Direção: Lucia Murat. Gênero: Drama / documentário. Duração: 1 h 40 minutos.

Zuzu Angel (Brasil, 2006); Direção: Sérgio Rezende. Gênero: Drama biográfico. Duração: 100 minutos.

Hoje (Brasil, 2011); Direção: Tata Amaral. Gênero: Drama. Duração: 90 minutos.

A memória que me contam (Brasil, 2013); Direção: Lucia Murat. Gênero: Drama. Duração: 1h 35 minutos.

Atrás de portas fechadas (Brasil, 2014); Direção: Danielle Gaspar e Krishna Tavares. Gênero: Documentário. Duração: 73 minutos.

Em busca de Iara (Brasil, 2014). Direção: Flávio Frederico. Gênero: Documentário. Duração: 1h 35 minutos.

Trago comigo (Brasil, 2016); Direção: Tata Amaral. Gênero: Drama. Duração: 87 minutos.

1960. São vinte e quatro (24) ¹³⁹ mulheres, entre tantas outras que militaram contra a ditadura e “Entre as diversas prisões, a Colônia Penal Feminina do Bom Pastor, em Recife”¹⁴⁰.

Rostos talhados pelas finas linhas do tempo. Quarenta(40) anos se passaram. Para algumas, um reencontro. Para outras, o primeiro encontro. Emoções, sorrisos, olhos embaçados pelas lágrimas motivadas pelas lembranças e as saudades. Um cartaz vermelho com letras pretas e de branco contorno, tenta preencher a ausência daquelas que fisicamente já não existem mais: Áurea Bezerra, Helena Quintela, Selma Bandeira-PRESENTE.

Lilia Gondim e Sônia Beltrão esperam suas companheiras de militância e de celas da Colônia Penal no aeroporto. Aos poucos, Yvone, Iara, Erlita, Helena, Maria Quintela, Teresa, Vera Rocha, Dulce, Eridan, Creuza, Gilseone, Maria do Socorro, Lylia, Rosa, Ana Maria e Vera Stringuini se fazem presentes em solo pernambucano.

FIGURA 31: Reencontro no Aeroporto.



Fonte: Documentário Vou Contar para Meus Filhos (2011).

Algumas não se veem há mais de vinte (20) anos, mas o tempo parece não ter passado. O carinho e afeto construídos em anos de militância só precisou de um simples sopro para voltar a aquecer os corações destas mulheres. E assim, entre risos, afetos e muitas histórias a cena termina, dando início a outro espaço de gravação.

¹³⁹ São vinte e quatro (24) mulheres que ficaram presas na Colônia Penal do Bom Pastor enquanto presas políticas. Porém, no documentário, só se fazem presentes vinte e uma (21), em decorrência do falecimento das outras três (Selma Bandeira, Helena Quintela e Áurea Bezerra). A presença destas fica marcada na produção cinematográfica a partir de fotografias e dos relatos das demais ex-presas políticas.

¹⁴⁰ Frase retirada do documentário Vou contar para meus filhos (2011).

Cena 2: A liberdade é azul: a praia

A visão do mar toma a tela. As ondas quebrando na areia, a branca espuma se espalhando enquanto as sombras das mulheres refletem na praia, em dia de céu azul sem nuvens, contrastando com o escuro azul do mar.

FIGURA 32: As sombras na praia.



Fonte: Documentário Vou Contar para Meus Filhos(2011).

A imagem do mar nos remete à fala de Rosa Maria dos Santos, ao relatar suas memórias na prisão:

E tinha uma sala, aquela sala primeira que nós entramos, tinha um televisor ali, onde recebíamos as visitas naquele espaço, e esse televisor era uma coisa que me incomodava muito, muito, porque **quando aparecia a imagem do mar, eu me desesperava. Era a imagem do mar... aí eu tinha a noção de que eu tava presa mesmo**¹⁴¹(Grifos nossos).

A fala de Rosa é atravessada pelo choro, emoção. O mar, para ela, simbolizava a liberdade, e ver sua imagem apenas pela televisão lhe trazia sua real condição de prisioneira. Esta é a sensação que a cena reporta aos espectadores – liberdade - espaço aberto, a imensidão do mar, paisagem que visualmente não se chega ao fim, sem muros, portas, nenhum elemento que simbolize algum tipo de impedimento do “ir e vir”.

As imagens em movimento eram acompanhadas das vozes das narradoras, os recortes dos testemunhos destas mulheres se entrelaçavam compondo a história a que se propôs o audiovisual, como se as histórias vividas por elas se completassem, ou seja, o que está em

¹⁴¹Rosa Maria dos Santos, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

foco não são as memórias individuais, e sim a construção de uma memória coletiva, que, segundo assevera Halbwachs (2006, p. 69):

[...] tira suas forças e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.

Essa construção da memória coletiva não se expressa apenas no discurso fílmico, a partir dos recortes das falas para a construção da narrativa. Mas também está presente nos testemunhos individuais de cada uma delas, pois elas se lembram “enquanto integrantes de um grupo”, e diversas vezes em suas falas referenciam acontecimentos que as conectam. Seus testemunhos estão atravessados pelas falas e diálogos umas das outras. As memórias se costuram como numa colcha de retalhos. Em determinados momentos, as informações se completam. Em outros, as lacunas permanecem.

A cena continua com elas sentadas na areia da praia, contemplando o mar, entre abraços, sorrisos e conversas.

FIGURA 33: Entre afetos e lembranças o reencontro na praia.



FONTE: Documentário Vou Contar para Meus Filhos (2011).

É um reencontro que marca um novo momento de militância, agora contra o esquecimento. É também momento de repensar, festejar a possibilidade de estarem vivas e prestar homenagens a companheiras e companheiros que “tombaram”¹⁴² durante a luta. É a

¹⁴²Tombou ou tombaram: expressão usada pelas/os militantes de esquerda para se referir as/aos companheiras/os de militância que morreram durante a luta em oposição ao regime ditatorial.

possibilidade de juntas degustarem outros espaços, longe das grandes da prisão, longe do medo e da violência. É hora de liberdade.

Cena 3: Colônia Penal do Bom Pastor: A prisão

O terceiro espaço de gravação se dá na Colônia Penal do Bom Pastor. A transição entre as cenas na praia e a cena no Bom Pastor é impactante: passa-se de uma fotografia iluminada, com cores fortes e vibrantes, composta pelas diversas tonalidades de colorações das vestimentas das mulheres, do dia ensolarado, o mar e o céu se completando em *degradés* de azul, como vemos na Figura 33. Esta cena é cortada para um plano escuro, em ambiente fechado, corredor estreito, trazendo a sensação de clausura, onde aos poucos os rostos das mulheres vão se tornando visíveis.

Na cena da praia, a narrativa está centrada no dia em que a repressão encontrou os “aparelhos”, como se deu o cerco policial, ou seja, momento de adrenalina e medo, mas que ainda estavam em liberdade. Com a mudança de cena para a prisão - que nesse momento poderia ser qualquer prisão, pois tudo o que vemos são grades se abrindo no estreito corredor, tendo a escuridão amenizada por algumas luzes no teto, porém de fraca iluminação - a narrativa nos leva a conhecer os terrores das torturas. Aos poucos, as vozes se intercalam, contando as diferentes violências sofridas.

Ao fim do corredor, a narrativa sobre as torturas também acaba e a cena volta a ficar iluminada. Andando pelo pátio da Colônia Penal, a história segue, falando do momento de chegada ao Bom Pastor. Estas falas estão sempre no direcionamento de pensar este espaço enquanto um “paraíso”, discussão já feita no capítulo anterior. Porém, aqui é interessante ressaltar como a produção artística a partir da construção da narrativa e dos jogos de câmeras e luzes produz um discurso a respeito daquele espaço enquanto uma “dulcíssima prisão”¹⁴³, passando em alguns momentos a impressão de docilização, relativização do espaço de cárcere.

Entre apontares de dedos, as ex-presas indicam os lugares em que ocupavam na Colônia, reconhecendo a Capela, as celas, o jardim. Abrir as janelas era um ato muitas vezes referenciado por elas como uma imagem forte em suas memórias, pois, na época, tinham grades decoradas, diferente das outras prisões. Lembram a disposição das camas, da mesa e do fogão que tinham dentro de um grande quadrado que lhes servia como cela. Falam do seu cotidiano, das freiras e padres com quem mantinham contato. Relembrem das presas comuns,

¹⁴³CAETANO VELOSO (Compositor, intérprete). Quereres. In: **Velô**, Philips Record, 1984.

das árvores frutíferas que se espalhavam pela Colônia Penal, que para elas muito se assemelhava a uma chácara.

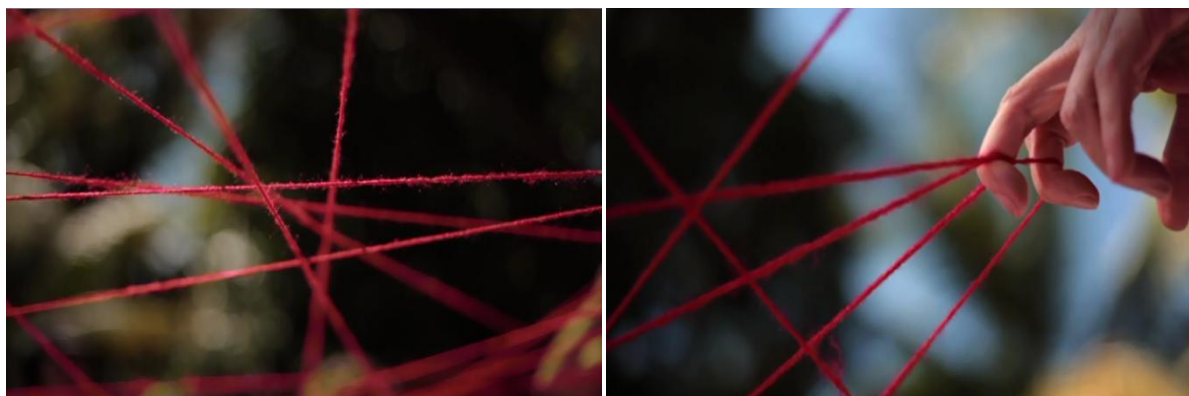
Depois de caminharem pela a Colônia - pátio, celas, capela, jardim- a cena passa a ser filmada de dentro das celas e corredores, com as lentes voltadas para as portas. Neste momento, a narrativa tem como temática a saída da prisão. Suas vozes novamente tornam-se sonoras, contando como receberam as notícias de soltura da prisão, da saída para o exílio ou da transferência para outra prisão em suas cidades natais.

As vozes se intercalam e não fica claro para o expectador de quem é cada história. Não se consegue fazer a ligação entre o rosto e a voz, trazendo-nos a impressão de que aquela história pode ser de qualquer uma daquelas mulheres foco do documentário, mas também de outras que assumiram estes papéis políticos nos anos de ditadura.

É então uma história que se propõe coletiva, na tentativa de trazer uma representatividade não apenas para as ex-presas políticas do Bom Pastor, mas também para as várias outras militantes que possam se identificar com as memórias expostas no documentário, o que endossa a ideia de construção da memória coletiva desse grupo de mulheres, que se colocam pertencentes a uma mesma geração, ideia ligada a uma identidade ou grupo de identificação (HALL,2000).

Ainda dentro da Colônia Penal, onde tantas vezes tiveram que silenciar, onde o medo, a insegurança e o esquecimento lhes eram destinados, elas prestaram homenagem às companheiras e aos companheiros que foram assassinados nos porões da ditadura, tecendo uma teia com linha de lã vermelha, o vermelho que simboliza a militância política de esquerda, mas também o sangue nas torturas.

FIGURA 34: Tecendo resistências



Fonte: Documentário Vou Contar para Meus Filhos(2011).

Dispostas de modo a formar um grande círculo como na ciranda, seguravam as vermelhas linhas e revezavam-se, proferindo os nomes de companheiras/os, enquanto as

demais respondiam com a palavra: “PRESENTE”. Em tons de segunda voz deste lamento, Maria do Socorro Diógenes cantava parte da música *Mes hommes à moi*, enfatizando os versos em destaque:

Mes hommes
Mes hommes à moi
 [...]

La nuit, je les entends qui marchent

J'entends les noms, j'entends les voix

De mes hommes

San Fuentes et sa chemise noire

Muerto!

Fernandez qui me doit trois cigares

Muerto!

El Frances qui était là par hasard

Muerto!

Mes hommes

Mes hommes à moi

Je jure sur le sang du monde

Qu'avant longtemps, sur votre tombe

La liberté reflleurira

Mes hommes

(GILBERT BÉCAUD, *Mes hommes à moi*, 1966)¹⁴⁴.

Os nomes dos homens que aparecem na música acima foram trocados pelos nomes das companheiras e companheiros de militância. Desse modo, elas e eles foram lembrados. Suas mortes, ainda que por um instante, saíram do silêncio sepulcral para serem publicizadas no audiovisual, pondo em prática o compromisso do não deixar esquecer, compromisso dos vivos para com os mortos (SELINGMANN-SILVA, 2008).

Cena 4: A esperança equilibrista: a praia parte II

Do traçar vermelho das linhas ao azul do mar, o documentário finaliza voltando para cenas na praia, onde caminham abraçadas, conversam, brincam e relembram os anos de juventude, quando se encontraram pela primeira vez. Formam uma nova ciranda, cantam e dançam *O bêbado e a equilibrista*:

Caía a tarde feito um viaduto
 E um bêbado trajando luto
 Me lembrou Carlitos
 A lua tal qual a dona do bordel
 Pedia a cada estrela fria

¹⁴⁴Meus homens/ Os meus homens para mim/ [...] À noite ouço-os andar/ Eu ouço os nomes /Eu ouço as vozes dos meus homens/ San Fuentes e sua camisa preta/ Muerto!/ Fernandez que me deve três charutos/ Muerto! El Frances que estava lá por acaso/ Muerto!/Meus homens/ Os meus homens para mim/ Juro sobre o sangue do mundo/ Em pouco tempo, no seu túmulo/ A liberdade refletirá/ Meus homens.

Um brilho de aluguel

E nuvens lá no mata-borrão do céu
 Chupavam manchas torturadas
 Que sufoco!
 Louco!
 O bêbado com chapéu-coco
 Fazia irreverências mil
 Pra noite do Brasil
 Meu Brasil!

Que sonha com a volta do irmão do Henfil
 Com tanta gente que partiu
 Num rabo de foguete
 Chora
 A nossa Pátria mãe gentil
 Choram Marias e Clarices
 No solo do Brasil

Mas sei que uma dor assim pungente
 Não há de ser inutilmente
 A esperança
 Dança na corda bamba de sombrinha
 E em cada passo dessa linha
 Pode se machucar

Azar!
 A esperança equilibrista
 Sabe que o show de todo artista
 Tem que continuar
 (João Bosco e Aldir Blanc, 1979).

Música composta por João Bosco e Aldir Blanc, lançada em 1979 no disco “Linha de Passe” e imortalizada na voz de Elis Regina no disco “Elis, essa mulher”, de 1979, música que se tornou o “Hino da Anistia”¹⁴⁵, e que faz menção a conhecidos personagens perseguidos pela repressão – Henfil, famoso cartunista do jornal “Pasquim”, que teve seu irmão Hebert José de Souza, o Betinho, sociólogo e militante dos Direitos Humanos, exilado de 1971-1979 – lembrando que “choram Marias e Clarices no solo do Brasil”¹⁴⁶.

A ciranda neste momento é um grito solto de uma “esperança equilibrista”, em que o “consequimos” impera. Hoje, essas mulheres, cada uma à sua maneira, fazem o show/militância continuar. A cena da ciranda ter como *locus* de gravação a praia remete a

¹⁴⁵ O bêbado e a equilibrista: em 1979, Elis Regina deu voz ao Hino da Anistia. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cultura/2014/08/o-bebado-e-a-equilibrista-em-1979-elis-regina-deu-voz-ao-hino-da-anistia>>.

¹⁴⁶ Os nomes –Marias e Clarices – são referência à esposa do operário Manuel Fiel Filho e à esposa do jornalista Wladimir Herzog, respectivamente. Para maiores informações a respeito, da música, ver: SILVA, Fernando Lopes. O poético e o factual na letra da canção “O bêbado e a equilibrista”. **Revista Alpha**, Patos de Minas, v. 17, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016. ISSN: 2448-1548.

mais uma caracterização do espaço de militância destas mulheres, o Estado de Pernambuco, onde culturalmente a dança/brincadeira teve início, tornando-se um símbolo de união¹⁴⁷.

Cantar e dançar em formato de ciranda foi então elemento potencializador de laços de afetividade, trazendo o símbolo de união entre estas mulheres. O estar de mãos dadas foi relembrar o companheirismo e a solidariedade que fortaleceu a luta pela vida e pela liberdade, pois a ciranda não é feita com uma mão só, nem por uma só pessoa. Assim como a militância.

FIGURA 35: Ciranda na praia.



Fonte: Documentário Vou Contar para Meus Filhos(2011).

Na Figura 35, a imagem da ciranda fecha o reencontro destas mulheres em ritmo de celebração, sendo esta a última cena do documentário. Com sua finalização, passaremos a interpelar a segunda parte da produção, contido no “menu - extras”, como já explicitado. A problemática, a partir de então, dar-se-á em torno do testemunho.

3.2 MULHERES, TESTEMUNHOS E OUTROS DEVIRES COM O MUNDO

Ao falarmos em testemunho, não podemos prescindir daquilo que lhe é mais caro: a palavra. É a partir desta que o testemunho se forma, toma significado, percorre o mundo das/os ouvintes e/ou das/os leitoras/es. Nesse sentido, a partir das leituras de Seligmann-Silva (2010), observamos que esta palavra lavrada pela figura da testemunha, aquela/e que dá o testemunho, perpassou pelas configurações linguísticas estabelecidas dentro da argumentação

¹⁴⁷ Para mais informações sobre a história da ciranda, ver:
<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=519>. Acesso em: 10 nov. 2016.

patrilinear do uso dessa modalidade discursiva, cartografando-a desde as tragédias gregas. Originado do latim, o termo testemunho vem sendo ressignificado na contemporaneidade¹⁴⁸.

Importa-nos, aqui, frisar que, no latim, a palavra *testis* significa “igualmente testemunho e testículo. Já no hebraico bíblico, as palavras “memória” – *Zehker* – e “masculino” – *Zakhar* – aproximam-se, enquanto a palavra que designa “mulher” e “esposa” – *Isha-*, estaria mais próxima de “esquecimento” – *Neshia*. (ROSA; SILVA, 2016, p. 193)¹⁴⁹. Essa discussão nos ajuda a pensar como, ao longo do tempo, o testemunho, a memória e o esquecimento foram pensados e concebidos, inclusive semanticamente, dentro dos parâmetros falocêntricos, tornando os testemunhos de mulheres exíguos e, por vezes, invisibilizados na construção da história.

No tocante às questões do testemunho, retomamos a Walter Benjamin, em *O Narrador*, ao argumentar que haveria uma perda da experiência graças a uma impossibilidade da narrativa no pós-guerra, pois o autor observa que os soldados haviam “[...] voltado mudos do campo de batalha” (BENJAMIN, 1987, p. 198). No entanto, Sarlo (2007) analisa que, ao contrário do que acreditava Benjamin, no pós-Segunda Guerra houve um *boom* da produção de testemunhos na Europa.

Na Alemanha e França, houve grande necessidade dos testemunhos da Shoah para serem utilizados no campo jurídico, tendo em vista que as vítimas puderam deixar seus “lugares de vítima” e passar para o papel de acusadores, como será discutido mais adiante (SELINGMANN-SILVA, 2016). Não obstante, exerceram um forte papel social, pois as experiências das Guerras haviam mudado completamente a sensibilidade, os modos de vida das nações que delas participaram e do Ocidente como um todo, que passou a questionar os princípios de sua racionalidade humana. É nesse sentido que versa Primo Levi em *É isto um homem?*, indagando-se sobre os horrores cometidos na guerra e a natureza humana.

Se, na Alemanha e na França, após 1945, criou-se uma profusão de espaços para o testemunho e para “lugares de Memória”, como nomeia Pollak (1992), Beatriz Sarlo, argentina, escritora e crítica literária, ao desenvolver seus estudos sobre o testemunho e a ditadura militar na Argentina, mostra semelhante movimento nos pós-ditaduras na América Latina, afirmando que: “Quando acabaram as ditaduras do sul da América Latina, lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruído

¹⁴⁸ Para ampliar a discussão, ver: ROSA, Susel Oliveira da; SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. O testemunho e as mulheres: Ophélia Amorim e Eridan Magalhães. *Feminismo, Gênero e Sexualidade: diálogos contemporâneos*. In: Org.: ANDRADE, Andreza de Oliveira; RIBEIRO, Josiane Maria de Castro; DINIZ, Maria Ilidiana; QUEIROZ, Fernanda Marques de; SANTOS, Luana Paula Moreira (Orgs.). **Feminismo, gênero e sexualidade: diálogos contemporâneos**. Mossoró, RN: UERN, 2016, v. 1, p. 193-205.

Mossoró, RN: UERN. 2016.

¹⁴⁹ Discussão desenvolvida a partir de: SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e política da memória: O tempo depois da catástrofe. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 30, p. 71-98, jun. 2005.

pela violência de Estado” (SARLO, 2007, p.45) O contexto ao qual a autora se refere engloba a ditadura no Uruguai (1973-1985), no Chile (1973-1990) e na Argentina (1966-1973).

Nos países citados, logo após o fim das ditaduras, o processo de construção da memória nacional sobre este período começou a se constituir. O repúdio da população às atrocidades cometidas pelo Estado ditatorial culminou com a possibilidade do testemunho. O “*Nunca mais*”, que é o desejo, a prerrogativa de não mais deixar acontecer, abriu espaço para o testemunho, e assim esses países começaram quase que de imediato a construir os “lugares de memória”, com a abertura de museus, a produção de livros autobiográficos e biográficos, filmes, nomes de praças e ruas que referenciam as/os militantes mortos/as e desaparecidos/as.

O testemunho, que segundo elucida Hannah Arendt (1999), só se constitui no espaço democrático, também é necessário para a constituição de uma sociedade democrática, estando, assim, situado nesta via de mão dupla que se completa mutuamente. A partir da análise de Arendt (1999), que só há lugar para o testemunho em espaços democráticos, podemos compreender o porquê de o Brasil não ter conseguido construir de forma expressiva esse lugar social para o testemunho.

Um dos elementos envolve a fragilidade democrática mantida pela política conservadora e oligárquica que se mantém nos altos cargos dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, figuras que participaram de forma ativa do regime militar. Estes que, por sua vez, acabaram por decidir quais páginas da história devem ou não ser contadas. Como argumenta Selligmann-Silva (2010, p. 13):

O fantástico e escandaloso sequestro das provas e dos testemunhos mantém o Brasil como que congelados no tempo, quando se trata do enfrentamento político-jurídico e do trabalho de memória da nossa ditadura. As elites simplesmente decidiram que “a página da história deve ser virada” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p.13)

Desse modo, observamos que as relações de poder que gestaram e promoveram o golpe de Estado - militares e parte da elite – continuam no período pós-ditadura, na retomada da democracia, exercendo “seus podres poderes”¹⁵⁰, perpetrando o silenciamento e o apagamento dos sujeitos que resistiram à repressão, negando a eles e a seus familiares o direito à memória e à palavra, à fala, ao testemunho.

Comungando com as ideias de Foucault (2014), que conceitua o poder enquanto uma relação, saindo da ideia do poder enquanto posse, ou da busca de suas origens, o filósofo pensa o poder enquanto uma trama. Longe de ser algo que se possa possuir, ele é como uma

¹⁵⁰ CAETANO VELOSO (Compositor, intérprete). Podres poderes. In: **Velô**. Philips Record, 1984.

malha, que se espraia, dissemina-se, permeando todas as relações sociais “[...] na qual as resistências ao poder também tomam parte e presentificam-se” (BRANCO, 2001, p. 240). Dito isto, percebemos nas Comissões da Verdade e nos Grupos Tortura Nunca Mais a prática dessa resistência, na qual os familiares dos “mortos e desaparecidos” e as vítimas da repressão utilizam-se dos espaços institucionais para abrir fendas no silenciamento “decretado”.

Outro fato que corrobora este silenciamento e está incutido nas malhas de poder já citadas é a formulação da Lei de Anistia do Brasil que, ao se estabelecer dentro do princípio do “irrestrito”, acaba por neutralizar os crimes cometidos pelo Estado. Em crítica à forma como se estabeleceu a Lei de Anistia, Seligmann-Silva (2010, p.12) a define como uma “manobra dos donos do poder, ou seja, esta lei, visava antes de mais nada garantir a impunidade”. Logo, o “perdão” a todos os crimes cometidos nos vinte e um (21) anos de ditadura desencadeou o silenciamento, ao contrário do que aconteceu nos outros países da América Latina.

O testemunho, que tem em um de seus usos a prova judicial, perdeu sua necessidade neste contexto de Lei de Anistia. No Brasil, aqueles que perpetraram a tortura nos porões da ditadura não foram levados a julgamento, com a exceção do caso do julgamento do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra:

[...] pela tortura de vítimas da repressão. Nesse sentido, um processo importante é a ação declaratória em decorrência de danos morais, ajuizada contra Ustra em 2005 por Janaína de Almeida Teles, Edson Luis de Almeida Teles, César Augusto Teles, Maria Amélia de Almeida Teles e Criméia Alice Schmidt de Almeida. O réu, além de ter chefiado a Operação Bandeirante (Oban) e comandado o DOI-CODI do II Exército, também havia participado pessoalmente da tortura dos autores da ação. Janaína e Edson eram, à época, crianças com cinco e quatro anos de idade, respectivamente, e em dezembro de 1972 foram levados ao DOI-CODI do II Exército, onde permaneceram por dias para servir de instrumento de tortura psicológica para seus pais, que estavam sendo torturados naquele local. Criméia também foi torturada, chegando a ficar 36 horas sob interrogatório, mesmo estando grávida de sete meses (RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, p. 954).

No julgamento, mesmo com as provas da participação do coronel Ustra na prática de tortura, o que pesou foi o “direito ao esquecimento”, como pode ser lido abaixo:

O Tribunal de Justiça de São Paulo, em acórdão de 14 de agosto de 2012, negou provimento à apelação de Ustra, confirmando a sentença. Nessa ocasião, foi enfatizado que Ustra, como agente do Estado responsável pela prisão onde os autores foram torturados, violou as normas jurídicas que deveria cumprir, e, por isso, tem o dever de reparar os danos a eles causados, tanto os econômicos como os morais. Ustra ingressou, então, com recurso especial, cujo julgamento foi iniciado pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça em 21 de agosto de 2014. A ministra relatora, Nancy Andriighi,

pronunciou-se a favor do acolhimento do recurso de Ustra porque, em seu entender, o réu teria um “direito ao esquecimento” dos seus atos, em decorrência da Lei da Anistia. O voto da ministra relatora foi acompanhado pelo ministro João Otávio de Noronha e o julgamento foi suspenso em razão do pedido de vista do ministro Paulo de Tarso Sanseverino. (RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, p. 955)

Assim, o que resta ao testemunho é seu valor de fonte histórica e a possibilidade de construir, a partir deles, outras histórias sobre os anos das décadas de 1960-70-80.

No contexto social, a abertura mais significativa para o testemunho se deu com a criação da CNV. O receio de narrar as experiências de militância, principalmente das/dos que participaram de organizações que tomaram a luta armada como forma de resistência à ditadura, impediu a proliferação dos discursos testemunhais. Assumir-se comunista, socialista, ou com ideologias de esquerda de modo geral tornou-se um ato de coragem, graças aos discursos construídos desde a década de 1930 sobre o “ser comunista”¹⁵¹.

Utilizado como um dos argumentos para o golpe civil-militar em 1964, a “ameaça comunista”¹⁵² e o “medo do comunismo”¹⁵³ ainda imperavam/imperam no imaginário da população brasileira. Com frequência, os/as comunistas são vistos como “arruaceiras/os”, “violentas/os” e “sem moral”. As/os militantes perderam durante muitos anos o direito à palavra, ao testemunho. O que fica ainda mais latente no caso das mulheres, dizer-se comunista ou de esquerda, trazia uma série de implicações e julgamentos sociais, visto que neste período o campo da política era considerado inapropriado para a mulher.

Além das questões ligadas ao “medo do comunismo”, nas décadas de 1980 e 1990, a democracia foi restaurada em cima da “[...] imposição da lei da mordaza e do silêncio” (SELLIGMAN-SILVA, 2010, p.16), a busca pela memória, verdade e justiça foi discursada como uma tentativa de revanchismo, como argumenta o autor. Dessa forma, as vítimas da ditadura não puderam se tornar acusadoras/es. A ditadura tentava formular o “*crime perfeito*” aos termos de Lyotard:

Reciprocamente, o “crime perfeito” não consistiria em matar a vítima ou as testemunhas (ou seja, acrescentar novos crimes e assim agravar a dificuldade de apagar tudo), mas antes em obter o silêncio das testemunhas, a surdez dos juízes e a inconsistência (a insanidade) do testemunho (LYOTARD apud SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 16).

¹⁵¹CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena:** a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE - 1960-1968). 2015. 226f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Ibidem.

O texto do Seligmann-Silva, *O local do testemunho*, escrito numa primeira versão em 2009 e republicado junto a outras argumentações no primeiro semestre de 2010, é publicado em um momento em que as atividades da Comissão de Anistia começavam a ganhar novo fulgor. Em 2010, 2011 e 2012, a referida Comissão e os projetos Marcas da Memória e Tortura Nunca Mais passam a fazer chamadas públicas de financiamento a projetos que tivessem como interesse a construção da memória sobre o ditatorial.

E é nesse processo de tentativa de democratização da memória que a Comissão Nacional da Verdade ganha impulso e traz a possibilidade de fala a tantas mulheres e homens que sofreram as violações dos direitos humanos praticados pelo Estado no período em questão.

A fala de cada um destes sujeitos que participaram/participam da roda viva da história é de fundamental importância para que se conheçam os crimes perpetrados pela ditadura, os detalhes e os lugares onde as torturas eram praticadas, os nomes dos mortos e desaparecidos. A partir destes testemunhos é que esses lugares e objetos utilizados para a tortura puderam ser verificáveis, a exemplo do DOI-CODI de Pernambuco, reconhecido por Lilia Gondim, em diligência junto à Comissão Nacional da Verdade¹⁵⁴.

Assim, dar o testemunho torna-se um dever e um direito, exercício nada fácil de ser praticado. As memórias traumáticas são sempre feridas abertas, são marcas impressas na alma e, em muitos casos, no corpo físico. É um doloroso processo, que precisa de disposição e coragem, como analisa Rovai (2013, p. 110-111):

Os que se dispõem a falar sobre suas dores assumem a tarefa de contar sua experiência particular emaranhada a outros destinos em comum e reforçam as vozes que se querem fazer ouvir. Trata-se da verdade da memória, que reúne elementos dispersos, apresentando ao mesmo tempo retrato pessoal, coletivo e identitário, por meio dos quais homens e mulheres reconstituem sua própria unidade e identidade num tempo que a narrativa revela complexamente subjetivo, emotivo e racionalizado. Não se trata somente da “verdade histórica”, crítica, distanciada pelo método, decifração e análise dos signos, mas da “verdade do testemunho”, dinâmica, incompleta e sempre presentificada.

A memória ganha papel em nossa sociedade em oposição ao esquecimento. Ou, como no poema de Elie Wiesel, “Não esquecerei jamais [...]”¹⁵⁵ é o compromisso que se estabelece. Porém, uma das principais dificuldades desse processo de transmissão da memória, o “não deixar esquecer”, como nos traz Weinrich (2001, p.257), é encontrar entre os mais jovens

¹⁵⁴ Vídeo da Comissão Nacional da Verdade: Diligência no DOI-CODI em Recife - Lilia Gondim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-qBxu8MnaNA>>. Acesso em: 12 dez. 2016. Vídeo da Comissão Nacional da Verdade: Diligência no DOI-CODI em Recife: Reconhecimento do centro de tortura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZEdLH9IGmAo>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

¹⁵⁵ WEIRINCH, Harald. **Lete**: Arte e Crítica do Esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

quem esteja disposto a ouvir esses testemunhos: “[...] os jovens que ainda têm a vida pela frente e por isso são por natureza pouco inclinados a olhar o passado, talvez não queiram saber nada daquele desmesurado sofrimento”. Como, então, lutar contra o esquecimento? Como eliminar o perigo de que esses acontecimentos se repitam se não se tem testemunhos do horror e da violência cometida?

Depois de sobreviver a noites prolongadas, à escuridão das celas, às pancadas desmedidas, à captura do direito de ir e vir, onde o imperativo se dava em torno do silenciamento e onde se tentava exterminar a vida, a experiência, o que resta é o compromisso com os que não sobreviveram e consigo mesmo de não deixar que isso volte a acontecer. Para tanto, transmitir a memória é fundamental (WEINRICH, 2001). Neste panorama, o documentário é de suma importância, pois é um instrumento que registra essas histórias e que tem durabilidade maior que a vida humana e de amplo alcance para chegar a esses jovens.

Eridan Magalhães, ao dar seu testemunho para o documentário, deixa claro o porquê de ter aceitado participar dele: “[...] então o jovem que hoje me escuta vai compreender porque nós lutávamos [...]”¹⁵⁶. O testemunho se insurge para contar aos jovens essa história por ela vivenciada, que vai de encontro à memória nacional construída sobre o período, histórias que apenas agora, a partir destes testemunhos, começam a ser conhecidas pela população brasileira.

Histórias que ainda não estão nos livros didáticos e que dificilmente chegam às salas de aula, memórias ainda silenciadas, narradas, mas, na maioria dos casos, não ouvidas, posto que ainda não encontraram seu lugar social, não encontraram os ouvintes.

Assim, foi/é o pós-ditadura no Brasil: testemunhas silenciadas, a impossibilidade de denúncias no âmbito judicial e os testemunhos – daqueles que insistiam em ecoá-los – foram tidos inicialmente como inconsistentes, como é o caso dos testemunhos a respeito da Guerrilha do Araguaia. Rago (2015), ao falar sobre *A coragem feminina da verdade: mulheres na ditadura militar no Brasil*, discute, entre outras questões, a dificuldade de Criméia Alice Schmidt em construir uma narrativa acerca dos acontecimentos no Araguaia:

As primeiras matérias (sobre a Guerrilha do Araguaia) saem em 1978, 79, mas é o seguinte: qual o tamanho dessa guerrilha? Quais são os desaparecidos? Quem eram as pessoas? “Ah, não sei por que eu não sabia os nomes”. “Era o Zezinho, o Piauí, o Joca, o Juca”. O que é que é isso? Isso é história? Isso só vai se recompondo na medida em que você encontra o familiar do Joca, o familiar do Piauí, o familiar do Juca, aí você começa a

¹⁵⁶ Eridan Magalhães, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

saber que essas pessoas têm nome, que essas pessoas têm história (Schmidt, 2009)¹⁵⁷.

Tendo que enfrentar o negacionismo dos torturadores e a descrença de que horrores como aqueles haviam se passado em solo brasileiro, Criméia iniciou, junto aos familiares dos mortos e desaparecidos, uma busca detetivesca para provar a existência dos crimes pelo Estado frente a esta guerrilha. A guerrilha hoje é reconhecida pelo Estado brasileiro. Saiu do espaço da “mera especulação”. As/os guerrilheiras/os ganharam rostos, sabem-se os nomes de batismo, reconhecem-se as famílias, mas os seus algozes não se tornaram réus. A impossibilidade da justiça vigora (RAGO, 2015).

Para tanto, momentaneamente, resta-nos publicizar, dar visibilidade, formular resistências ao esquecimento, transformando estes testemunhos como prova documental, dentro do ofício do historiador. De modo a problematizarmos estes testemunhos enquanto processo epistemológico, como caracteriza Paul Ricoeur, que “parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental” (RICOEUR, 2007, p. 170).

A utilização historiográfica pode ser feita do arquivamento do testemunho. Ricoeur (2007) afirma que o testemunho ressurge no fim do trajeto epistemológico de sua utilização no “nível da representação do passado por narrativas, artifícios retóricos, colocação em imagens” (RICOEUR, 2007, p.170). O testemunho será visto como “selado por seu arquivamento e sancionado pela prova documental” (RICOEUR, 2007, p.170). Destarte, é na operação historiográfica, ou seja, é no trabalho da/do historiadora/historiador que o testemunho é validado enquanto “prova documental”.

Dito isto, percebemos que, no momento da escolha do que validaremos em nossas pesquisas, há uma relação de poder inevitável, e que, portanto, precisa ser uma operação consciente. Principalmente quando “[...] diz respeito à formação e preservação de arquivos relacionados a períodos de dominação e violência, em que direitos humanos são desrespeitados, há sempre uma luta política importante sendo travada a cada momento” (ARAÚJO; SANTOS 2007, p.99). Cabe, assim, às/aos historiadoras/es participarem desse processo de produção do passado a partir da utilização destes testemunhos.

O conceito de testemunho tornou-se uma peça central na teoria literária nas últimas décadas devido à sua capacidade de responder às novas questões

¹⁵⁷ Entrevista de Criméia Alice de Almeida Schmidt concedida a Margareth Rago, São Paulo, 25 fev. 2009. Citação contida no texto: RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

(postas também pelos estudos Pós-coloniais) de se pensar um espaço para a escuta (e leitura) da voz (e escrita) daqueles que antes não tinham direito a ela (SELIGMANN-SILVA, s.d., p.1).

É, então, na construção de uma história que inclua a fala dos “excluídos da história”, como nomeia Michelle Perrot (2006), que se abrem espaços para a construção democrática do conhecimento possibilitando a elaboração de uma sociedade com bases sólidas nos princípios democráticos com respeito aos Direitos Humanos.

Nesse sentido, a construção do espaço social para o testemunho e a construção de uma sociedade ouvinte encontram aqui o ouvinte enquanto aquele que se compromete com a testemunha e com o testemunho na ação do “não se deixar esquecer”. Essa ação não pertence apenas aos familiares e amigos/os das vítimas da ditadura, mas a toda uma nação que se pretende democrática.

O testemunho “[...] é inseparável da autodesignação do sujeito que testemunha” (SARLO, 2007, p. 50), pois esta – a testemunha - exerce um duplo papel: o de narrador e protagonista da história narrada. Só exerce a ação de dar o testemunho quando há estabelecido este “laço social de confiança”(SARLO, 2007, p. 50), não no sentido de estabelecimento de “verdade absoluta” ou da fetichização do testemunho como a forma mais “real” de acesso ao passado, como alerta Sarlo (2007), mas pensá-lo como um impulsionador na construção de um verdadeiro Estado de direito, em que se promova e respeite a construção da memória de forma ampla, para que se possa “proceder ao trabalho de luto” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 10).

Falar sobre as memórias, principalmente as memórias traumáticas, é um ato de extrema dificuldade, e muitas vezes só se exerce sob o signo do dever, um dever pautado no *Nunca Mais*. É mexer em feridas abertas, é obrigar-se a lembrar do que se quer esquecer, é dizer em palavras o “indizível”, navegar por águas turvas, é andar em tempestades, sempre sob o peso do questionamento “vale a pena?”.

Sobre o dever de memória, Jelin afirma que “Es el hueco y la imposibilidad humana planteados por Primo Levi, quien se reconoce en el ‘dever de memoria’ como testificante ‘delegativo’ o ‘por cuenta de terceros’ que les cabe a los sobrevivientes” (JELIN, 2002, p.81). Trata-se do dever da memória que cabe aos sobreviventes em narrar não só o que viram, mas viram e ouviram, pois os que não saíram vivos da tortura deixavam um vazio sobre o acontecido.

Nesse panorama, caminham algumas falas das protagonistas de *Vou contar para meus filhos*. Chamadas a testemunhar, essas mulheres executam a difícil tarefa de se pôr a pensar, a lembrar e falar de alguns assuntos pela primeira vez:

É a primeira vez que eu tô falando desse assunto, eu tô falando pra vocês, assim, né? Eu nunca costumei relatar essas histórias, sempre são situações que me magoam muito. Que doeram muito em mim. Eu tentei esquecer, esquecer. [...] Hoje, eu fiz muita questão de tá com essa blusa branca, porque eu falei assim: Eu vou entrar em paz comigo mesma. Eu nunca quis, né, falar do assunto e eu preciso virar isso, né, virar essa página e entender que nós tivemos um papel importante nessa história do Brasil e tem mais é que ter orgulho disso, né?¹⁵⁸

“Eu tentei esquecer, esquecer”. Esquecer para Rosa é colocado como a forma de superar o trauma, o luto das perdas que assolaram os vinte e um (21) anos de ditadura que ela viveu. O que nos leva a pensar sobre “LETE”, esse rio do esquecimento ao qual se remete Weinrich (2001). E nos deparamos com os dois gumes que afligem a memória: a lembrança e o esquecimento. No tocante ao lembrar, Rosa (2013, p.97), a partir da discussão de Halbwachs acerca da memória coletiva, afirma que “[...] lembrar não é reviver. Lembrar é repensar e mesmo reconstruir com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Dessa forma, pensamos na memória não como estática, fixa, e sim como algo em constante construção. A memória estaria, assim, em constante movimento entre o passado e o presente.

Precisamos socialmente construir esses “lugares de memória”, mesmo incorrendo no risco dos “excessos” do testemunho, como escreve Sarlo (2007). Para essas mulheres portadoras de memórias traumáticas, o esquecimento, longe de estar inteiramente ao lado da morte, pode ser o misericordioso que permite a vida.

O que é expresso de forma muito forte na história de Cleusa, cujo testemunho tem menor duração, em decorrência de uma doença degenerativa que lhe dificulta a ligação entre pensamento e fala: “as lembranças do encarceramento e os problemas sofridos recentemente na família fizeram com que uma doença neurológica degenerativa se agravasse”, conta Cristina, filha de Cleusa.

É nesse sentido que, ao problematizar o esquecimento, traz a seguinte indagação: “O esquecimento não seria, portanto, sobre todos os aspectos, o inimigo da memória, e a memória deveria negociar com o esquecimento para achar, às cegas, a medida exata de seu equilíbrio com ele?” (RICOEUR, 2007, p.424). Ao pensar nesta relação, Seligmann-Silva (2005, p. 81) aponta-nos que “os caminhos da memória e do esquecimento do mal sofrido passam também pela construção da história e pelos julgamentos propriamente jurídicos”. Logo, memória e esquecimento mostram-se interconectados, como numa balança que, para manter o equilíbrio, precisa que os pesos postos de cada lado se equivalham.

Assim, a difícil decisão do falar é expressa por essas mulheres no documentário e a superação, o rompimento desta barreira, dá-se por “[...] que não só os nossos filhos, mas os

¹⁵⁸Rosa Maria Santos, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

filhos de todos os brasileiros têm que tomar conhecimento desse passado”¹⁵⁹. Ou, como verbaliza Maria Quintela:

Eu acho que a iniciativa não podia ser mais interessante, e mais as mulheres podem começar o movimento, fortalecer o movimento, pela abertura dos arquivos, a explicação, o pedido de desculpas desses torturadores, né? Que assim, as instituições como a... vou citar uma, a Universidade Federal do Ceará, mas foram todas as universidades, que entregaram pessoas, que delataram pessoas, façam sua autocrítica, né? Então, essas coisas não podem continuar como está, como se nada tivesse acontecido, então eu acho que o encontro é um detonador de muitas outras coisas boas que virão, né?¹⁶⁰.

A partir da fala de Maria Quintela, percebe-se o chamar de uma luta em torno da cobrança às instituições e do reconhecimento acerca dos erros cometidos por elas. Na cobrança por justiça e o início de um outro tipo de militância em torno da justiça, da memória e na busca pela verdade, onde o Estado possa tecer uma autocrítica e, a partir desta, superar práticas que chegam aos nossos dias, como herança destes anos em que o país viveu sob o Estado de Exceção. Exemplo disto é a persistência das práticas de tortura nas prisões no Brasil, como Eridan e Gilseone, entre outras, denunciavam.

As marcas da memória expressas nos testemunhos destas mulheres se colocam enquanto continuação da militância não só no sentido da luta pela reparação dos que sofreram com a repressão ditatorial, mas também compõe no debate historiográfico a possibilidade da construção de memórias femininas, como discutiremos a seguir.

3.3 DO VIVER AO NARRAR: A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS FEMININAS

Certa vez, uma mulher foi chamada para ministrar uma palestra sobre as “mulheres e a ficção”. Nos dias anteriores à palestra, pôs-se a caminhar à beira de um rio para planejar a fala que faria para o público que a prestigiaria, e surgiu-lhe a dúvida sobre o que esse título “mulheres e ficção” poderia significar: “as mulheres e como elas são, ou as mulheres e a ficção que elas escrevem, ou poderia significar que, de alguma forma, as três possibilidades estão inextricavelmente emaranhadas e vocês gostariam que eu as considerasse sob esse ponto de vista” (WOOLF, 2014, p.11-12).

Essa mulher era Virginia Woolf, memorável escritora inglesa que, na obra *Um teto todo seu*, discutiu como as condições sociais imputadas às mulheres acarretam obstáculos para a produção da escrita e das expressões às artes em geral. A leitura deste livro nos leva a

¹⁵⁹ Maria do Carmo Tomás, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

¹⁶⁰ Maria Quintela, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

indagar se existe uma escrita feminina, discussão que levaria anos a fio e ainda assim ter-se-iam vários posicionamentos, mas nenhum decisivo, conclusivo, fixo.

Sobretudo, a questão acima nos é cara para pensarmos se existe a construção de memórias femininas. Teria a memória um gênero? E assim, como responderíamos à questão sobre a existência de uma escrita feminina, aqui tomamos caminho para pensar a construção de memórias femininas, pensando que sim, existem memórias femininas, mas não por questões naturais, essencializantes, mas construídas a partir da experiência, moldadas numa sociedade em que o binarismo - feminino e masculino- estabelece espaços, lugares sociais, modos de comportamento, vestimenta e até mesmo o uso da linguagem. Ou, como expressa a feminista inglesa Frances Wright, citada por Gay (1995, p. 306):

Ouso dizer que às vezes se espanta com minha maneira independente de andar pelo mundo como se a natureza me tivesse feito de seu sexo, e não do da pobre Eva. Acredite em mim, querido amigo, a mente não tem sexo, a não ser aquele que o hábito e a educação lhe dão.

Assim, quando falamos em literatura, escrita, sentimentos, pensamento e/ou memórias femininas, não estamos afirmando uma essência do ser feminino, evocando uma naturalização do que é “ser mulher”. Longe disto, ao pensarmos em tais questões, problematizamos essas construções do “ser” em confluência do que propõe Butler (2016), na ordem do “estar” pensando sempre no viés da transformação, da passagem, do mutável, dado que estas categorias são produzidas pelo social, na prática cotidiana da cultura, modeladas pela educação.

Este “estar” em constante transformação, no devir mulher, militante, guerrilheira, transgressora, não exclui estar no devir mãe, esposa, etc. Cada uma destas vinte e quatro (24) mulheres ousaram escapar dessas malhas do poder e criar modos outros de experienciar o tempo. Assim, construíram/constroem possibilidades múltiplas de narrativas, nas quais, segundo Perrot (2006, p. 212),

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (PERROT, 2006, p.212).

É neste sentido que Luísa Passerini, italiana, historiadora, elabora em seu livro *A memória entre política e emoção* (2011), o conceito “memórias di *cucina*” para falar das memórias femininas que muitas vezes só tinham/têm espaço, são compartilhadas, verbalizadas e produzidas no âmbito do espaço privado, em casa, e geralmente em diálogos entre mulheres. O que nos faz lembrar os grupos de mulheres que se formaram no exílio, com o intuito de serem grupos de apoio, onde se pudesse conversar sobre as dificuldades do estar exilada, dividir as histórias sobre o período em que estiveram ativas na militância no Brasil, os anos que passaram na prisão, no caso das que chegaram a ser presas (ROSA, 2013).

Yolanda Prado – conhecida como Danda Prado- ao falar do exílio, destaca a construção do Grupo de Mulheres Latino-Americano das Mulheres em Paris. Os encontros iniciais eram no apartamento de Danda, espaço que logo ficou pequeno para a quantidade de mulheres que passou a comparecer às reuniões (ROSA, 2013). Esses diálogos, trocas de experiências e ajuda mútua tornaram-se imprescindíveis para ela: “Parece-me que o apoio do grupo é muito importante [...] para cada uma o apoio de outras mulheres ajuda a enfrentar a solidão que todas enfrentamos, quer estejamos ou não acompanhadas por homens” (ROSA, 2013, p. 141).

Ao remeter-se à solidão que todas enfrentavam, independentemente de estarem acompanhadas por homens, suscita a falta da tomada da palavra destas mulheres frente aos homens, a falta de diálogo, já que muitas vezes estas não podiam participar das reuniões políticas com as quais seus maridos passavam os dias ocupados. Enquanto isso, elas trabalhavam para sustentar as casas (ROSA, 2013).

Esses grupos também foram praticados na prisão. Vera Rocha, ao falar do cotidiano na Colônia Penal do Bom Pastor, menciona que:

[...] e a solidariedade foi fundamental para a sobrevivência, para a cura das cicatrizes de cada uma, né? É quando nós estávamos aí no Bom Pastor, fazendo os nossos exercícios, procurando as nossas terapias de apoio, umas ensinando às outras o que sabe, uma dava aula de francês pra outra, a outra ensinava música, tentando ocupar o nosso tempo para não ficarmos paranóica [...] ¹⁶¹.

Não era um grupo formalizado, elaborado, como o mencionado por Danda Prado. O “grupo” ao qual Vera se referencia foi circunstancial, pelo ato da prisão, dado ao acaso dos encontros não planejados, mas funcionou de forma espontânea com o mesmo intuito do Grupo das Mulheres Latino-Americano das Mulheres em Paris: dividir os traumas, medos, fazer terapia de grupo, continuar traçando estratégias de resistências, produzir aprendizados,

¹⁶¹Vera Rocha, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

construir laços de solidariedade. Para além destas questões elencadas para as quais o grupo se propunha, a primeira e talvez mais importante ação destes grupos era a tomada da palavra pelas mulheres.

A fala sobre as violações dos Direitos Humanos cometidas nos anos de ditadura foi negada aos militantes políticos que se opuseram ao regime, tendo em vista que “a página da história deve ser virada” em nome de uma reconciliação nacional (SELLIGMAN-SILVA, 2010, p.13). Nesse pacto firmado por um só lado, o dos torturadores e apoiadores do regime militar, as mulheres tiveram o direito à palavra ainda mais negado.

Essas mulheres eram consideradas militantes secundárias, em alguns momentos apenas esposas (estavam na militância para acompanhar o marido) - o discurso em torno das questões de gênero colocava como sendo de “bom tom” que suas experiências ficassem no campo do privado, pois expor a própria vida não era “bem visto e bem quisto” socialmente, sobretudo se pensarmos que, ainda na década de 1980, mulher pública era sinônimo de “mulher da vida”, prostituta, como aponta Rago (2010).

Assim, a transgressão dos espaços público e privado, imputada por essas mulheres para estarem na militância política e na luta armada, impulsionam a vivência de diferentes experiências com relação aos homens que também participaram da luta. Seus corpos, que foram performatizados de diferentes formas, deparavam-se com uma oposição – militares e polícia repressiva – pertencente à identidade de gênero oposta. Os agentes repressores eram sempre homens e se performatizavam de modo a marcar essa diferenciação das relações de gênero dentro de um enquadramento hierárquico.

Portanto, a relação entre público e privado, torturador e torturada, família e política, foram marcadas pela oposição binária – mulher e homem. De modo a suscitar práticas, cobranças sociais, tipo de repressão e produção discursiva sobre mulheres e homens na militância, principalmente quando se trata da luta armada. Se suas experiências se diferem das masculinas, suas memórias e as formas de narrá-las também são distintas.

Feminizar é preciso, afirmou Rago (2001). Essa feminização perpassa pelo campo da memória, do direito à fala, da inserção na história, na produção da literatura, para/por/sobre mulheres. No primeiro tópico deste capítulo, pontuamos acerca das obras cinematográficas que foram produzidas com o objetivo de mostrar a participação das mulheres na militância em oposição ao regime ditatorial, evento que vem se ampliando na última década e foi impulsionado com o advento da Comissão Nacional da Verdade e as Comissões Estaduais que desta derivam. Em seus trabalhos de pesquisa para compor o “Relatório Final da Comissão da Verdade”, um grupo de trabalho específico foi formado para trabalhar com o

eixo temático *Ditadura e gênero*, possibilitando, assim, maior abertura e interesse para a produção de testemunhos de mulheres.

A emergência destes testemunhos vem atrelada de um conjunto de mudanças sociais e culturais relativas à participação das mulheres no âmbito da política e no espaço público como um todo. A crescente discussão dentro das ciências humanas sobre o papel social da mulher, com ênfase na historiografia, criou um campo de estudo específico sobre história das mulheres com o intuito de inserir esses sujeitos até então invisibilizados na história, campo de estudo importante para se mostrar que as mulheres, em todos os marcos temporais, estiveram presentes nas transformações sociais, não apenas de forma passiva como se divulga, mas de forma ativa, criando outras estratégias de ação.

Porém, ainda percebemos que a produção testemunhal sobre mulheres é exígua, o que é mais visível quando se tratam da literatura de testemunho, escritas biográficas ou autobiográficas. Rago (2013) sinaliza para as exclusões produzidas pelo campo da escrita autobiográfica, exclusão de classe e de gênero. No segundo caso, percebe-se a maior proliferação de autobiografias escritas por homens. Mas, quando pensamos nesta escrita por mulheres, argumenta:

Se recentemente aparecem biografias femininas escritas por mulheres, ainda são raras as autobiografias de mulheres transgressoras, seja as politicamente engajadas em movimentos sociais, seja as que se rebelaram de outros modos contra os códigos normativos hegemônicos, especialmente no Brasil (RAGO, 2013, p.32).

A ideia de expor suas vidas, de tornar suas memórias públicas, ainda é trajada enquanto tabu para muitas destas mulheres, e, em outros casos, não escrevem sobre suas experiências por não as achar importantes. Assim, “Considerar suas experiências permite a elas também se olhar e descobrir como sujeitos históricos da mesma vivência e se deslocar para o centro da História” (ROVAI, 2013, p.127). Destarte, o documentário se mostra importante não apenas para publicizar essas trajetórias e possibilitar a construção de outras histórias a partir destes testemunhos, mas também para que, ao narrarem suas histórias, reconheçam-se enquanto sujeitos importantes do processo histórico.

Mulheres e homens, então, narram suas memórias de formas distintas. Jelin (2002), ao analisar as diferenças do relato de memória pela chave do gênero, expressa que:

En el caso de las memorias de la represión, además, muchas mujeres narran sus recuerdos en la clave más tradicional del rol de mujer, la de "vivir para los otros". Esto está ligado a la definición de una identidad centrada en

atender y cuidar a otros cercanos, generalmente en el marco de relaciones familiares (JELIN, 2002, p.108)¹⁶².

Na chave do “viver para os outros”, o testemunho de Erlita se destaca, pois sua narrativa está perpassada pelo seu cuidado com as demais companheiras de prisão. As emoções que mais lhe marcaram estão ligadas aos sentimentos de sofrimento de suas companheiras de prisão: “Uma coisa assim que marcou muito era porque a Ivone, né... O marido dela foi morto na tortura e ela sofria muito, chorava, né... e aquilo me machucava muito”¹⁶³. Erlita narra suas experiências sem muitas nuances emocionais. Porém, chora ao lembrar-se do sofrimento de Ivone, em decorrência da morte de Odijas Carvalho. No decorrer do seu relato de memória, Erlita volta a chorar ao falar do dia em que chegou seu alvará de soltura: “Teresa entrou numa depressão muito grande porque ela ia ficar sozinha. Era pra eu sair de manhã. Eu não saí, eu fui sair era cinco, seis horas da tarde, pra ficar ainda o dia com ela, né?”¹⁶⁴.

Outra especificidade que vemos na fala de algumas mulheres no documentário é falar pouco de si e de suas experiências, preferindo guiar a narrativa pela a contextualização histórica do período de ditadura. Eridan Magalhães, por exemplo, após ser presa no Bom Pastor de 1969-1970, migra de Pernambuco, passando onze (11) anos na clandestinidade. Porém, em seu testemunho, essa passagem é apenas mencionada, mas nada se fala destes anos como clandestina. O espaço de fala é utilizado por ela para denunciar as torturas que viu e/ou ouviu, as mortes dos companheiros de militância, falando sempre em “minha geração”, ou seja, chamando sempre para o coletivo. Sua fala está sempre pautada na terceira pessoa do plural, aspecto comum às outras protagonistas do audiovisual.

Como superar a difícil tarefa do “dever” do testemunho - construir uma história sobre o período e não deixar os mortos e desaparecidos serem esquecidos - e ainda assim manter a intimidade, a privacidade? Para Jelin (2002, p. 114), “Sinduda, lacapacidad de escucha diferenciada pero atentade otros es un ingrediente fundamental en la tarea”. Em outras palavras, é na relação entre testemunha e ouvinte que esta dificuldade pode ser superada, fator pelo qual muitas mulheres só aceitaram participar da produção audiovisual motivadas pelo reencontro com as companheiras de militância. Seria o momento de contar e ouvir as histórias de cada uma, dentro de uma atmosfera de respeito e solidariedade.

O reencontro destas mulheres foi também lugar para se contar sobre suas militâncias pós-prisão, como passaram a lutar por questões presentes em seus cotidianos, até então ignorados

¹⁶² Tradução livre: No caso das memórias da repressão, além de muitas mulheres narrarem suas lembranças na chave mais tradicional do papel de mulher, “de viver para os outros”. Isto está ligado a uma definição de identidade centrada em atender e cuidar de outros que a cercam, geralmente no marco de relações familiares.

¹⁶³ Erlita Rodrigues, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

¹⁶⁴ Erlita Rodrigues, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

dentro do espaço da política, formando grupos de mulheres, participando da construção de jornais, ajudando a criar associações ligadas às questões trabalhistas, combatendo em outras frentes, essas mulheres fizeram do privado assunto público, como analisa Sarlo (2005, p. 188-189):

Semelhante a quem se vinga do que foi rotulado como o “puramente feminino”, as mulheres reorganizaram temas ideológicos em novas formas de prática e de discurso que, muito obviamente, não obedecia a nenhum pressuposto, mas nasceu da necessidade de trabalhar com o que a cultura havia estabelecido como campo de mulheres e legitimou como preocupações femininas. As mulheres adotaram o que pode ser entendido como uma estratégia bricolage, produzindo novos assuntos públicos a partir de antigos papéis e funções tradicionais. Se a sociedade definiu o privado como a ‘quintessência da esfera feminina, as mulheres transformaram os assuntos privados em debates políticos e em intervenções.

Em sua maioria, depois que saíram da prisão, essas mulheres caminharam por outras formas de militância. Não mais a luta armada, haja vista que também que já eram meados dos anos de 1970; o Movimento pela Anistia já começava a ser gestado em 1975, quando é lançado o Manifesto das Mulheres Brasileiras. As lutas contra a ditadura ganham nova face: é o momento da luta pelas “Liberdades Democráticas”. As mulheres passam a ter maior visibilidade neste processo, pois suas vozes ecoavam para denunciar a morte de maridos, filhos, irmãos e as torturas nas prisões.

Desse modo, as mobilizações passaram a ter um maior apoio social. Ao ocupar seu “lugar social” de cuidar da família, nenhuma mulher seria criticada moralmente por pedir o corpo de seu filho para velar, por pedir que seu irmão, filho ou marido voltasse do exílio. Assim, as mulheres performatizaram os lugares sociais “rotulados como ‘puramente feminino’” (SARLO, 2005, p. 188) e teceram novas estratégias de enfrentamento a ditadura. Como Maria Ivone, que, depois de sair da prisão, continuou denunciando a morte de Odijas e as torturas na prisão:

Participei de todo o processo pela redemocratização do país, é... da luta pela Anistia. Nós criamos lá em Alagoas a Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos, uma entidade de Anistia, que conduzia a luta pela Anistia. Foi muito importante, eu fazia parte da direção também dessa entidade. Criamos a União de Mulheres de Maceió, partimos também pro movimento de mulheres¹⁶⁵.

¹⁶⁵ Maria Ivone Loureiro, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

Junto a Maria Ivone, Yara também participou desse Movimento pela Anistia em Alagoas. Vera Rocha participou do mesmo movimento, mas em Paris, quando se encontrava exilada. Cada uma dessas mulheres teve formas outras de militância dentro de seus espaços de vivência, algumas filiadas a partidos políticos de esquerda, outras criando associações no âmbito do direito do trabalho, como Helena Serra Azul e Erlita. Cada uma desenvolvendo aquilo que lhe é mais caro da militância e que, segundo elas, trata-se de um aprendizado para a vida inteira pensar em um mundo melhor, com justiça social e ética. É como um trabalho de formiguinha, cada um construindo em seu espaço as pequenas revoluções e resistências, sem abrir mão dos direitos sociais, mas lutando pela sua manutenção e ampliação.

Faz parte da manutenção desses direitos a busca pela memória e a verdade para que se conheçam os anos em que o país viveu sob o cerceamento da liberdade de expressão, quando músicas, peças teatrais, jornais e filmes passavam pela censura, quando o direito de ir e vir foi impedido. Nas palavras da Flávia Schilling¹⁶⁶: “lembrar é uma das formas contemporâneas de resistir”. Assim, participar do documentário se mostrou de difícil escolha porque este é também um chamado à resistência, que perpassa pelo enfrentamento do trauma, um reencontro com uma história que, para muitas, é muito viva, mas, para outras, parece fazer tanto tempo que já não se reconhecem mais nessa história. É um chamado para a luta, desta vez com as armas da memória e da linguagem.

¹⁶⁶Flávia Schilling, mulher, militante, presa e torturada no período de ditadura civil-militar. Na apresentação escrita para a terceira parte do livro: ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo, Intermeios, Fapesp, 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enveredar pelos caminhos desta pesquisa tem sido um ato de resistência. Ela vem permeada pela abertura dos documentos judiciais que dizem respeito ao período de ditadura, uma conquista que ampliou as possibilidades para se pensar a temática sobre a qual aqui nos debruçamos, culminando com a expansão das produções de rodas de debates, exposições artísticas, produções literárias e acadêmicas. Entre estas produções, encontra-se o documentário, fonte desta pesquisa, que foi exibido em todo o Brasil e participou de exposições em outros países e, até meados de 2015, configurava-se enquanto um “lugar de memória” sendo pensado dentro das memorações acerca do período ditatorial, motivado pelo marco temporal dos cinquenta (50) anos da instauração da ditadura e dos trinta (30) anos do fim do regime militar.

Entretanto, após a segunda metade do ano de 2015 e em 2016, as reconfigurações políticas que acometeram o Brasil tornam o sentido das exposições do documentário, das produções sobre a ditadura, as discussões sobre democracia e a participação política das mulheres um novo campo de luta, onde é preciso resistir: ao desconhecimento, ao cerceamento da democracia, à invisibilidade, à indizibilidade, à deturpação, à opressão, à manipulação e ao aniquilamento.

É preciso reiterar o compromisso com os direitos humanos, não desumanizar as vítimas, não culpabilizá-las. Promover pesquisas sobre os diversos períodos da história de uma nação é, antes de tudo, pensar esta nação em seu presente, refletir sobre as continuidades e descontinuidades que a permeiam. É entender como as exclusões, as construções, as emergências e as invisibilidades são delineadas pelo fino sopro do tempo e como os sujeitos caminantes, movedores da “roda viva” da história as esculpem.

Assim, ao pensarmos acerca dos anos nos quais nosso país viveu uma ditadura civil-militar (1964-1985), é imprescindível acentuar os diversos grupos que se colocaram em oposição à ditadura, entre eles, as mulheres. Elas, em diversas frentes, exerceram atividades de denúncia e combate à repressão, denunciaram a violência nos cárceres, escreveram, proferiram, organizaram cartas-manifestos, expuseram-se, atreveram-se a sair do privado, produziram grupos de mulheres e colocaram em pauta a quebra da dicotomia do público e privado, transformando em públicos interesses até então caracterizados como do âmbito privado.

As vinte e quatro (24) mulheres foco desta pesquisa romperam com esses padrões fortemente pregados, cobrados e destinados às mulheres, saíram da casa de seus pais e

ingressaram na vida pública, adentraram na política, já na década de 1960, quando ainda jovens e, em sua maioria, inseriram-se na militância entre os dezoito (18) e vinte e um (21) anos, filiaram-se a partidos ou organizações clandestinas e se puseram a estudar, discutir, escrever e tomar parte de ações políticas de modo a tentar derrubar um sistema político de repressão e o cerceamento das liberdades democráticas.

Entre várias derivações ideológicas, metodologias para fazer a revolução, uma coisa era comum a todas: a vontade de ver um país onde não houvesse fome nem miséria, onde todos tivessem o direito à educação e saúde de qualidade. Advindas majoritariamente da classe média, essas mulheres se depararam com a pobreza e as desigualdades sociais, a partir da leitura, trabalhos de caridade ligados às igrejas e atividades políticas. Ou nos quintais de suas casas, no caso das que derivam de famílias pobres e que passaram pelas adversidades em decorrência da falta de recursos financeiros, inclusive para estudar.

As leituras as transpassaram de tal modo que resolveram fazer uma “revolução”. Tornaram-se clandestinas, “caminharam sem lenço e sem documento”¹⁶⁷, passaram a trabalhar em fábricas como operárias ou nos engenhos como camponesas, para fazer o trabalho de “conscientização das massas populares”, pois, em sua maioria, acreditavam na revolução feita a partir da guerrilha urbana ou guerrilha rural, encabeçada pelos operários e camponeses.

Se a revolução não foi possível da forma esperada por elas, refizeram-se, praticaram novos devires, resistiram às mais sórdidas torturas perpetradas em seus corpos, tiveram a repressão política atrelada à opressão estipulada pelo gênero, rasgando-lhes a carne em longas noites torturantes. Viram companheiras/os de militância entrarem nas salas de torturas e saírem emudecidas/os de um silêncio sem volta. Viram “a cara da morte e ela estava viva”¹⁶⁸. O limiar entre a vida e a morte tornou-se ainda mais tênue. Suas vidas e seus corpos tornaram-se tão abjetos que foram utilizados como instrumentos para aulas de tortura. Foram também objetos de desejo sexual dos soldados.

Na tortura, o que imperava era o sórdido desejo de desumanizá-las, humilhá-las, destruí-las enquanto “mulheres”. A criminalização imputada a estas mulheres não foi apenas pela opção política, mas pelo próprio fato de tomar para si o direito de ter uma opção política e utilizar-se dela de modo a produzir ações. O momento da tortura era, então, o momento de paralisá-las. Desnudas e expostas ao constrangimento de prestarem depoimento na frente de vários homens, eram ditas pelos militares e policiais que “estavam na militância para

¹⁶⁷ CAETANO VELOSO (Compositor, intérprete). Alegria, alegria. In: Caetano Veloso. Philips, 1968.

¹⁶⁸ CAZUZA (Compositor, intérprete). Boas Novas. In: **Ideologia**. Mercury Record, 1988.

conseguir ‘machos’ ou seguirem seus homens”. O conservadorismo dos órgãos de repressão não se dava apenas no âmbito político: também perpassava o social e o cultural, direcionando, assim, o espaço do público e o privado atrelado ao gênero, cabendo à mulher apenas o espaço privado.

Entretanto, se o intuito era capturá-las e retirá-las da posição de sujeitos de ação, fracassaram. Elas traçaram novas rotas, teceram outros bordados e cotidianamente pincelaram outras formas de ação política, cartografaram outras subjetividades. Aprenderam a olhar para as coisas simples com intensidade: frutas embaladas com o jornal do dia passaram a fazê-las felizes, ler, aprender outras línguas, cantar, tocar e fazer artesanato; foram atividades elaboradas com afinco. Não enlouquecer na clausura da prisão, depois de anos de clandestinidade e dias de tortura, foi uma barreira a ser vencida.

As cicatrizes visíveis e invisíveis, quase cinquenta (50) anos após o enfrentamento da opressão e repressão, ainda são muitas. Nem todas conseguiram superar seus traumas. Algumas destas mulheres são surpreendidas em noites de pesadelo, gritando de dor causada pela tortura. Outras viram seus casamentos se dissiparem pelas dolorosas memórias do cárcere, que eram divididas com seus então companheiros. A psicanálise foi para estas uma forma de entender, aceitar e saber conviver com as memórias deste período. Para outras, a tentativa do esquecimento pareceu o caminho mais louvável a percorrer.

Essa relação entre o falar para superar e a tentativa de esquecimento são frequentes em todos os acontecimentos que envolvem situações de violência, ganhando maior visibilidade para os eventos que acometem uma sociedade como um todo. A dificuldade de transformar experiências em palavras e, a partir destas, gerar um ensinamento traz consigo as limitações da linguagem que, muitas vezes rígida, impossibilita a externalização dos sentimentos. Esse processo de se tornarem narradoras das próprias experiências transita também pela necessidade do lembrar, repensar e reconstruir essas imagens mnemônicas, que lhes vêm em afetos, como afirma Gagnebin (2013), e estão intrinsecamente relacionadas ao tempo presente e às experiências outras, vivenciadas por esses sujeitos.

Assim, abrir espaço para a produção do testemunho é fundamental para que essas memórias passem a encontrar lugares onde possam ser narradas. Nesse sentido, ainda temos um longo caminho a percorrer, embora percebamos que, com as Comissões da Verdade e os projetos artístico-culturais que derivam da Comissão da Anistia, os testemunhos acerca da ditadura passaram a ganhar, mesmo que ainda de forma tímida e pouco popularizada, notoriedade, construindo um espaço de fala ao mesmo tempo em que se passou a conquistar ouvintes, sujeitos de suma importância no processo de construção do testemunho.

A partir das construções destas Comissões, que vieramem conjunto com o reconhecimento oficial dos crimes perpetrados pelo Estado contra civis durante a ditadura, a memória passa a ser tomada por novos sentidos sociais de rememoração, de “reparação”, compromisso no combate ao esquecimento. O compromisso com o não deixar esquecer é também uma continuidade da militância, um pacto com aquelas/es que não sobreviveram ao período e não podem testemunhar suas experiências. Contar tornou-se um compromisso com a história de um povo, de uma nação, tendo em vista que essa memória é individual, mas também coletiva.

Porém, romper a barreira do silenciamento, convencionada e imposta durante muitos anos, não é simples, principalmente quando quem narra as experiências são mulheres. Mesmo transgredindo as normas sociais que lhes impunham atividades voltadas para o espaço privado, longe das tomadas de decisão e das ações políticas, em muitos aspectos estas mulheres ainda são capturadas pelas conjunturas sociais que as enquadram e pedagogizam seus corpos, delineando quando, onde e o que podem ou não falar, contar, narrar, escrever.

É nesse contexto que, ao longo do terceiro capítulo, buscamos pensar o espaço para o testemunho de mulheres e a construção de memórias femininas. Falar suas experiências, compor escritas de si de forma pública, como acontece no documentário, é transgredir. É romper o espaço da cozinha e da sala, construído durante anos como o lugar apropriado para elas falarem, como discutimos com Passerini (2011), acerca das “*memórias di cucina*”, memórias que deveriam ser compartilhadas apenas com familiares e amigas, preferencialmente apenas quando se estivesse entre mulheres.

Essas construções perpassam gerações e, em muitos aspectos, ainda continuam vigorando e guiando as escolhas de muitos sujeitos. Assim, para algumas, o ato de se dispor a passar pelo processo de lembrar e contar suas histórias foi de difícil escolha. Inclusive pelo fato da própria falta de compreensão acerca da importância de suas participações dentro do processo histórico. Algumas só passaram a assimilar a amplitude de suas ações a partir do momento em que foram protagonistas de uma produção cinematográfica.

O arquivamento destes testemunhos vem também trazer a possibilidade de contrapor as memórias contidas nos documentos produzidos pelos órgãos de repressão, onde essas mulheres eram ditas enquanto anormais, sem moral e criminosas. É de suma importância para as pesquisas que se utilizam de testemunhos orais, abrir a possibilidade de histórias outras, onde as experiências e vivências dos sujeitos estejam presentes.

Tornar estas mulheres as protagonistas desta pesquisa que aqui se apresenta é, então, uma escolha política que vem, ao lado de diversas outras pesquisas, comprometer-se com a

pluralidade dos sujeitos produtores da história, em suas diversidades de ações e modos de inserção, seja pegando em armas ou na prática da solidariedade, a partir da criação dos afetos e nos laços de amizade, que deixaram seus rastros em processos criminais, em jornais ou na produção musical, teatral e cinematográfica. Sujeitos que deixaram os rastros de suas experiências no tempo a partir de documentos escritos ou de forma oral.

Nesse contexto, Ana Maria Medeiros Fonseca, Áurea dos Santos Silva, Cleusa Maria Aguiar, Dulce Chaves Pandolfi, Eridan Magalhães, Erlita Rodrigues, Gilseone Consenza, Helena Mota Quintela, Helena Serra Azul, Lilia Gondim, Lylia da Silva Guedes, Maria Aparecida dos Santos; Maria do Socorro Diógenes, Maria do Carmo Tomás, Maria Quintela de Almeida, Maria Teresa Vilaça, Maria Ivone Ribeiro, Nancy Mangabeira Unger, Rosa Maria dos Santos, Selma Bandeira, Sonia Beltrão, Vera Stringuini, Vera Rocha e Yara Falcón não são super-heroínas, personagens fictícios dotados de poderes sobrenaturais ou desenvolvidos tecnologicamente. São mulheres que se investiram dos mais variados devires, não se eximiram de “fazer a hora”¹⁶⁹ e fizeram acontecer.

São mulheres que, como bem disse Dulce Pandolfi, “têm essa história e outras histórias”¹⁷⁰, que seguem suas vidas e continuam a contribuir com a construção de um mundo melhor, e nesse processo reinventam constantemente suas subjetividades, continuam a traçar cartografias militantes na permanente luta contra as desigualdades sociais. Ouvir seus testemunhos é um sopro de esperança e, ao mesmo tempo, um alerta de que “é preciso estar atento e forte”¹⁷¹, um aprendizado acerca do frágil, intenso e constante cuidado que devemos ter com a democracia, com a liberdade e com as conquistas sociais.

¹⁶⁹ GERALDO VANDRÉ (Cantor, intérprete). Pra não dizer que eu não falei das flores. In: **Pra não dizer que não falei das flores**. São Paulo: RGE- Fermata, 1979.

¹⁷⁰ Dulce Pandolfi, depoimento para Vou Contar para Meus Filhos (2011).

¹⁷¹ CAETANO VELOSO; GILBERTO GIL Cantores, intérpretes). Divino Maravilho. In: **Gal Costa**. Phonogram/Philips, 1969.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. **Homo sacer II**, 1. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, Memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 79, p. 95-111, dez. 2007.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. São Paulo: Ática; Brasília: Ed. da UnB, 1990.

_____. **Eichmann em Jerusalém um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARQUEDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 3ª Ed. Petrópolis. Vozes: 1985.

BAGGIO, Roberta Camineiro. Marcas da memória: a atuação da comissão de anistia no campo das políticas públicas de transição no Brasil. **Revista Ciências Sociais**, UNISINOS, São Leopoldo, v. 48, n.2, p. 111-118, mai/ago. 2012.

BELO, Charisma Cristina Alves Tomé. **Economia criativa no cárcere feminino: um laboratório para produção de material didático (vídeo) em EAD**. 2014. 126f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Gestão em Educação à Distância) - Universidade Federal de Pernambuco.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política- ensaios sobre literatura e história da cultura**, v. 1, 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRANCO, Castelo Guilherme. As resistências ao poder em Michael Foucault. **Trans/forma/ação**, n. 24, São Paulo, p. 237-248, 2001.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”. In: **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 51, p. 123-144, jan./mar. 2014. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n51/n51a09.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório Final**. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. **Lei n. 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2011a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 20 mai. 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.528**, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília: Congresso Nacional, 2011b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em: 20 mai. 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero** - Feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-166.

CALLADO, Antônio. **Tempos de Arraes: a revolução sem violência**. Rio de Janeiro. Ed: Paz e Terra 1980.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE - 1960-1968)**. 2015. 226f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco.

_____. **Relatos do Medo: a ameaça comunista em Pernambuco (Garanhuns 1958 - 1964)**. 1. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. v. único.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 56-108.

_____. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **Revolução e Democracia: 1964**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007. v. 3. p. 100-116 (Coleção as esquerdas no Brasil).

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8, 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 1-11. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Maria_Colling.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2016.

DELEUZE, Gilles et al. **L'abécédaire** (O abecedário). Paris: Éditions Montparnasse, 2004.

_____. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

_____; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: **Mil Plátos**. V.1, 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011.

_____; GUATTARI, Félix. **Mil Plátos**. v. 4, 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964-A Conquista do Estado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro, 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Microfísica do poder**. 25.ed. São Paulo: Graal, 2012.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: Ética, sexualidade, política. Col. **Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREITAS, Cláudia Regina Miranda de. O cárcere feminino: do surgimento às recentes modificações introduzidas pela Lei de Execução Penal. **Revista Faculdade Arnaldo Janssen Direito**, Belo Horizonte, v. 4, n. 4, p. 125-145, jan./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.faculdadearnaldo.edu.br/revista/index.php/faculdadedireitoarnaldo/index>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

GAGNEBIN. Jeanne Marie. Entrevista: **Memória**. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Dr7jJoqxFfU>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**. v.3. O cultivo do ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GULLAR, Ferreira. **Toda poesia (1950-1999)**. 12ª Ed. Rio de Janeiro; José Olympio, 2004

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.103- 133.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo Veintiuno de España, 2002.

LARROSA, Jorge. Nota sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 19, 2002.

LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre (Dir.). **História: Novos problemas**. 4. ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_____. **História: Novas abordagens**. 4. ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_____. **História: Novos objetos**. 4. ed. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MACHADO, Eduardo. Na lei ou na marra! Reportagem. In: BARRETO, Túlio Velho. **Na Trilha do Golpe - 1964** Revisitado. 1. ed. Recife: Editora Massangana, 2004. v. 1. p. 292.

MARROU, Henri-Irénée. A História faz-se com documentos. In: **Sobre o conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.55-77.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo:Loiola, 2005.

MELO NETO, João Cabral de. Tecendo a manhã. In: **A Educação pela Pedra**. 1966.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. (Orgs.) **Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino**. São Paulo. Ed: Caros Amigos, 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Jose Luiz de. Hannah Arendt e o sentido político da categoria da natalidade. **Argumentos - Revista de Filosofia**, Fortaleza,ano 3, n. 6, jul./dez. 2011.

PADRÓS, Enrique Serraet *al.* (Orgs.) **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. 2. ed. Porto Alegre: Corag, 2010. v. 2; p.304.

PASSERINI, Luísa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de mulheres brasileiras: feminismo tropical em Paris. **Art Cultura: Revista de História Cultura e Artes**, Uberlândia, v. 9 n.14, p. 55-69, jan./jun. 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

PORFIRIO, Pablo Francisco de Andrade. **Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)**. 1. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. v. 1.

_____. De pétalas e pedras: **a trajetória de Francisco Julião**. Tese. Rio de Janeiro, UFRJ, 2013, p. 296.

_____. Narrativas sobre Revolução: a desapropriação do Engenho Galileia, as Ligas Camponesas e as disputas políticas em Pernambuco, 1959 a 1962. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- ANPUH, 24, 2007, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo, RS: ANPUH. Disponível em: <<https://anais.anpuh.org/?p=14931>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

QUE BOM TE VER VIVA. (BRASIL, 1989). Direção: Lúcia Murat. Produção: Lúcia Murat. Roteiro: Lúcia Murat. Distribuição: Embrafilme. Gênero: Semi-Documentário. Duração: 100 min.

RAGO, Margareth. A coragem feminina da verdade: mulheres na ditadura militar no Brasil. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 28, n. 2, jul./dez. 2015.

_____. **A aventura de contar-se**: Feminismos, escritas de si e invenções de subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

_____. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 156- 173.

_____. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 58-66, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RESENDE, Antônio Paulo. Solidariedade: os limites e as resistências. **Estudes de Sociologia**, Rev. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, 2004, v. 10. n. 1, 2, p. 45-63.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROLNIK, Suely. Cartografia: uma definição provisória. In: **Cartografia sentimental**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 23-26.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2013.

_____; SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. O testemunho e as mulheres: Ophélia Amorim e Eridan Magalhães. In: ANDRADE, Andreza de Oliveira *et al.* (Orgs.). **Feminismo, gênero e sexualidade**: diálogos contemporâneos. Mossoró, RN: UERN, 2016, v. 1, p. 193-205.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, a., p. 108 – 132, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____. **Paisagens imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação, São Paulo: Edusp, 2005.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Marcas da Clandestinidade**: Memórias da Ditadura Militar Brasileira. 2009. 237f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – UNIRIO, Rio de Janeiro.

SCHILING, Flávia. **Querida Liberdade**. São Paulo: Global, 1980.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez. 1995.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e política da memória: O tempo depois da catástrofe. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 30, p. 71-98, jun. 2005.

_____. O local do testemunho. In: **Revista Tempo e Argumento**. Santa Catarina, v. n.1, p. 03-20, 2010.

_____. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psic.Clin.**, Rio de Janeiro, v.20, n. 01, p. 65-82, 2008.

_____. **Testemunho da shoah e literatura**. p. 16, s.d. Disponível em: <http://diversitas.fflch.usp.br/files/active/0/aula_8.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

SILVA, Giuslane Francisca da. A mulher e a família burguesa no Brasil oitocentista. In: **Humanidades em contexto: Saberes e interpretações**. Mato Grosso, UFMT, 2014.

SILVA, Marcília Gama. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964/1985)**. Recife: Editora UFPE, 2014.

SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. Masculino e feminino nas telas de cinema: relações de gênero e a construção do militante “ideal” no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). 2015. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUSA, Priscila Paula. **Mulheres e memórias: uma análise da historiografia sobre a ditadura militar brasileira**. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) - Unicamp, Campinas.

VASCONCELLOS, Jorge. A ontologia do devir em Gilles Deleuze. In: **Kalagatos – Revista de Filosofia do Mestrado Acadêmico em Filosofia da UECE**, Fortaleza, v.2, n. 4, p. 137-167, 2005.

VELOSO, Flávia Gotelip Corrêa, GIANDORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria, FERREIRA, Priscila Von Randow. A representação social de maternidade entre mulheres que lutam contra o regime militar no Brasil. **Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidade, deslocamentos**. 2010, p. 1-8.

VERONA, Elisa Maria. **Da feminilidade Oitocentista**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

WEIRINCH, Harald. **Lete**: Arte e Crítica do Esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, 2007.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas. 2014.

REFERÊNCIAS DAS FONTES

• Filmografia:

VOU CONTAR PARA MEUS FILHOS (Brasil, 2011) Direção: Tuca Siqueira. Produção: Hamilton Filho, Luisa Malu. Roteiro: Tuca Siqueira. Distribuidora: Cabra Quente filmes. Gênero: Documentário. Duração: 24 min.

Depoimentos

- Depoimento de Ana Maria Medeiros da Fonseca. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 18 min. 38 seg.
- Depoimento de Cleusa Maria Paim de Aguiar. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 3 min. 43 seg.
- Depoimento de Dulce Chaves Pandolfi. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 28 min. 46 seg.
- Depoimento de Eridan Magalhães. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 20 min. 28 seg.
- Depoimento de Erlita Rodrigues dos Santos. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 16 min. 26 seg.
- Depoimento de Gilseone Cosenza. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 19 min. 30 seg.
- Depoimento de Helena Serra Azul. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 23 min. 39 seg.
- Depoimento de Lilia Gondim. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 26 min. 40 seg.
- Depoimento de Lylia da Silva Guedes. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 20 min. 46 seg.
- Depoimento de Maria Aparecida dos Santos. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 21 min. 09 seg.
- Depoimento de Maria do Carmo Tomás. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 14 min. 48 seg.
- Depoimento de Maria do Socorro Diógenes. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 28 min. 21 seg.
- Depoimento de Maria Ivone Loureiro. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 30 min. 5 seg.
- Depoimento de Maria Quintela de Almeida. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 20 min. 09 seg.
- Depoimento de Maria Tereza Vilaça. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 27 min. 41 seg.

- Depoimento de Nancy Mangabeira Unger. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 25 min. 58 seg.
- Depoimento de Rosa Maria Barros dos Santos . In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 27 min. 18 seg.
- Depoimento de Sonia Maria de Arruda Beltão. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 19 min. 53 seg.
- Depoimento de Vera Lúcia Stinguini. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 24 min. 02 seg.
- Depoimento de Vera Rocha. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 29 min. 21 seg.
- Depoimento de Yara Falcón. In: Menu Extra do documentário Vou contar para meus filhos. Direção: Tuca Siqueira. 2011. Duração: 25 min. 56 seg.

Prontuários Individuais:

- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Ana Maria Fonseca.** Nº 18.840. 1969.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual Áurea Bezerra dos Santos.** Nº 190280.1972.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Cleusa Mª Aguiar.** Nº 19.038. 1971.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Dulce Chaves Pandolfi.** Nº 19.032. 1971.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Eridan Magalhães.** Nº 18.703. 1970.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Erlia Rodrigues.** Nº 19.027. 1973.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Helena Serra Azul.** Nº 18.855. 1971.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Justiça. **Processo Indenizatório de Helena Mota Quintela.** Nº 407/01-OG-A.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Lilia Gondim.** Nº 18.705. 1970.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Lylia da Silva Guedes.** Nº 19.185. 1972.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Justiça. **Processo Indenizatório de Maria Aparecida dos Santos.** Nº 010-01-OG-A.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Mª do Socorro Diógenes.** Nº 19.602. 1972.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Mª do Carmo Tomás.** Nº 19.910. 1977.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Mª Quintela de Almeida.** Nº 19.611. 1972
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Mª Teresa Vilaça.** Nº 19.010.1974.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Mª Ivone Ribeiro.** Nº 19.214. 1973.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Nancy Mangabeira Unger.** Nº 19.064. 1970.

- PERNAMBUCO. Secretaria de Justiça. **Processo Indenizatório de Rosa Maria Barros dos Santos**. Nº 151/01-OG-A.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Justiça. **Processo Indenizatório de Selma Bandeira Mendes**. Nº 369/01-OG-A.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Sonia Beltrão**. Nº 19.617. 1972.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Vera Stringuini**. Nº 19.035. 1972.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Vera Rocha Dauster**. Nº 19.065. 1970.
- PERNAMBUCO. Secretaria de Segurança Pública- SSP. **Prontuário individual de Yara Falcón**. Nº 19.036. 1972.